3. Diversos

RELATÓRIOS

BANCO POPULAR PORTUGAL, S. A.

Sede social: Rua Ramalho Ortigão, 51, Lisboa.
Capital social: 176 000 000 euros.
Pessoa colectiva n.º 502607084.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 2396.

Relatório e contas de 2005

Relatório de gestão

Na sequência da sua aquisição pelo Banco Popular Español, S. A., em 2003, o BNC — Banco Nacional de Crédito, S. A., passou a designar-se, a partir de Setembro de 2005, Banco Popular Portugal, S. A.

A mudança da denominação social constituiu a conclusão da primeira fase de integração no Grupo Banco Popular e o início de uma nova etapa de desenvolvimento do Banco no quadro de uma melhor identificação com a imagem de um dos maiores grupos financeiros da Europa, o que irá certamente potenciar a consolidação dos valores essenciais do Grupo, o alargamento e melhoria da rede de distribuição e da oferta de produtos e serviços, bem como o aumento da capacidade de processamento de operações.

O Banco Popular Portugal, S. A., é a matriz de um grupo financeiro que, no final de 2005, tinha 364 milhões de euros de capitais próprios, uma rede de 167 agências e um quadro de pessoal de 1186 empregados. Contava com 234 500 clientes e fazia a gestão de 7007 milhões de euros de activos totais, incluindo 3619 milhões de euros de recursos de clientes. O seu activo líquido ascendia a 6272 milhões de euros. Em 2005, o Banco Popular Portugal obteve um resultado consolidado de 42,9 milhões de euros, o qual se traduz numa rentabilidade dos capitais próprios de 13,67%.

Em Outubro de 2005, o Banco Popular Portugal adquiriu os restantes 50% do capital da Euro Vida — Companhia de Seguros de Vida, S. A., passando, assim, a deter a totalidade do capital da companhia, com o objectivo de potenciar o crescimento da actividade na área dos seguros de vida.

Em Novembro de 2005, foi integrada no Banco Popular Portugal a actividade da sucursal em Portugal do Banco Popular Español, passando este a operar no mercado português apenas através do Banco Popular Portugal. Na sequência desta integração, o capital do Banco Popular Portugal foi aumentado para 176 000 000 de euros.

A actividade do Banco tem sido desenvolvida com o apoio das seguintes sociedades financeiras que permitem disponibilizar aos clientes um leque completo de produtos e serviços financeiros:

Gerfundos, S. A., detida a 100% pelo Banco, é uma sociedade gestora de fundos de investimento que administra os fundos de investimento mobiliário comercializados pelo Banco Popular;

Predifundos, S. A., detida, igualmente, a 100% pelo Banco Popular, é uma sociedade gestora de fundos de investimento imobiliário que administra o fundo de investimento imobiliário comercializado pelo Banco;

Euro Vida — Companhia de Seguros de Vida, S. A., participada a 100% pelo Banco Popular, é uma companhia de seguros de vida que disponibiliza e gere seguros de vida, reforma e investimento, designadamente os comercializados aos balcões do Banco.

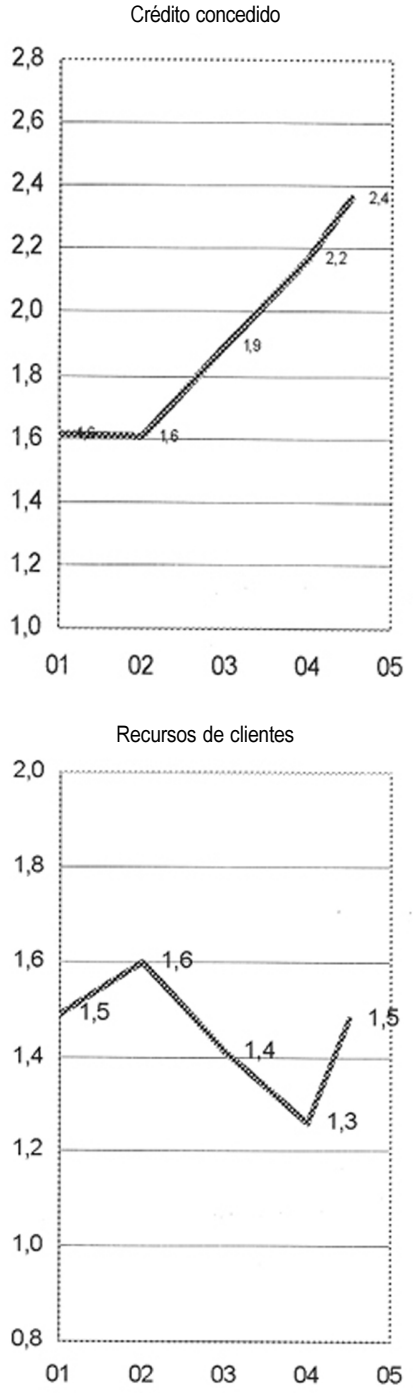
O Banco participa ainda noutras sociedades de carácter instrumental que permitem o desenvolvimento da sua actividade operacional.

Posição do Banco Popular no sector bancário

O bom desempenho que o Banco Popular tem vindo a registar na sua actividade tem-lhe permitido uma contínua melhoria da sua posição no conjunto da banca portuguesa, nomeadamente ao nível do activo e do crédito a clientes, da eficiência e da rentabilidade.

Esta evolução tem-lhe permitido conquistar quota de mercado nos últimos cinco anos, apesar de ser ainda reduzida. No crédito concedido passou de 1,6%, em 2001, para 2,36%, em Junho de 2005. Nos recursos de balanço de clientes, depois de uma redução em 2003 e 2004 em resultado da opção pelo recurso a fontes de financiamento mais favoráveis em termos de custo, no último ano a quota de mercado dos recursos de clientes voltou a subir para o nível de há cinco anos, atingindo 1,5% em Junho.

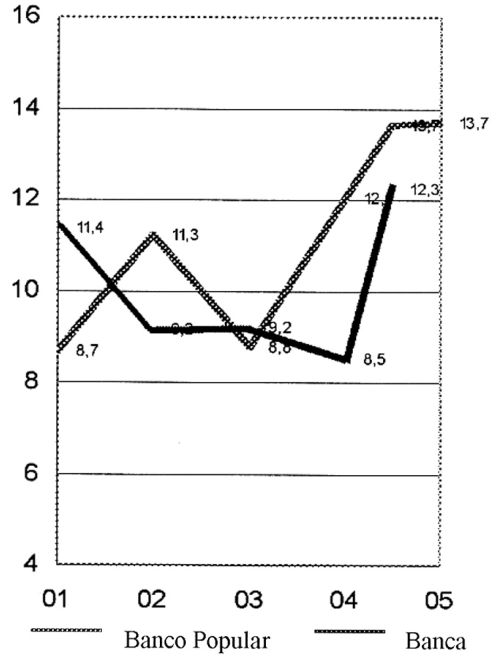
Fig. 1 — Quotas de mercado do Banco Popular (*a*) (percentagem)



A evolução muito positiva da rentabilidade dos capitais próprios, com o ROE (resultado líquido/capitais próprios médios) a subir de 8,69% para 13,67%, nos últimos cinco anos, permitiu que o Banco Popular Portugal tenha apresentado já um valor um pouco superior à média do sector bancário.

(*a*) A informação sobre o total do sector bancário foi obtida a partir das respectivas demonstrações financeiras publicadas pela Associação Portuguesa de Bancos desde Dezembro de 2001 até Junho de 2005, última informação disponível. Os dados relativos a 2005 estão de acordo com as novas Normas Internacionais de Contabilidade (NIC).

Fig. 2 — ROE — Comparação com a banca (resultado líquido/capitais próprios médios) (percentagem)



Na qualidade do activo, o Banco Popular tem também vantagem em relação ao sector bancário. Comparando o *ratio* de crédito vencido, ou seja a relação entre o crédito vencido e o crédito total concedido a empresas e particulares em Portugal, verifica-se que o valor do Banco Popular tem sido sempre inferior ao do conjunto da banca, apesar do aumento registado nos dois últimos anos. Em 2004 (últimos dados disponíveis relativos ao conjunto da banca), enquanto que o *ratio* do Banco Popular era de 1%, no sector bancário esse valor era significativamente superior (2,3%).

A eficiência operativa, que relaciona os custos de transformação (custos de funcionamento mais amortizações) com o produto bancário, tem continuado a manter uma evolução muito positiva no Banco Popular, o que lhe permite apresentar uma posição de clara vantagem no total do sector bancário. Esta melhoria traduziu-se numa redução de cerca de 15 pontos percentuais nos últimos cinco anos.

Fig. 3 — *Ratio* de crédito vencido — comparação com a banca (crédito vencido/crédito total) (percentagem)

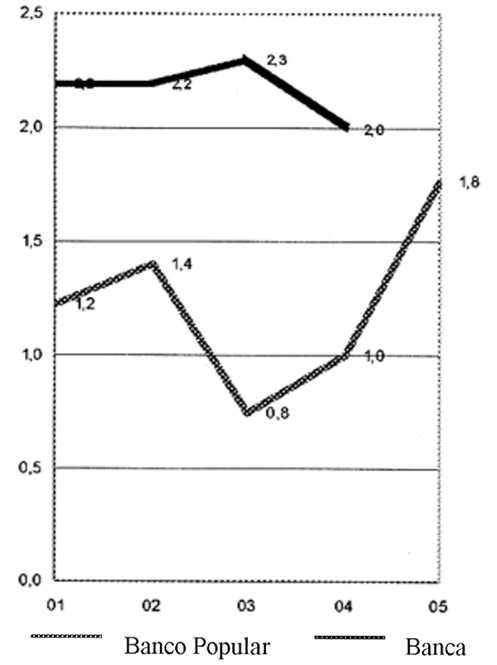
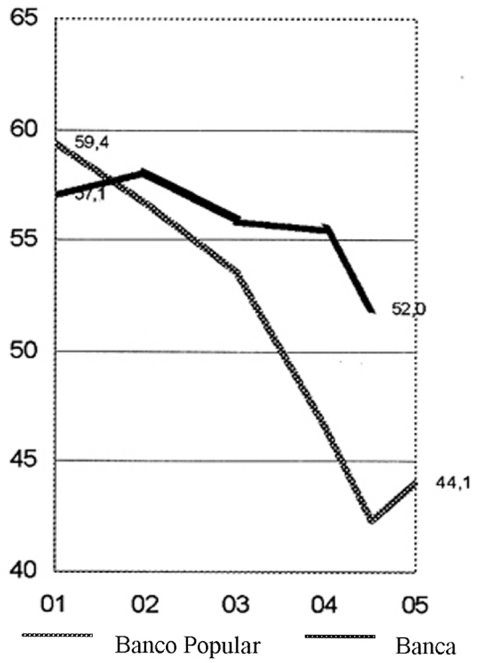


Fig. 4 — Eficiência operativa — Comparação com a banca (custos de transformação/produto bancário) (percentagem)



A orientação estratégica prosseguida pelo Banco Popular tem-lhe proporcionado uma progressiva afirmação no mercado, reflectida no ganho sucessivo de quota de mercado com uma melhoria gradual da rentabilidade e da eficiência, variáveis em que atingiu já um nível mais favorável que a média do sector. Este desempenho tem sido conseguido sem afectar a qualidade dos seus activos, com o *ratio* de crédito vencido a situar-se abaixo da média da banca.

Estratégia comercial

A estratégia comercial do Banco Popular insere-se no denominado plano estratégico para o triénio 2005-2007. A sua essência reside no desenvolvimento da banca de clientes que assenta na qualidade dos serviços, satisfação dos clientes e alargamento da base comercial.

A referida estratégia aposta na personalização, tomando o cliente como referência, de forma a permitir um serviço verdadeiramente adequado e a construção de uma relação de longo prazo.

Com esta orientação para a banca de clientes, sem renunciar ao desenvolvimento da relação multicanal, o Banco Popular tem como prioridade atender e servir as necessidades dos seus; clientes, sendo a agência o ponto central da relação de aconselhamento e serviço.

O ano de 2005 reflectiu a primeira fase de implementação da estratégia, traduzida no aumento do número de clientes e do crédito concedido, assim como no incremento da venda cruzada.

A consolidação, em Portugal, do modelo de negócio do Grupo Banco Popular aponta para um forte crescimento no segmento das PMEs e dos particulares que, de acordo com os objectivos do plano estratégico, permitirão atingir uma quota de mercado no crédito mais próxima de 3% e uma carteira de cerca de 400 000 clientes em 2007.

A implementação da estratégia e a respectiva concretização de resultados assentam na segmentação da oferta, dirigida aos diferentes sectores de actividade e perfis de clientes, com o objectivo essencial de personalização e melhoria da qualidade do serviço.

Performance comercial em 2005

	2005	2004	Variação	
			Valor	Percentagem
Total de clientes	234 507	210 139	24 368	11,6
Adesões à *internet*	60 906	44 828	16 078	35,9
Número de cartões de débito	114 694	104 889	9 805	9,3
Número de cartões de crédito	42 978	23 486	19 492	83,0
Número de caixas automáticos (ATM)	251	219	32	14,6

Perspectivas para 2006

A economia portuguesa deverá registar em 2006 um comportamento mais positivo do que o verificado no ano anterior, pese embora os sinais de retoma se apresentarem ainda pouco firmes, tanto a nível interno, onde persistem uma elevada taxa de desemprego e uma necessidade imperiosa de redução do défice das contas públicas, como a nível internacional, com um crescimento pouco significativo das economias de alguns países da União Europeia nossos parceiros comerciais e a instabilidade política que se mantém no Médio Oriente.

Apesar disso, o Banco Popular irá prosseguir a sua estratégia de crescimento orientada para o aumento da quota de mercado, mediante a fidelização de novos clientes, particulares e empresas, e apostando num aumento significativo dos recursos captados, da concessão de crédito e da prestação de serviços e venda cruzada.

O ano de 2006 será, assim, caracterizado pela consolidação do modelo de banca de clientes, apoiado na multiplicidade de canais de distribuição, assumindo particular importância o aumento da rede de agências (200 previstas no final do ano), o desenvolvimento da banca à distância com a disponibilização de novos serviços nos portais de empresas e de particulares, o alargamento da rede de caixas e terminais de pagamento automático e a implementação de uma rede de promotores de negócios.

Análise da actividade do Banco

As contas consolidadas do Banco Popular Portugal relativas ao exercício de 2005 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), sendo as contas relativas ao exercício de 2004 refeitas de acordo com estas normas para permitir a sua comparabilidade. Nas notas às demonstrações financeiras, integradas no capítulo das contas anuais, são explicitados todos os procedimentos contabilísticos seguidos na elaboração das contas consolidadas.

Recursos e aplicações

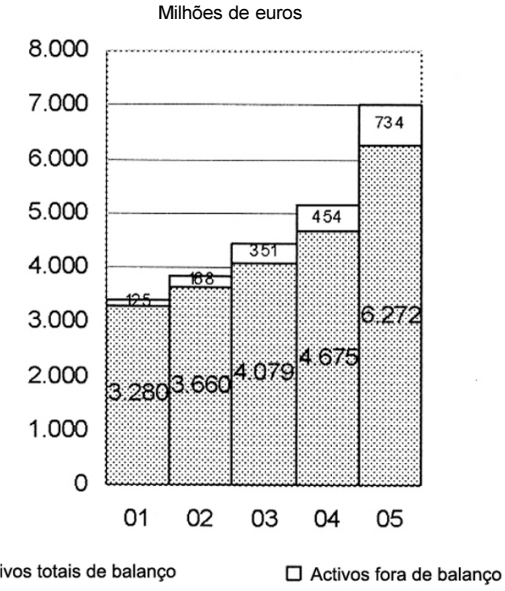
Activos totais

Os balanços consolidados relativos a 31 de Dezembro de 2005 e 2004, elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), são apresentados resumidamente no quadro 1. No capítulo de contas anuais, os mesmos são apresentados de acordo com o modelo definido pelo Banco de Portugal.

No final de 2005, o activo líquido consolidado do Banco Popular ascendeu a 6272 milhões de euros, com um aumento anual de 1597 milhões de euros, equivalente a um crescimento de 34,2%. Em saldos médios, o valor do activo atingiu 5223 milhões de euros, mais 19,3% que no ano anterior. O crescimento do activo líquido consolidado está influenciado pela integração da sucursal em Portugal do Banco Popular Espanhol e pela consolidação integral da companhia de seguros Eurovida na sequência da aquisição da totalidade do seu capital social.

O Banco faz também a gestão de outros recursos de clientes aplicados em instrumentos de investimento, poupança e reforma, fora de balanço, cujo montante ascendia, no final do ano, a 734 milhões de euros, com um crescimento de 61,9%, em relação ao ano anterior.

Fig. 5 — Activos totais sob gestão



Deste modo, os activos totais geridos pelo Banco atingiram, no final de 2005, um montante de 7007 milhões de euros, registando um crescimento de 36,6%, relativamente ao ano transacto.

Quadro 1 — Balanços consolidados

(Em milhares de euros)

	2005	2004	Variação	
			Valor	Percentagem
Activo:				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	82 327	67 051	15276	22,8
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	82 536	42 779	39757	92,9
Outros créditos sobre instituições de crédito	616 720	135 539	481 180	355,0
Créditos sobre clientes	4 871 476	4 201 764	669 711	15,9
Crédito concedido	4 846 095	4 194 696	651 399	15,5
Juros e comissões a receber	9 737	10 373	— 635	— 6,1
Crédito e juros vencidos	87 148	43 202	43 946	101,7
Imparidade	— 71 505	— 46 506	— 24 999	53,8
Activos financeiros	379 123	63 020	316 103	501,6
Activos não correntes detidos p/venda	57 033	22 645	34 388	151,9
Investimento em filiais e associadas	–	5 119	— 5 119	— 100,0
Imobilizado total	124 458	106 479	17 980	16,9
Activos por impostos	16 200	15 448	752	4,9
Provisões técnicas de resseguro cedido	2 237	–	2 237	–
Outros activos	40 283	15 197	25 085	165,1
Total de activo	6 272 394	4 675 042	1 597 352	34,2
Passivo:				
Débitos para com instituições de crédito	2 348 782	1 593 006	755 776	47,4
Débitos para com clientes	2 875 219	2 407 604	467 615	19,4
Depósitos à ordem	682 598	643 267	39 331	6,1
Depósitos a prazo	2 066 749	1 627 302	439 447	27,0

(Em milhares de euros)

	2005	2004	Variação	
			Valor	Percentagem
Depósitos de poupança	115 737	126 613	— 10 876	— 8,6
Juros a pagar	10 135	10 422		
Débitos representados por títulos	9 831	34 513	— 24 682	— 71,5
Obrigações em circulação	–	–	–	–
Certificados de depósito	9 831	34 513	— 24 682	— 71,5
Passivos financeiros detidos para negociação	2 693	3 250	— 558	— 17,2
Passivos subordinados	307 139	264 918	42 221	15,9
Provisões	2 915	2558	357	14,0
Provisões técnicas	302 071	–	302 071	–
Passivos por impostos	8 782	9 959	— 1 177	— 11,8
Outros passivos	50 571	37 752	12 818	34,0
Total de passivo	5 908 003	4 353 561	1 554 442	35,7
Capital:				
Capital	176 000	175 928	72	–
Prémios de emissão	10 109	9 913	196	2,0
Reservas de reavaliação	8 789	9 061	— 271	— 3,0
Outras reservas e resultados transitados	126 553	88 769	37 784	42,6
Lucro consolidado do exercício	42 940	37 811	5 129	13,6
Total de capital	364 391	321 481	42 910	13,3
Total de passivo + capital	6 272 394	4 675 042	1 597 352	34,2
Rubricas extrapatrimoniais:				
Passivos eventuais	325 191	240 687	84 504	35,1
Garantias e avales prestados	297 233	217 662	79 571	36,6
Créditos documentários abertos	9 944	7 010	2 934	41,9
Activos dados em garantia	18 014	16 015	1 999	12,5
Compromissos	1 617 027	1 236 610	380 417	30,8
Créditos irrevogáveis	8 932	6 012	2 920	48,6
Créditos revogáveis	1 608 095	1 230 598	377 497	30,7

Recursos próprios

O significativo crescimento da actividade do Banco, principalmente no que respeita ao crédito concedido implicou um aumento considerável dos requisitos de fundos próprios tendo em vista o cumprimento do *ratio* de solvabilidade de acordo com as normas do Banco de Portugal.

Assim, os fundos próprios totais, que ascendiam, no final de 2005, a 459 milhões de euros, registaram um crescimento de cerca de 111 milhões de euros, mais 31,8% que em 2004. Dado que os requisitos de fundos próprios aumentaram cerca de 84 milhões de euros, o *ratio* de solvabilidade aumentou, de 9,2%, em 2004, para 9,5%, em 2005.

Quadro 2 — Requisitos de fundos próprios (de acordo com as normas do Banco de Portugal)

(Em milhares de euros)

	2005	2004	Variação
Fundos próprios de base	281 009	272 434	8 575
Fundos próprios complementares	179 672	77 290	102 382
Fundos próprios suplementares	–	86	— 86
Deduções	1 675	1 518	157
Total dos fundos próprios (*a*)	459 006	348 291	110 714
Requisitos de fundos próprios (*b*)	386 929	303 210	83 719
Ratio de requisitos de fundos próprios [(*a*)/(*b*)×12,5)] (percentagem)	9,5	9,2	–

Recursos de clientes

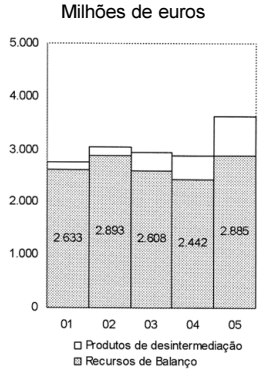
O montante global de recursos de clientes dentro e fora de balanço atingiu 3619 milhões de euros, no final de 2005, mais 25% que no ano anterior. A figura 6 apresenta a evolução dos recursos totais de clientes nos últimos cinco anos.

Os recursos de balanço incluem os débitos a clientes (essencialmente depósitos) e os débitos representados por títulos, constituindo os depósitos de clientes.

No final de 2005, estes recursos atingiram um total de 2885 milhões de euros, tendo-se verificado um crescimento de 18,1%, ou seja, mais 443 milhões de euros que no ano anterior.

Em saldos médios anuais, os depósitos de clientes registaram um aumento de 6%, passando de 2488, em 2004, para 2637 milhões de euros, em 2005.

Fig. 6 — Recursos de clientes



Quadro 3 — Recursos de clientes

(Em milhares de euros)

	2005	2004	Variação	
			Valor	Percentagem
Débitos a clientes	2 875 219	2 407 604	467 615	19,4
Depósitos à ordem	682 598	643 267	39 331	6,1
Depósitos a prazo	2 066 749	1 627 302	439 447	27,0
Depósitos poupança	115 737	126 613	— 10 876	— 8,6
Juros a pagar	10 135	10 422	— 287	— 2,8
Débitos representados por títulos	9 831	34 513	— 24 682	— 71,5
Obrigações em circulação	—	—	—	—
Certificados de depósito	9 831	34 513	— 24 682	— 71,5
Recursos de balanço (*a*)	2 885 050	2 442 117	442 933	18,1
Recursos de desintermediação:				
Fundos de investimento	275 159	158 793	116 366	73,3
Seguros de investimento e capitalização	182 430	151 873	30 557	20,1
Seguros de reforma	87 402	74 217	13 185	17,8
Gestão de carteiras	189 311	68 800	120 511	175,2
Recursos fora de balanço (*b*)	734 302	453 683	280 619	61,9
Recursos totais (*a* + *b*)	3 619 352	2 895 800	723 552	25,0

O crescimento dos depósitos de clientes deveu-se, fundamentalmente, ao aumento dos depósitos a prazo, que registaram um acréscimo de 27%. Apesar dos depósitos à ordem terem, igualmente, crescido 6,1%, houve uma redução do seu peso relativo no total dos depósitos, baixando de 26,3%, em 2004, para 23,7%, em 2005. No entanto, em saldos médios anuais houve uma evolução positiva dos depósitos à ordem, cujo peso relativo no total subiu de 23%, em 2004, para 24,6%, em 2005.

O quadro 4 apresenta o nível de concentração dos depósitos de clientes por escalões de saldo. O significativo crescimento dos depósitos agravou ligeiramente o grau de concentração existente.

Quadro 4 — Nível de concentração dos depósitos de clientes no final de 2005

(Em percentagem)

Escalões de saldos (milhares de euros)	Número de clientes	Saldo total
Menos de 1	66,35	0,58
De 1 a 5	15,03	2,44
De 5 a 10	5,68	2,70
De 10 a 20	5,10	4,73
De 20 a 35	2,95	5,13
De 35 a 50	1,35	3,76
De 50 a 100	1,72	7,86
Mais de 100	1,83	72,80
Total	100,00	100,00

Os recursos intermediados fora de balanço, que incluem as aplicações em fundos de investimento, os planos de poupança-reforma, os recursos captados através de produtos de seguros de investimento e os patrimónios geridos através do *private banking,* registaram um crescimento de 61,9%, atingindo cerca de 734 milhões de euros no final do ano. A evolução destes recursos é apresentada no final do quadro 3.

A colocação de fundos de investimento esteve associada à captação de depósitos em produtos mistos de fundos e depósitos a prazo curto com um prémio na taxa de juro, procurando, assim, adequar os produtos aos perfis do universo de clientes do Banco para evitar a saída de depósitos, menos atractivos em termos de remuneração, dada a política de taxas de juro prosseguida.

O Banco Popular, através da Gerfundos e Predifundos, administra um total de 13 fundos, cuja carteira total ascende a 278,2 milhões de euros, mais 72,5% do que o valor no final de 2004. No fim de 2005, o número de participantes era de 14 779, superior em 57% ao número do ano anterior. No quadro 5, é apresentada a evolução dos patrimónios dos fundos de investimento geridos. Merecem especial destaque o novo fundo de tesouraria, que atingiu cerca de 45 milhões de euros e os crescimentos dos fundos Global 25 e Rendimento.

Quadro 5 — Carteira dos fundos de investimento

(Em milhares de euros)

Fundos	2005	2004	Variação	
			Valor	Percentagem
Rendimento	40 786	31 223	9 563	30,6
Valor	31 570	24 155	7415	30,7
Acções	11 467	3 460	8 007	231,4
Euro Taxa Fixa	5 716	7 461	— 1 745	— 23,4
Poupança Acções	1 445	1 658	— 213	— 12,9
Global 25	65 606	49 061	16 545	33,7
Global 50	10 445	7 322	3 123	42,6
Global 75	6 160	4 528	1 632	36,0
Oportunidades Globais	9 096	9 077	19	0,2
Tesouraria	44 673	–	–	–
Cabaz Mundial	9 885	–	–	–
Popular Imobiliário FEI	17 525	–	–	–
Predifundo	23 812	23 362	450	1,9
Total	278 185	161 307	116 878	72,5

O Banco Popular comercializa planos de poupança-reforma e os seguros de investimento da Eurovida, da qual detém, desde Outubro de 2005, a totalidade do capital. A captação de recursos de clientes através destes produtos registou, igualmente, uma evolução muito positiva em 2005, com um crescimento de 17,8%, nos planos de poupança-reforma, e de 20,1%, nos seguros de investimento e capitalização, conforme se pode verificar na parte final do quadro 3.

Fig. 7 — Fundos de investimento

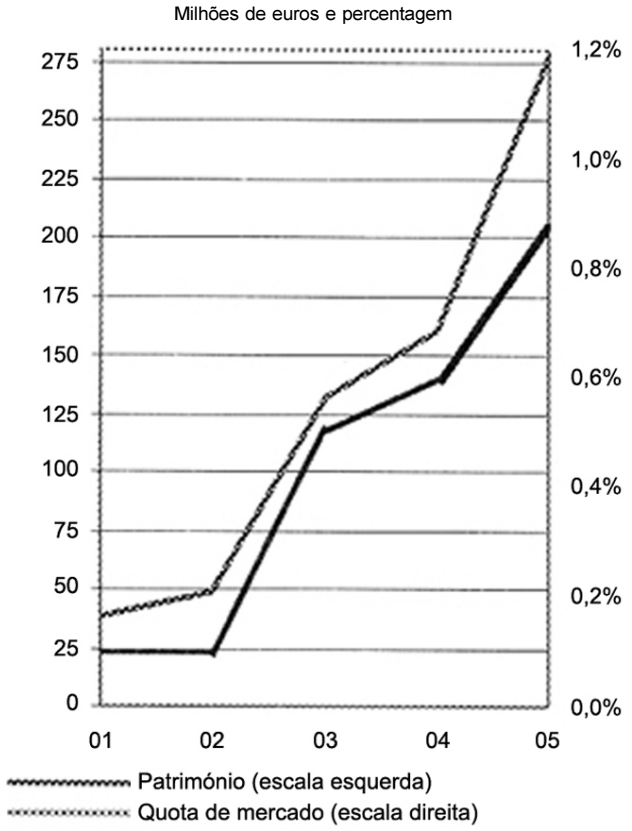
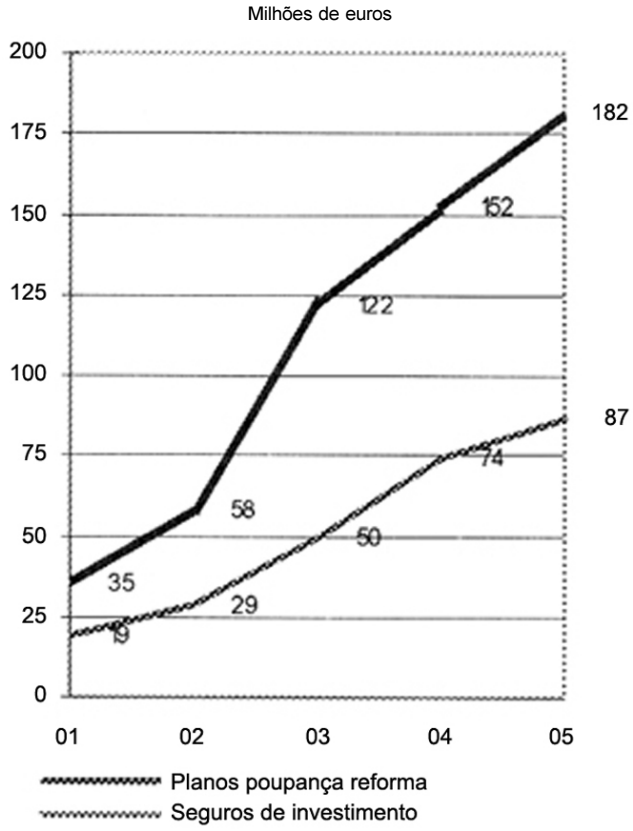


Fig. 8 — Seguros de reforma e de investimento



A gestão de patrimónios está essencialmente direccionada para o segmento de clientes *private*. No final de 2005, o Banco tinha sob gestão uma carteira total de 189,3 milhões de euros, mais 175% que no ano anterior.

Crédito concedido

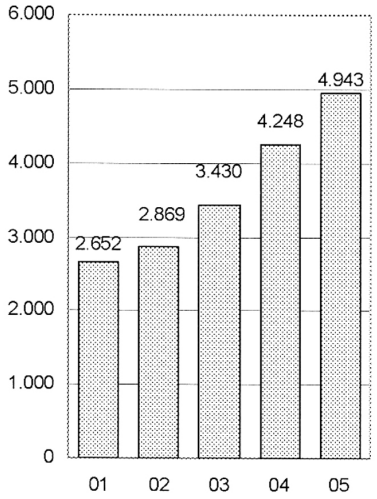
O crédito concedido compreende os financiamentos a clientes sob a forma de empréstimos hipotecários, descontos, contas correntes, *leasing* e outros empréstimos. A parte dos créditos contratados mas ainda não utilizados pelos clientes é contabilizada na rubrica extrapatrimonial — compromissos. O quadro 6 apresenta a composição do crédito concedido a clientes nos finais de 2005 e 2004.

Quadro 6 — Crédito sobre clientes

(Em milhares de euros)

	2005	2004	Variação	
			Valor	Percentagem
Crédito concedido (*a*):				
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	234 171	261 648	— 27 478	— 10,5
Empréstimos	2 212 197	1 815 719	396 478	21,8
Créditos em conta corrente	1 294 599	1 292 030	2 568	0,2
Descobertos em depósitos à ordem	121 048	63 072	57 975	91,9
Créditos tomados — *factoring*	14 246	–	14 246	–
Operações de locação financeira	92 816	58 033	34 783	59,9
Outros créditos	64 015	43 595	20 420	46,8
Habitação	767 449	632 934	134 515	21,3
Consumo	45 556	27 665	17 892	64,7
Total (*a*)	4 846 095	4 194 696	651 399	15,5
Juros e comissões a receber (*b*)	9 737	10 373	— 635	— 6,1
Crédito e juros vencidos (*c*):				
Até 90 dias	4 475	2 593	1 881	72,6
Mais de 90 dias	82 673	40 608	42 065	103,6
Total (*c*)	87 148	43 202	43 946	101,7
Total (*a*+*b*+*c*)	4 942 981	4 248 270	694 710	16,4
Menos: (*d*)				
Imparidade de crédito	71 505	46 506	24 999	53,8
Total (*a*+*b*+*c*–*d*)	4 871476	4 201 764	669 711	15,9

Fig. 9 — Crédito sobre clientes



O saldo de crédito concedido ascendeu a 4943 milhões de euros no final de 2005, registando um aumento de 695 milhões de euros, o que equivale a um crescimento de 16,4%, relativamente ao ano anterior. Em saldos médios, o total de crédito a clientes foi de 4336 milhões de euros, correspondente a um acréscimo de 19,2%.

No final de 2005, o peso do crédito a clientes no total do activo baixou para 78%. Por outro lado, registou-se um ligeiro aumento do crédito financiado por recursos de clientes, de 57,5%, em 2004, para 58,4%, em 2005.

Os empréstimos, onde estão incluídos os empréstimos à construção, que aumentaram 396 milhões de euros, continuam a ter um peso preponderante, representando 45,7% do total. O crédito à habitação, que atingiu 767 milhões de euros, aumentou o seu peso no crédito total, passando a representar 15,8%.

Os créditos em conta corrente, que mantiveram o seu saldo, baixaram para 26,7% do total. O desconto comercial e outro crédito titulado por efeitos registaram uma redução de 10,5%, passando a representar, no final de 2005, 4,8% do total.

O quadro 7 apresenta a distribuição e a evolução do crédito a clientes segundo o respectivo prazo de vencimento. No final de 2005, o crédito contratado a mais de um ano representava 52% do total.

Quadro 7 — Carteira de crédito sobre clientes por prazos de vencimento

(Em milhares de euros)

	2005	2004	2003	2002	2001
Até três meses	968 070	984 537	818 862	231 407	630 490
De três meses a um ano	1 109 452	943 565	1 062 242	1 394 371	589 679
De um ano a cinco anos	1 571 685	1 373 397	1 093 191	875 117	912 595
Mais de cinco anos	1 196 889	893 197	429 629	326 484	486 958
Duração indeterminada (vencidos)	87 148	43 202	25 784	41 186	32 646
Juros e comissões a receber	9 737	10 373	–	–	–
Total	4 942 981	4 248 271	3 429 708	2 868 565	2 652 368

Para além do crédito concedido, o Banco assume ainda outros riscos com os clientes através, nomeadamente, das garantias prestadas. Estes riscos são contabilizados em contas extrapatrimoniais. O quadro 8 apresenta a evolução destes riscos, os quais ascendiam, no final de 2005, a cerca de 307 milhões de euros, com um crescimento de 36,7%.

Quadro 8 — Riscos extrapatrimoniais

(Em milhares de euros)

	2005	2004	Variação (percentagem)
Garantias e avales prestados	297 233	217 662	36,6
Créditos documentários abertos	9 944	7 010	41,9
Total	307 177	224 672	36,7

Activos financeiros

O saldo líquido da carteira de valores ascendeu, no final de 2005, a 379,1 milhões de euros, mais 316 milhões de euros que no ano anterior. Este aumento deveu-se à consolidação integral da Eurovida e tem especial incidência nos activos financeiros ao justo valor através de resultados, os quais representam 76,5% do total. O quadro 9 apresenta a composição da carteira de valores nos dois últimos anos, bem como a sua variação anual.

Quadro 9 — Activos financeiros

(Em milhares de euros)

	2005	2004	Variação	
			Valor	Percentagem
Activos financeiros detidos para negociação	17 985	4 171	13 814	331,2
Títulos de rendimento fixo	5 213	–	5 213	–
Títulos de rendimento variável	10 255	2 972	7 283	245,1
Derivados de negociação	2 517	1 199	1 318	109,9
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	290 144	30 803	259 341	841,9
Títulos de rendimento fixo	208 696	30 803	177 893	577,5
Títulos de rendimento variável	81 448	–	81 448	–
Activos financeiros disponíveis para venda	70 995	28 047	42 948	153,1
Títulos emitidos por residentes	43 980	28 047	15 933	56,8
Títulos emitidos por não residentes	27 015	–	27 015	–
Total	379 123	63 020	316 103	501,6

Imobilizado tangível

O imobilizado tangível é constituído pelos imóveis e equipamentos afectos à exploração do Banco. O seu valor líquido totalizava, no fim de 2005, 113,3 milhões de euros, mais 9,7% que no ano anterior. Não considerando as respectivas amortizações, o custo de aquisição do imobilizado tangível ascendia a 155,9 milhões de euros, o que equivale a um investimento total anual de 17,6 milhões de euros. O quadro 10 apresenta a evolução do imobilizado tangível.

Quadro 10 — Activos tangíveis

(Em milhares de euros)

	2005	2004	Variação	
			Valor	Percentagem
Imóveis	104 328	96 559	7 769	8,0
Custo de aquisição	123 007	111 822	11 185	10,0
Reserva de reavaliação	9 791	9 791	–	–
Imparidade acumulada	— 6 595	— 6 595	–	–
Amortizações acumuladas	21 875	— 18 459	— 3 416	18,5
Equipamento	8 824	6 553	2 271	34,7
Custo de aquisição	32 878	26 433	6 445	24,4
Amortizações acumuladas	24 054	— 19 880	— 4 174	21,0
Outras imobilizações	149	149	–	0,1
Património artístico	149	149	–	0,1
Total	113 301	103 261	10 040	9,7

Os imóveis aumentaram, em termos líquidos, 7,8 milhões de euros, mais 8% que no ano anterior. Esta evolução deveu-se, essencialmente, a um investimento bruto de 11,2 milhões de euros em instalações para as novas agências abertas durante o ano e algumas a abrir em 2006.

O equipamento registou um aumento líquido de 2,3 milhões de euros a que corresponde um investimento bruto anual de 6,4 milhões de euros.

Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes detidos para venda constituem os imóveis e equipamento recebidos como pagamento de dívidas em resultado de incumprimentos de clientes na liquidação de operações de crédito.

De acordo com o apresentado no quadro 11, estes activos atingiram um valor líquido de 57 milhões de euros, mais 152% que no ano anterior. Este aumento ficou a dever-se à regularização de algumas situações de crédito vencido.

Quadro 11 — Activos não correntes detidos para venda

(Em milhares de euros)

	2005	2004	Variação	
			Valor	Percentagem
Aplicações por recuperação de créditos	57 033	22 645	34 389	151,9
Imóveis	64 214	27 048	37 166	137,4
Equipamento	437	437	–	–
Provisões	— 7 617	— 4 840	— 2 778	57,4

Resultados e rentabilidade

Contas de resultados

As contas de resultados consolidados do Banco Popular Portugal relativas a 2005 e 2004, elaboradas de acordo com as NIC são apresentadas no quadro 12. Nas contas anuais, são apresentadas as demonstrações de resultados individuais e consolidados nos dois últimos anos de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal.

Quadro 12 — Contas de resultados

(Em milhares de euros)

	2005	2004	Variação	
			Valor	Percentagem
1 — Juros e rendimentos similares	236 459	201 829	34 630	17,2
2 — Juros e encargos similares	102 968	83 791	19 177	22,9
3 — Margem financeira (1–2)	133 491	118 038	15 453	13,1
4 — Rendimentos de instrumentos de capital	870	158	712	449,7
5 — Comissões líquidas	33 562	25 818	7 743	30,0
6 — Actividade de seguros	— 1 232	–	— 1 232	–
7 — Resultados de operações financeiras	2 278	500	1 778	355,6
8 — Outros resultados de exploração	— 409	— 444	35	— 7,9
9 — Produto bancário (3+4+5+6+7+8)	168 561	144 071	24 490	17,0
10 — Custos com pessoal	46 948	38 868	8 080	20,8
11 — Gastos gerais administrativos	27 351	23 196	4 156	17,9
12 — Amortizações	10 397	8 520	1 877	22,0
13 — Margem de exploração (9–10–11–12)	83 864	73 487	10 377	14,1
14 — Imparidade do crédito	32 262	21 652	10 610	49,0
15 — Imparidade de outros activos	2 871	2 920	— 49	— 1,7
16 — Provisões	— 3 350	— 1 019	— 2 331	228,7
17 — Diferenças de consolidação negativas	3 118	–	3 118	–
18 — Resultados em empresas associadas	–	426	— 426	— 100,0
19 — Resultado antes de Impostos (13–14–15–16+17+18)	55 199	50 359	4 840	9,6
20 — Impostos	12 259	12 548	— 289	— 2,3
21 — Resultado líquido (19–20)	42 940	37 811	5 129	13,6
Por memória:				
22 — *Cash-flow* de exploração (13+12)	94 261	82 007	12 254	14,9

A margem financeira resulta da diferença entre os juros e rendimentos similares e os juros e encargos similares. Os primeiros correspondem aos juros recebidos pelas aplicações e às comissões recebidas associadas ao custo amortizado e os segundos dizem respeito aos juros pagos pelos recursos alheios e às comissões pagas associadas ao custo amortizado.

Em 2005, a margem financeira ascendeu a 133,5 milhões de euros, evidenciando u crescimento de 13,1% e aumentando cerca de 15,5 milhões de euros, relativamente ao ano anterior.

A melhoria da margem financeira ficou a dever-se ao significativo aumento do volume da actividade comercial que compensou a redução da margem financeira em 14 pontos base. Assim, de acordo com o quadro 13, o acréscimo de 15,5 milhões de euros na margem financeira correspondeu ao efeito positivo, de 20,2 milhões de euros, do aumento do volume de actividade, o qual compensou o efeito negativo, de 4,8 milhões de euros, resultante da redução da margem financeira.

Quadro 13 — Variação da margem financeira — análise causal

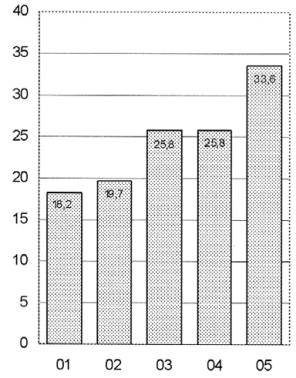
(Em milhares de euros)

	Por variação do volume de actividade	Por variação nas taxas de juro	Variação total
Variação em:			
Crédito concedido	32 665	— 798	25 867
Aplicações em instituições de crédito	3 251	113	3 364

(Em milhares de euros)

	Por variação do volume de actividade	Por variação nas taxas de juro	Variação total
Activos financeiros	3 243	2 271	5 514
Outros activos	— 21	— 96	— 117
Total de aplicações	39 139	— 4 509	34 630
Depósitos de clientes	3 984	–	3 984
Recursos de instituições de crédito	12 370	3 128	15 498
Passivos subordinados	2 597	— 2 319	278
Recursos próprios	–	–	–
Outros passivos	— 15	— 568	— 583
Total de recursos	18 936	241	19 177
Margem financeira	20 204	— 4 750	15 453

Fig. 10 — Comissões líquidas



As comissões líquidas cobradas aos clientes pela colocação de produtos e prestação de serviços atingiram 33,6 milhões de euros, ou seja, mais 30% que no ano anterior. Este valor confirma a tendência do significativo crescimento que se tem verificado nos últimos anos, conforme o demonstra a figura 10.

As comissões de meios de cobrança e pagamento, que representam cerca de 49% do total, são aquelas que têm um peso relativo mais importante. Estas comissões registaram um crescimento anual de 25%, sendo de destacar as de cartões de débito e crédito com um crescimento 38,1%. Seguem-se as comissões de operações de crédito e as comissões de gestão de activos, cada uma delas com cerca de 20% do total. As primeiras apresentaram um crescimento, em 2005, de 91% e as segundas de 50%. Nestas últimas, merecem destaque as comissões de *private banking* com um aumento de 138%. O quadro 14 apresenta a composição das comissões líquidas e a sua evolução relativamente ao ano anterior.

Quadro 14 — Comissões líquidas

(Em milhares de euros)

	2005	2004	Variação (percentagem)
Comissões de operações de crédito	6 720	3 521	90,9
Comissões de garantias	4 165	3 994	4,3
Comissões de meios de cobrança e pagamento	16 306	13 039	25,1
Cobrança de valores	5 842	5 694	2,6
Transferência de valores	1 261	1 133	11,2
Cartões de débito/crédito	6 004	4 349	38,1
Cheques	3 199	1 862	71,8
Comissões de gestão de activos	7 077	4 705	50,4
Operações sobre títulos	2 841	1 773	60,2
Guarda de valores	419	315	33,1
Comissões colocação de fundos de investimento	798	734	8,8
Private banking	2 635	1 103	138,8
Outras	384	780	— 50,8
Comissões de venda de seguros	479	622	— 23,0
Comissões de manutenção de contas	330	1 096	— 69,9
Comissões de processamento	829	871	— 4,8
Outras	1 108	427	159,6
Comissões pagas	3 453	2 457	40,5
Total	33 562	25 819	30,0

Os valores da actividade de seguros relativos à Eurovida referem-se aos resultados e às provisões técnicas de resseguro. Os resultados de operações financeiras, que incluem os resultados obtidos na negociação de títulos e de operações cambiais, atingiram cerca de 2,3 milhões de euros, um valor muito superior ao alcançado no ano anterior.

O produto bancário, soma da margem financeira e dos proveitos líquidos relativos, essencialmente, a comissões, seguros e operações financeiras, elevou-se a 168,6 milhões, o que corresponde a um crescimento anual de 17%.

Os custos de transformação, que englobam os custos com pessoal, os gastos gerais administrativos e as amortizações do exercício, totalizaram 84,7 milhões de euros, registando um incremento de 20%. O quadro 15 apresenta os custos de transformação dos dois últimos anos nas suas diversas componentes.

Quadro 15 — Custos de transformação

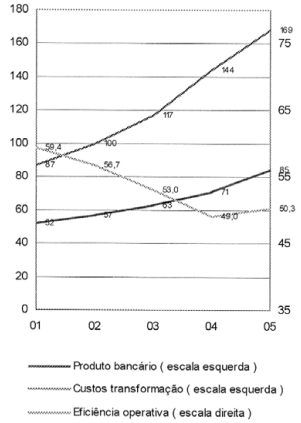
(Em milhares de euros)

	2005	2004	Variação (percentagem)
Custos com pessoal (*a*)	46 948	38 868	20,8
Remunerações	33 017	29 299	12,7
Encargos sociais	5 552	4 600	20,7
Fundo de pensões	7 030	4 453	57,9
Outros custos	1 350	516	>
Gastos gerais administrativos (*b*)	27 351	23 196	17,9
Fornecimentos de terceiros	2 730	3 559	— 23,3
Rendas e alugueres	3 474	2 965	17,2
Comunicações e desperdícios de expedição	3 661	3 080	18,9
Deslocações, estadias e representação	2 415	2 011	20,1
Publicidade e edição de publicações	2 023	2 323	— 12,9
Avenças e honorários	1 523	1 470	3,6
Conservação e reparação	4 490	2 244	100,1
Seguros	521	365	42,8
Judiciais, contencioso e notariado	650	517	25,8
Outros serviços de terceiros	5 863	4 663	25,8
Serviços de informática	607	44	>
Mão-de-obra eventual	382	309	23,8
Limpeza e manutenção	756	720	5,0
Transportes	1 562	1 458	7,2
Informações	548	537	2,0
Auditoria, estudos e consultas	480	470	2,1
Segurança e vigilância	376	430	— 12,5
Diversos	1 151	695	65,6
Custos de funcionamento (*c* = *a*+*b*)	74 299	62 065	19,7
Amortizações do exercício (*d*)	10 397	8 520	22,0
Total (*c*+*d*)	84 696	70 585	20,0

Os custos com pessoal ascenderam a 46,9 milhões de euros, apresentando um crescimento de 20,8%, para o qual contribuiu de uma forma significativa o aumento das dotações para o fundo de pensões devido ao aumento das responsabilidades em resultado da alteração de pressupostos decorrente da aplicação das novas normas internacionais de contabilidade, nomeadamente no que respeita à redução das taxas de rendimento e de desconto de 5,25% para 4,5%. O total dos gastos gerais administrativos fixou-se em cerca de 27,3 milhões de euros, com um acréscimo de 17,9%, face ao ano anterior. Este crescimento está influenciado por custos resultantes da mudança de marca ocorrida no final do ano. As dotações para amortizações do imobilizado atingiram 10,4 milhões de euros, mais 22% que em 2004. Este aumento deveu-se a amortizações relativas à área informática e às instalações para as novas agências.

O *ratio* de eficiência operativa, que corresponde à parte do produto bancário consumida pelos custos de transformação ou custos operativos, fixou-se, em 2005, em 50,3%, valor um pouco superior ao verificado em 2003. No entanto, a evolução dos últimos cinco anos tem sido muito positiva como pode ser observado na figura 11. Não considerando as amortizações do exercício, este *ratio* baixa para 44,1%, ligeiramente superior aos 43,1% registados em 2004.

Fig. 11 — Eficiência operativa



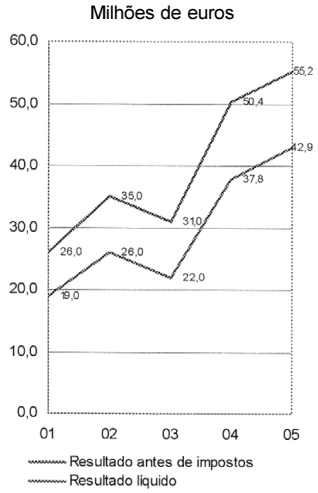
O peso dos custos com pessoal no produto bancário fixou-se em 27,8% no final de 2005, um valor ligeiramente superior ao verificado no ano anterior.

A margem de exploração, que resulta de subtrair ao produto bancário os custos de transformação, ascendeu, em 2005, a cerca de 83,9 milhões de euros, mais 14,1% que no ano anterior.

O valor da imparidade de crédito elevou-se a 32,3 milhões de euros, revelando um crescimento de 49%, relativamente ao ano de 2004.

O resultado bruto obtido (antes de deduzir os impostos sobre os lucros) fixou-se, no final de 2005, em 55,2 milhões de euros, mais 9,6% que no ano anterior. A este montante deve ser deduzido o imposto sobre os lucros, no valor de 12,3 milhões de euros, chegando-se a um resultado líquido de 42,9 milhões de euros, o que equivale a um crescimento de 13,6%, relativamente ao ano anterior. Este valor corresponde a 0,244 euros por acção, comparado com 0,215 euros por acção em 2004. A figura 12 mostra a evolução nos últimos cinco anos do resultado antes de impostos e do resultado líquido.

Fig. 12 — Evolução dos resultados



Rentabilidade

A análise conjunta da conta de resultados e do balanço permite avaliar a rentabilidade da actividade financeira do Banco Popular Portugal, comparando os proveitos e custos e respectivas margens com as aplicações e os recursos que lhes dão origem.

De acordo com o apresentado no quadro 16, verifica-se que o crédito concedido a clientes continuou a ser a principal componente do activo médio do Banco, representando 85% do total. O activo foi financiado em 51% por depósitos de cliente e em 34% por recursos de instituições de crédito, principalmente recursos do Grupo Banco Popular. Este quadro compara os saldos médios das aplicações e recursos, com o seu peso relativo no total, os proveitos ou custos e as respectivas taxas médias anuais.

Quadro 16 — Proveitos e custos financeiros. Margens

(Em milhares de euros)

	2005				2004			
	Saldo médio	Dist. (percentagem)	Proveitos ou custos	Taxa média (percentagem)	Saldo médio	Dist. (percentagem)	Proveitos ou custos	Taxa média (percentagem)
Crédito concedido (*a*)	4 454 053	85	220 095	4,94	3 812 305	87	194 226	5,09
Aplicações em instituições de crédito	360 210	7	8 211	2,28	215 708	5	4 847	2,25
Activos financeiras	168 619	3	8 105	4,81	74 901	2	2 591	3,46
Outros activas	239 977	5	48	0,22	273 657	6	165	0,06
Total do activo (*b*)	5 222 859	100	236 459	4,53	4 376 571	100	201 829	4,61
Depósitos de clientes (*c*)	2 683 688	51	52 725	1,96	2 487 872	57	48 741	1,96
Recursos de instituições de crédito	1 786 720	34	41 308	2,31	1 208 669	28	25 810	2,14
Passivos subordinados	279 186	5	8 899	3,19	214 563	5	8 621	4,02
Contas de capital	309 471	6	–	–	296 145	7	–	–
Outros passivos	163 794	3	36	0,02	169 323	4	619	0,37
Total do passivo e capitais próprios (*d*)	5 222 859	100	102 968	1,97	4 376 571	100	83 791	1,91
Margem com clientes (*a*–*c*)				2,98				3,14
Margem financeira (*b*–*d*)				2,56				2,70

Em 2005, o activo líquido médio atingiu 5.223 milhões de euros, fixando-se a sua rentabilidade global em 4,53%, menos 8 pontos base que no ano anterior. Por outro lado, o custo médio do total dos recursos afectos ao financiamento do activo registou um aumento de 6 pontos base, atingindo 1,97%. Esta evolução implicou uma redução de 14 pontos base da margem financeira anual, a qual se fixou em 2,56%. O aumento do custo médio global dos recursos deveu-se exclusivamente ao maior peso no total dos recursos de instituições de crédito e à subida do respectivo custo médio, o qual acompanhou a evolução ascendente da Euribor.

Por sua vez, o crédito a clientes registou uma redução de 15 pontos base na sua taxa média, passando de 5,09%, em 2004, para 4,94%, em 2005, enquanto que o custo médio dos depósitos de clientes se fixou em 1,96%, valor semelhante ao do ano anterior. Como consequência, a margem com clientes baixou para 2,84%, menos 13 pontos base em 2005.

Pela análise das figuras 13 e 14 verifica-se que, apesar de no último ano ter havido ligeiras reduções na margem com clientes e na margem financeira, a sua evolução nos últimos cinco anos tem sido pautada por uma razoável estabilidade. Assim, a margem de clientes teve uma evolução de 2,71%, em 2001, para 2,98%, em 2005. Por sua vez, nos últimos cinco anos a margem financeira passou de 2,59% para 2,56%.

Fig. 13 — Margem com clientes

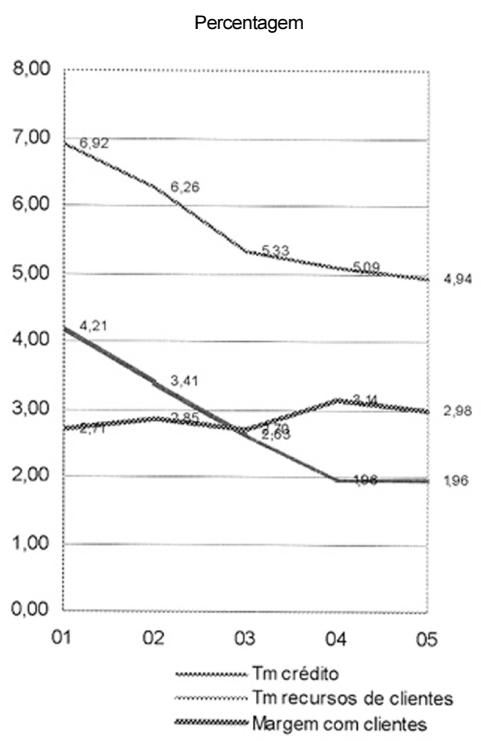
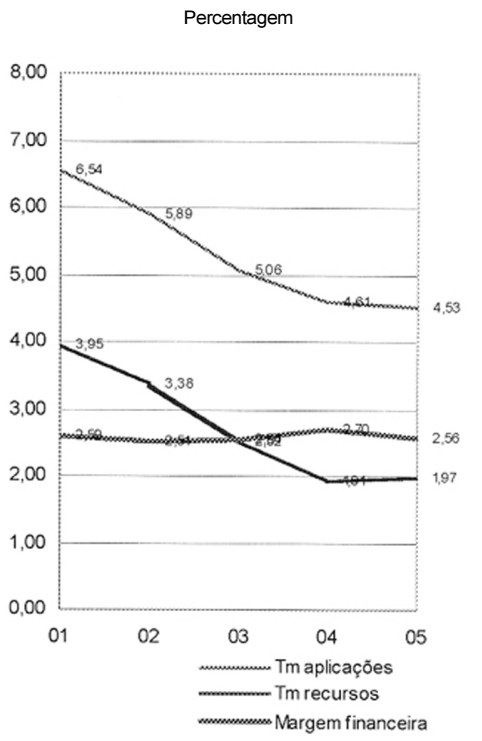


Fig. 14 — Margem financeira



No quadro 17 são apresentadas as contas de resultados dos anos de 2005 e 2004 com indicação das suas componentes em percentagem do activo médio total.

Quadro 17 — Rentabilidade total

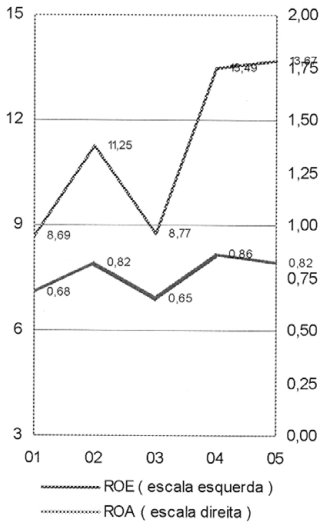
(Em milhares de euros)

	2005		2004		Variação	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Proveitos das aplicações	236 459	4,53	201 829	4,61	34 630	— 0,08
Custos dos recursos	102 968	1,97	83 791	1,91	19 177	0,06
Margem financeira	133 491	2,56	118 038	2,70	15 453	— 0,14
Rendimentos de instrumentos de capital	870	0,02	158	–	712	0,01
Comissões líquidas	33 562	0,64	25 818	0,59	7 743	0,05
Actividade de seguros	— 1 232	— 0,02	–	–	— 1 232	— 0,02
Resultados de operações financeiras	2 278	0,04	500	0,01	1 778	0,03
Outros resultados de exploração	— 409	— 0,01	— 444	— 0,01	35	0,00
Produto bancário	168 561	3,23	144 071	3,29	24 490	— 0,06
Custos com pessoal	46 948	0,90	38 868	0,89	8 080	0,01
Gastos gerais administrativos	27 351	0,52	23 196	0,53	4 156	— 0,01
Amortizações	10 397	0,20	8 520	0,19	1 877	0,00
Rentabilidade de exploração	83 864	1,61	73 487	1,68	10 377	— 0,07
Imparidade do crédito	32 262	0,62	21 652	0,49	10 610	0,12
Imparidade de outros activos	2 871	0,05	2 920	0,07	— 49	— 0,01
Provisões	— 3 350	— 0,06	— 1 019	— 0,02	— 2 331	— 0,04
Diferenças de consolidação negativas	3 118	0,06	–	–	3 118	0,06
Resultados em empresas associadas	–	0,00	426	0,01	— 426	— 0,01
Rentabilidade antes de impostos	55 199	1,06	50 359	1,15	4 840	— 0,09
Impostos	12 259	0,23	12 548	0,29	— 289	— 0,05
Rentabilidade líquida final (RDA)	42 940	0,82	37 811	0,86	5 129	— 0,04
Por memória:						
Activo líquido médio (milhões de euros)	5 223		4 377		846	19,3
Recursos próprios médios (milhões de euros)	314		280		34	12,1
Rentabilidade líquida dos capitais próprios — ROE (percentagem) (resultado líquido/capitais próprios médios)	13,67		13,49			0,18
Rentabilidade bruta dos capitais próprios (percentagem) (resultado antes de impostos/capitais próprios médios)	17,57		17,96			— 0,39
Cost to income (percentagem)	44,1		43,1			1,00

A rentabilidade de exploração atingiu, em 2005, 1,61%, menos 7 pontos base que no ano anterior. Esta ligeira redução deveu-se essencialmente aos efeitos conjugados da redução da margem financeira em 14 pontos base e da melhoria das comissões líquidas em 5 pontos base e dos resultados de operações financeiras em 3 pontos base.

Fig. 15 — ROA e ROE

Percentagem



A rentabilidade do activo (ROA), definida como a relação do resultado líquido com o activo líquido médio, registou uma redução de 4 pontos base, passando de 0,86%, em 2004, para 0,82%, em 2005.

Como corolário do aumento do resultado líquido, a rentabilidade final dos recursos próprios (ROE), definida como a relação entre o resultado líquido com os recursos próprios médios, registou uma pequena melhoria, passando de 13,49%, em 2004, para 13,67%, em 2005. A figura 15, evidencia a evolução destes indicadores de rentabilidade nos últimos cinco anos.

Gestão do risco

No Banco Popular, a gestão do risco inerente à sua actividade assenta fundamentalmente na análise da natureza e composição dos riscos e das garantias estabelecidas e nos mecanismos de controlo nas suas diversas fases: análise das novas operações, seguimento dos riscos assumidos e gestão dos riscos em dificuldade.

Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade de efectivo incumprimento da contraparte, traduzido no não reembolso atempado parcial ou total de importâncias mutuadas a clientes (crédito por desembolso) ou na necessidade de assumir compromissos não cumpridos por clientes junto de terceiros e garantidos pelo Banco (crédito por assinatura) continua a ser o risco mais relevante de toda a actividade do Banco Popular. A avaliação da exposição a este risco efectua-se no Banco segundo diferentes metodologias, complementares nalguns casos (análises, alertas, *ratings, scorings,* filtros e outras).

A aprovação específica dos créditos respeita os preceitos e os procedimentos estabelecidos nos diferentes regulamentos de crédito em vigor no Banco. Estão definidos os níveis hierárquicos competentes

para a aprovação de créditos de acordo com as características próprias destes, sempre com a preocupação da salvaguarda das necessárias, independência, colegialidade e descentralização das decisões, capazes de garantir a celeridade e a eficácia de todo o processo. Neste último sentido, e sempre que possível, as operações de crédito realizadas com clientes devem inscrever-se nos limites previamente estabelecidos e deverão sempre garantir os pretendidos níveis de rendibilidade, segurança e liquidez dos capitais utilizados. Os critérios utilizados para definir os níveis hierárquicos competentes para a decisão são; tipo de crédito, montante, prazo, preço, tipo de contra-garantia e cada vez mais, o *rating/scoring* atribuído ao cliente.

O Banco tem um departamento de prevenção e acompanhamento do risco que tem entre as suas principais funções a implementação de procedimentos de detecção de alertas que permitam prever situações de dificuldade no cumprimento das obrigações de crédito dos seus clientes, com base em fontes diversificadas de incidentes. Mensalmente são apurados os devedores que registam os referidos sinais, provenientes quer dos sistemas de informação do Banco quer de fontes externas, e submetidos à análise ponderada por parte da rede comercial sob a supervisão da área de prevenção do risco. Esta análise consubstancia-se na apreciação casuística dos clientes, na graduação dos sinais detectados e na marcação de uma política de condução do relacionamento com os clientes.

Durante o ano de 2005 consolidou-se a instalação de uma aplicação informática que permite o registo, a revisão, e a divulgação interna generalizada, dos casos apurados e analisados, a qual se encontra integrada com a informação de gestão adoptada nomeadamente para a tomada de decisões de crédito. Tal significa que a política marcada para os clientes é uma informação tida permanentemente em conta no momento da decisão de crédito, condicionando o seu processo de tomada de decisão.

Periodicamente é efectuada uma análise da carteira de crédito do Banco, com vista ao cálculo da imparidade e ao apuramento das provisões económicas, de forma a avaliar a suficiência das provisões contabilísticas. As provisões económicas são objecto de análise semestral por parte dos auditores, o que é acompanhado pela comissão executiva do Banco, sendo posteriormente reportadas ao Banco de Portugal.

Com o objectivo de permitir que a problemática do crédito vencido tivesse um tratamento ainda mais específico em termos de gestão e acompanhamento foi criado, em Maio de 2005, um departamento de crédito vencido.

A fim de manter uma vigilância ainda mais apertada sobre a exposição e evolução do crédito vencido, o Banco aperfeiçoou uma ferramenta informática para a sua gestão que havia sido concebida e implementada em 2004. Este sistema permite que o crédito irregular seja objecto de uma análise diária e mais criteriosa quanto à sua evolução em geral e, em particular, que todas as situações de incumprimento sejam sinalizadas desde o primeiro dia em que surgem.

A evolução do crédito problemático é assim analisada de uma forma praticamente diária, em que se fazem, quando pertinente, pontos de situação à CE. sobre os principais clientes incumpridores, sendo definidas linhas de actuação a adoptar de imediato pelo Banco.

O crédito em contencioso é gerido por um órgão específico, o qual tem como objectivo a recuperação judicial, de forma expedita e nas melhores condições possíveis, dos créditos vencidos, em relação aos quais se revelaram infrutíferas as diligências anteriormente desenvolvidas. A fim de conseguir maior eficiência na recuperação de tal crédito, foi fomentada uma aproximação entre o departamento de crédito vencido e o gabinete de contencioso, por forma a conseguir-se uma actuação articulada sobre operações/clientes afectos a contencioso, tendo em perspectiva que, sem prejuízo das diligencias em curso, se consigam soluções pela via extrajudicial.

O quadro 18 apresenta o total de riscos de crédito assumidos pelo Banco distribuídos por escalões de saldos por cliente. Pela sua análise, verifica-se que 63,3% do risco total está concentrado em saldos de risco por cliente inferiores a 1 milhão de euros, 20,7% está compreendido entre 1 milhão de euros e 6 milhões de euros e apenas 16,1% do total respeita a saldos por cliente superiores a 6 milhões de euros. Estes valores revelam um adequado grau de diversificação, tendo em conta que o Banco mantém uma elevada carteira de crédito destinado ao financiamento da promoção imobiliária e que estas operações são, em regra, de montantes mais elevados devido à dimensão dos projectos de construção.

Quadro 18 — Concentração do risco em 31 de Dezembro de 2005

(Em milhares de euros)

Escalões de riscos por paciente	Risco total	Percentagem	Risco vivo		Crédito vencido	Crédito vencido/risco total (percentagem)
			Crédito	Extrapatrimoniais		
Menos de 25	195 887	3,7	176 660	9 348	9 879	5,04
Entre 25 e 50	251 082	4,8	232 953	10 703	7 426	2,96
Entre 50 e 125	827 386	15,8	776 433	29 313	21 640	2,62
Entre 125 e 250	908 519	17,3	863 724	33 215	11 580	1,27
Entre 250 e 500	616 972	11,8	558 284	47 526	11 162	1,81
Entre 500 e 1.000	519 469	9,9	458 840	47 706	12 923	2,49
Entre 1 000 e 3 000	569 125	10,8	496 963	59 625	12 538	2,20
Entre 3 000 e 6 000	515 906	9,8	482 158	33 748	–	–
Superior a 6 000	845 810	16,1	809 817	35 993	–	–
Total	5 250 158	100,0	4 855 832	307 177	87 148	1,66

O quadro 19 apresenta a distribuição dos riscos por sector de actividade, bem como do crédito vencido e respectivo peso no total, verificando-se que, conforme foi já referido, cerca de 47% dos riscos de crédito estão orientados para o sector da construção, o qual está em larga escala, garantido por hipoteca. O sector de serviços, que representa 22% do total, é aquele que apresenta o *ratio* de crédito vencido mais baixo.

Quadro 19 — Concentração do risco por sectores de actividade em 31 de Dezembro de 2005

(Em milhares de euros)

Sectores de actividade	Risco total	Percentagem	Risco vivo		Crédito vencido	Crédito vencido/risco total (percentagem)
			Crédito	Extrapatrimoniais		
Agricultura	68 810	1,3	59 718	6 508	2 584	3,76
Indústria	433 727	8,3	402 095	22 275	9 356	2,16
Construção	2 445 396	46,6	2 276 512	128 617	40 267	1,65
Serviços	1 144 966	21,8	1 027 852	99 983	17 131	1,50
Comércio e hotelaria	600 763	11,4	548 818	40 496	11 449	1,91
Transportes e comunicações	51 144	1,0	48 085	2 756	303	0,59
Outros serviços	493 060	9,4	430 949	56 732	5 379	1,09

(Em milhares de euros)

Sectores de actividade	Risco total	Percentagem	Risco vivo		Crédito vencido	Crédito vencido/risco total (percentagem)
			Crédito	Extrapatrimoniais		
Particulares	1 145 192	21,8	1 079 980	47 499	17 713	1,55
Habitação	782 939	14,9	767 449	–	15 490	1,98
Outro	362 252	6,9	312 530	47 499	2 223	0,61
Sem classificar	12 067	0,2	9 675	2 295	97	0,80
Total	5 250 158	100,0	4 855 832	307 177	87 148	1,66

O montante do crédito e juros vencidos atingiu, no final de 2005, um total de 87,1 milhões de euros, valor que duplicou relativamente ao ano anterior. De acordo com o observado no quadro 20, este crédito representava 1,76% do crédito total, superior ao valor de 1,02% registado no ano anterior. Considerando apenas o crédito vencido há mais de 90 dias, estes indicadores baixam para 1,67%, em 2005, e 0,96%, em 2004. Tomando por base os riscos totais, o crédito vencido total representava, em 2005, 1,66%, mais que o valor de 0,97%, em 2004.

Quadro 20 — Crédito vencido e crédito em incumprimento

(Em milhares de euros)

	2005	2004	Variação	
			Valor	Percentagem
Crédito e juros vencidos	87 148	43 202	43 946	101,7
Crédito vencido há mais de 90 dias (*a*)	82 673	40 608	42 065	103,6
Crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido (*b*)	4 297	9 716	– 5 419	– 55,8
Crédito em incumprimento (*a*+*b*)	86 970	50 324	36 646	72,8
Crédito vencido/crédito total (em percentagem)	1,76	1,02	–	–
Crédito vencido há mais de 90 dias/crédito total (em percentagem)	1,67	0,96	–	–
Crédito em incumprimento/crédito total (em percentagem)	1,76	1,18	–	–
Crédito em incumprimento, líquido/crédito total, líquido (percentagem)	0,67	0,49	–	–
Imparidade sobre crédito a clientes				
Cobertura do crédito vencido (percentagem)	82,1	107,6	–	–
Cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias (percentagem)	86,5	114,5	–	–
Cobertura do crédito em incumprimento (percentagem)	82,2	92,4	–	–
Por memória:				
Crédito total (*c*)	4 942 981	4 248 270	694 710	16,4
Riscos extrapatrimoniais (*d*)	307 177	224 672	82 505	36,7
Riscos totais (*c*+*d*)	5 250 158	4 472 942	777 215	17,4

O Banco de Portugal define o conceito de crédito em incumprimento para avaliar a qualidade do crédito das instituições de crédito, correspondendo este à soma do crédito vencido há mais de noventa dias com o crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento (aplicação da alínea *a*) do n.º 1 do n.º 4 do aviso n.º 3/95). Este crédito corresponde às prestações vincendas de uma mesma operação em que se verifique, relativamente às respectivas prestações vencidas de capital e juros, pelo menos uma das condições: (*i*) excedam 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos; (*ii*) estejam em incumprimento há mais de seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos, 12 meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos e inferior a 10 anos, e 24 meses, nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos.

Conforme apresentado no quadro 20, o total do crédito em incumprimento do Banco Popular ascendia, no final de 2005, a 87 milhões de euros, mais 34,6 milhões de euros que em 2004, representando 1,76% do crédito total.

Em termos consolidados, o valor da imparidade sobre crédito a clientes ascendia, no final de 2005, a 71,5 milhões de euros, mais 53,8% que no ano anterior. Este valor garantia uma cobertura de 82,1% do crédito vencido total e de 82,2% do crédito em incumprimento.

Em termos individuais, o Banco constitui provisões de acordo com as normas do Banco de Portugal para fazer face aos riscos do crédito. No final de 2005, estas provisões ascendiam a 101,1 milhões de euros, garantindo uma cobertura de 116% do crédito vencido total e de 122% do crédito em incumprimento.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do balanço consolidado da actividade bancária é medido por um modelo de *repricing gap* sobre os activos e passivos susceptíveis de variações na taxa de juro. De um modo sucinto, este modelo agrupa os activos e passivos sensíveis a variações em intervalos de tempo fixos (datas de vencimento ou de primeira revisão de taxa de juro, quando a mesma está indexada), a partir dos quais se calcula um impacto potencial sobre a margem de intermediação.

Um *gap* positivo num determinado prazo significa um efeito favorável na margem financeira numa situação de subida de taxa de juro, enquanto se for negativo, produzirá o efeito contrário.

No quadro seguinte apresenta-se o balanço consolidado da actividade bancária do Grupo Banco Popular Portugal, em 31 de Dezembro de 2005, agrupado por prazos e respectivos *gaps:*

Quadro 21 — *Gap* de vencimentos e reapreciações do balanço consolidado (actividade bancária) em 31 de Dezembro de 2005

(Em milhares de euros)

	Até um mês	De um mês a três meses	De três meses a 12 meses	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Insensível	Total
Mercado monetário:							
Caixa e saldos em bancos centrais	56 018	–	–	–	–	26 309	82 327

(Em milhares de euros)

	Até um mês	De um mês a três meses	De três meses a 12 meses	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Insensível	Total
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	691 083	6 612	657	–	–	–	698 362
Crédito	1 094 946	1 770 307	1 687 163	10 400	–	381 742	4 944 568
Mercado de capitais:							
Títulos disponíveis para venda	13 283	25 462	19 544	–	–	17 952	76 241
Participações financeiras	–	–	–	–	–	13 886	13 886
Outros activos	–	–	–	–	–	160 500	160 500
Total do activo	1 855 330	1 802 381	1 707 364	10 400	–	600 389	5 975 864
Mercado monetário:							
Recursos de instituições de crédito	697 557	890 208	423 351	308 477	–	–	2 319 593
Outros depósitos	29 189	–	–	–	–	–	29 189
Depósitos	1 118 449	790 764	503 938	260 259	–	214 981	2 888 391
Mercado de capitais:							
Obrigações de caixa e passivos subordinados	10 000	281 843	15 295	–	–	–	307 138
Outros passivos e situação líquida	–	–	–	–	–	431 562	431 562
Total do passivo + situação líquida	1 855 195	1 962 815	942 584	568 736	–	646 533	5 975 864
Gap	135	(160 434)	764 780	(558 336)	–	(46 145)	–
Gap acumulado	135	(160 300)	604 480	46 145	46 145	–	–

Denota-se algum equilíbrio, principalmente até três meses, no que se refere à periodicidade de revisão das taxas de juros de operações activas e passivas. Na sua grande maioria, todas as operações são revistas até um ano. Refira-se ainda que, o Banco Popular Portugal, num número significativo de contratos de crédito, encontra o seu risco de taxa de juro parcialmente coberto por limites máximos de descida contratualmente previstos.

A partir do balanço anterior, realizam-se simulações em distintos cenários com o objectivo de medir a sensibilidade da margem financeira do Banco. Assim, no fecho do exercício, uma variação de 1% nas taxas de juro provocaria uma variação de cerca de 3% na margem de intermediação do ano.

O Banco Popular Portugal recorre ainda a uma metodologia dinâmica, o que lhe permite igualmente avaliar como seriam os impactos na margem financeira, nos próximos 12 meses, caso a evolução das taxas ocorresse de acordo com as expectativas do mercado. Para a elaboração do balanço do Banco, são admitidos ainda alguns pressupostos: crescimento das aplicações e recursos e reapreciação das operações de acordo com a sua periodicidade de revisão média.

De acordo com esta metodologia, verificava-se que, em 31 de Dezembro de 2005, o impacto médio mensal acumulado na margem financeira para os próximos 12 meses ascenderia a 7517 milhares de euros.

Risco de mercado

O Banco Popular Portugal avalia o risco específico resultante da actividade na área de mercado. Nos últimos anos, a análise do risco de mercado tem vindo a ganhar importância, em grande medida devido ao aumento da volatilidade dos mercados e também pelo aumento do peso dos activos negociáveis nos balanços das instituições. Esta análise incide sobre as três grandes componentes da carteira de investimento do Banco: títulos, posição cambial e fundos de investimento.

Em termos metodológicos, para a análise do risco de mercado, o Banco recorre a uma metodologia *value-at-risk* (VaR), ou seja, considerando uma determinada probabilidade, calcula o máximo de perda diária do valor da carteira de instrumentos financeiros, com um nível de confiança de 99%. Complementarmente, e para aquilatar da eficácia deste modelo, efectua-se uma análise retrospectiva aos resultados obtidos *(back testing)*.

No que se refere à carteira de títulos do Banco, algumas das espécies encontram-se associadas a contratos de *swap* de cobertura de risco de taxa de juro, pelo que são excluídas da análise efectuada. O quadro seguinte apresenta a evolução do VaR global durante o ano de 2005, com indicação do valor diário no final de cada mês.

Quadro 22 — Valor em risco (VaR) durante o ano de 2005

(Em milhares de euros)

Dados no final do mês	VaR diário	Valor em risco	Percentagem
Janeiro	273,1	27 115	1,01
Fevereiro	246,6	27 153	0,91
Março	271,5	27 198	1,00
Abril	217,1	27 118	0,80
Maio	223,9	27 375	0,82
Junho	207,0	16 701	1,24
Julho	202,0	16 879	1,20
Agosto	171,3	16 829	1,02
Setembro	183,6	17 309	1,06
Outubro	178,1	17 463	1,02
Novembro	225,5	17 175	1,31
Dezembro	137,7	17 597	0,78

O valor em risco do Banco Popular Portugal manteve-se, ao longo do ano, em níveis relativamente baixos, apresentando valores diários próximos de apenas 1% do valor total em risco diariamente. De referir que no início do mês de Junho de 2005 foi alterada a composição da carteira de títulos do Banco, tendo sido efectuadas igualmente operações de cobertura sobre os novos títulos adquiridos, o que justifica a diminuição significativa do valor em risco neste mês.

Risco de liquidez

Este conceito pressupõe a possibilidade de uma instituição de crédito dispor de fundos líquidos para fazer face, em cada momento, às suas obrigações de pagamento.

No que diz respeito à análise ao risco de liquidez, para além das obrigações a que está sujeito para com o Banco de Portugal, o Banco Popular Portugal recorre ainda ao conceito de *gap* de liquidez, ou seja, a partir do balanço do Banco, em 31 de Dezembro de 2005, conjugando-o com os vencimentos das operações activas e passivas, obtém-se uma posição desagregada (positiva ou negativa) segundo os prazos residuais de vencimento das operações.

O quadro seguinte apresenta o balanço consolidado no final do mês de Dezembro de 2005, com as principais classes agrupadas por prazos de vencimento.

Em prazos até três meses, os recursos sensíveis superam as correspondentes aplicações, originando sempre um *gap* negativo. A mais de cinco anos, o *gap* é positivo, facto que deriva essencialmente do crédito a longo prazo concedido pelo Banco.

Quadro 23 — Gap de liquidez do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005

(Em milhares de euros)

	Até um mês	De um mês a três meses	De três meses a 12 meses	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Indeterminado	Total
Caixa e saldos em bancos centrais	56 018	–	–	–	–	26 310	82 328
Disponibilidades em outras instituições de crédito	82 536	–	–	–	–	–	82 536
Activos financeiros detidos para negociação	177	524	1 225	4 316	1 381	10 362	17 985
Outros activos financeiros ao justo valor	–	886	12 344	74 092	121 068	81 754	290 144
Activos financeiros disponíveis para venda	2 500	150	18 223	14 893	26 373	8 856	70 995
Aplicações em instituições de crédito	546 776	45 503	16 972	5 000	1 000	469	616 720
Crédito a clientes	284 101	683 968	1 109 452	1 571 685	1 196 889	96 886	4 942 981
Outros activos	12 759	299	7 998	–	–	20 175	41 231
Total do activo	984 867	732 330	1 166 214	1 669 986	1 346 711	244 812	6 144 920
Passivos financeiros detidos para negociação	3	9	10	–	2 671	–	2 693
Recursos de outras instituições de crédito	459 839	156 607	418 759	1 258 476	40 000	15 101	2 348 782
Recursos de clientes	1 492 067	834 122	489 835	48 251	1 138	9 806	2 875 219
Responsabilidades representadas por títulos	5 156	1 507	3 149	–	–	19	9 831
Passivos subordinados	143	151	51	14 950	290 391	1 453	307 139
Passivos por impostos correntes	–	1 167	–	–	–	1 167	–
Outros passivos	21 350	3 658	7 610	–	–	17 953	50 571
Reservas de reavaliação	–	–	–	15	— 149	8 923	8 789
Total do passivo	1 978 558	996 054	920 581	1 321 692	334 051	53 255	5 604 191
Gap	— 993 691	— 263 724	245 633	348 294	1 012 660	191 557	540 729
Gap acumulado	— 993 691	— 1 257 415	— 1 011 782	— 663 488	349 172	540 729	–
Gap de liquidez a 31 de Dezembro de 2004:							
Gap	— 786 478	121 017	— 203 354	365 815	664 742	63 542	225 284
Gap acumulado	— 786 478	— 665 461	— 868 815	— 503 000	161 742	225 284	–

Sociedades participadas

O Grupo Banco Popular Portugal inclui outras sociedades especializadas que cobrem muitos dos serviços financeiros não desenvolvidos directamente pelo Banco.

Estas sociedades são o BNC International (Cayman), Ltd., um banco residente nas Ilhas Caimão em processo de liquidação, a Gerfundos e a Predifundos, duas sociedades gestoras de fundos de investimento. Em todas estas sociedades o Banco detém a totalidade do capital.

Nas áreas dos seguros de vida e planos de reforma, o Banco Popular participa a 100% no capital da Eurovida — Companhia de Seguros de Vida, S. A., sendo o principal canal de distribuição dos seus produtos através da rede de agências.

Nos quadros seguintes são apresentados os balanços e contas de resultados destas sociedades relativos aos dois últimos anos.

Eurovida — Companhia de Seguros de Vida, S. A.

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Balanços:		
Activo:		
Imobilizações	645	802
Investimentos	314 145	240 095
Provisões técnicas de resseguro cedido	2 237	1 972
Devedores	1 407	1 419
Depósitos em bancos e caixas	27	54
Acréscimos e diferimentos	1 099	999
Total do activo	319 560	245 340
Passivo:		
Provisões técnicas	300 925	231 438
Outras provisões	168	–
Fundo para dotações futuras	165	86
Depósitos recebidos de resseguradoras	589	1 149
Credores	2 115	2 096
Acréscimos e deferimentos	927	904
Passivos subordinados	2 000	–
Recursos próprios	9 914	7 787
Resultado do exercício	2 756	1 880
Total do passivo	319 560	245 340

	2005	2004
Contas de exploração:		
Prémios líquidos de resseguro	80 552	66 931
+ Outros proveitos financeiros (líquidos)	12 315	12 929

	2005	2004
– Custos com sinistros líquidos de resseguro	14 579	17800
– Provisões técnicas (variação)	68 684	54 770
– Comissões e outros portes (líquidos)	3 755	2 930
– Gastos administrativos	2 396	2 208
= Resultado da conta técnica	3 453	2 152
+ Resultados de investimentos	731	322
+ Outros proveitos (líquidos)	– 411	– 316
+ Resultados extraordinários	29	273
= Resultado antes de impostos	3 802	2 431
– Imposto sobre os lucros	1 046	551
= Resultado líquido	2 756	1 880

Gerfundos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Balanços:		
Activo:		
Caixa e disponibilidades sobre instituições de crédito	741	1 494
Outros créditos sobre instituições de crédito	1 506	–
Outros activos	296	195
Total do activo	2 544	–
Passivo:		
Outros passivos	167	189
Contas de regularização	–	–
Capital subscrito	300	300
Reservas e resultados transitados	1 201	530
Lucro do exercício	876	671
Total do passivo	2 544	1 689
Patrimónios sob gestão	254 373	137 945

	2005	2004
Contas de exploração:		
+ Juros e proveitos equiparados	7	1
– Juros e custos equiparados	–	–
= Margem financeira	7	1
+ Comissões e outros resultados financeiros	1 279	–
= Produto bancário	1 286	991
– Custos de transformação	76	64
= Margem de exploração	1 210	927
+ Resultados extraordinários	–	–
= Resultados antes de impostos	1 210	927
– Impostos sobre os lucros	334	256
= Resultado líquido	876	671

Predifundos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A.

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Balanços:		
Activo:		
Caixa e disponibilidades sobre instituições de crédito	604	1337
Outro créditos sobre instituições de crédito	1004	–
Outros activos	32	4
Contas de regularização	–	31
Total do activo	1 640	1 372
Passivo:		
Outros passivos	36	23
Capital subscrito	375	375
Reservas e resultados transitados	973	722
Lucro do exercício	256	252
Total do passivo	1 640	1 372
Patrimónios sob gestão	23 812	23 362

	2005	2004
Contas de exploração:		
+ Juros e proveitos equiparados	21	18
– Juros e custos equiparados	–	–
= Margem financeira	21	18
+ Comissões e outros resultados de exploração líquidos	356	336
= Produto bancário	377	355
– Custos de transformação	24	7
= Margem de exploração	353	347
+ Resultados extraordinários	–	–
= Resultados antes de impostos	353	347
– Impostos sobre os lucros	97	96
= Resultado líquido	256	252

Proposta de aplicação dos resultados

Em conformidade com o artigo 24.º dos estatutos e tendo em consideração a conveniência de maximizar o autofinanciamento dos capitais próprios, o conselho de administração propõe que o resultado líquido do exercício de 2005 do Banco Popular Portugal, S. A., no montante de 27 294 334,52 euros, tenha a seguinte aplicação (em euros):

Para reserva legal	2 730 000,00
Para outras reservas	24 564 334,52

Nota final

No dia 20 de Abril de 2005, o Dr. Alberto Alves de Oliveira Pinto renunciou ao cargo de presidente do conselho de administração e o Eng. Jorge Augusto Alves Gonçalves renunciou ao cargo de vogal do conselho de administração. Na assembleia geral anual realizada no mesmo dia foram eleitos o Dr. João Filipe Maia de Lima Mayer para presidente do conselho de administração e D. Rafael Bermejo Blanco para vogal do conselho de administração.

Nesta assembleia geral foram igualmente eleitos, como fiscal único, a PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.da, e como fiscal único suplente, Jorge Manuel Santos Costa em substituição da Belarmino Martins, Eugénio Ferreira & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, fiscal único, e Belarmino Gonçalves Martins, fiscal único suplente, que haviam pedido a sua demissão a partir do exercício de 2005.

No dia 18 de Novembro de 2005, o Dr. César Alexandre Xisto renunciou ao seu mandato de vice-presidente do conselho de administração, renúncia que, nos termos da lei, produziu efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2005.

O conselho de administração expressa o seu reconhecimento às autoridades monetárias e de supervisão, ao accionista Banco Popular Español e ao fiscal único, pela valiosa cooperação no acompanhamento da actividade do Banco Popular Portugal.

O conselho manifesta igualmente o seu agradecimento aos clientes pela confiança depositada e aos trabalhadores o seu apreço pelo empenhamento profissional no exercício das suas funções e contribuição para o desenvolvimento do Banco.

Lisboa, 31 de Março de 2006. — O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)*

Anexo ao relatório de gestão

Posição accionista dos membros dos órgãos de administração e fiscalização (artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais)

Nada a reportar.

Participações qualificadas (artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais e artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários)

Accionistas	Número de acções	Participação no capital social (percentagem)	Direitos de voto (percentagem)
Banco Popular Español, S. A. ...	176 000 000	100	100

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)*

Balanço individual NCA em 31 de Dezembro de 2005

(Em milhares de euros)

	Notas	Ano			Ano anterior
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
Activo:					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	12	82 327	–	82 327	67 051
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13	75 969	–	75 969	40 359
Activos financeiros detidos para negociação	14	7 090	–	7 090	4 171
Outros activos financeiros justo valor através de resultados	15	32 966	–	32 966	30 803
Activos financeiros disponíveis para venda	16	36 438	–	36 438	28 046
Aplicações em instituições de crédito	18	616 492	–	616 492	172 967
Crédito a clientes	19	4 798 889	58 286	4 740 603	4 038 490
Activos não correntes detidos para venda	17	61 592	7 256	54 336	19 472
Outros activos tangíveis	20	154 655	51 827	102 828	92 716
Activos intangíveis	21	19 093	14 393	4 700	3 394
Investimento em filiais e associadas	22	34 647	899	33 748	23 998
Activos por impostos correntes		1 643	–	1 643	–
Activos por impostos diferidos	23	6 635	–	6 635	7 172
Outros activos	24	50 061	–	50 061	29 266
Total do activo		5 978 497	132 661	5 845 836	4 557 905

(Em milhares de euros)

	Notas	Ano			Ano anterior
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
Passivo:					
Passivos financeiros detidos para negociação	14	2 528	–	2 528	2 892
Recursos de outras instituições de crédito	25	2 374 409	–	2 374 409	2 253 987
Recursos de clientes	26	2 896 701	–	2 896 701	1 823 952
Responsabilidades representadas por títulos	27	9 831	–	9 831	20 116
Provisões	28	45 767	–	45 767	37 866
Passivos por impostos correntes		–	–	–	5 305
Passivos por impostos diferidos	23	4 297	–	4 297	1 754
Outros passivos subordinados	29	145 295	–	145 295	80 135
Outros passivos	30	48 162	–	48 162	38 222
Total de passivo		5 526 990	–	5 526 990	4 264 229
Capital:					
Capital	33	176 000	–	176 000	175 928
Prémios de emissão		10 109	–	10 109	9 913
Reservas de reavaliação	34	4 109	–	4 109	4 419
Outras reservas e resultados transitados	35	101 334	–	101 334	63 904
Resultado do exercício		27 294	–	27 294	39 512
Total de capital		318 846	–	318 846	293 676
Total do passivo + capital		5 845 836	–	5 845 836	4 557 905

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstração dos resultados individual NCA em 31 de Dezembro de 2005

(Em milhares de euros)

	Notas	Ano	Ano anterior
Juros e rendimentos similares	6	214 763	189 530
Juros e encargos similares	6	99 677	82 538
Margem financeira		115 086	106 992
Rendimento de instrumentos de capital	8	54	15 998
Rendimentos de serviços e comissões	7	44 984	32 447
Encargos com serviços e comissões	7	— 2 278	— 2 357
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	9	— 59	— 31
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)		665	— 31
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	9	875	— 162
Resultados de alienação de outros activos		57	— 20
Outros resultados de exploração		— 148	— 210
Produto bancário		159 236	152 990
Custos com pessoal	10	45 234	38 868
Gastos gerais administrativos	10	25 783	23 036
Depreciações e amortizações	20 e 21	10 070	8 519
Provisões líquidas de reposições e anulações	28	5 149	2 725
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquido de reposições e anulações)	19	31 987	26 406
Imparidade outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		–	–
Imparidades de outros activos líquida de reversões e recuperações	17	2 790	3 440
Resultado antes de impostos		38 223	49 996
Impostos		10 929	10 484
Correntes	11	6 943	11 492
Diferidos	11	3 986	— 1 008
Resultado após impostos		27 294	39 512
Do qual: resultado após impostos de operações descontinuadas		–	–
Resultado líquido do exercício		27 294	39 512
Resultado por acção (euro)		0,16	0,22

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstração dos fluxos de caixa individuais para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	Notas	Ano	Ano anterior
Actividades operacionais:			
Juros e comissões recebidos		260 802	222 598
Juros e comissões pagos		— 100 660	— 81 899
Recuperação de crédito e juros vencidos		1 244	427
Pagamento a empregados e fornecedores		— 61 362	— 54 596
Contribuições para o fundo de pensões	31	— 23 467	— 3 400
Resultados operacionais antes de alterações nos fundos operacionais		76 557	83 130
(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais:			
Créditos sobre instituições de crédito		— 12 056	— 11 382
Depósitos em bancos centrais		— 13 239	46 179
Crédito sobre clientes		— 769 325	— 650 512
Activos financeiros		— 396	1 588
Outros activos operacionais		— 2 450	613
Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais:			
Débitos para com instituições de crédito		123 763	401 293
Débitos para com clientes		1 070 991	— 71 970
Débitos representados por títulos		— 10 029	— 139
Outros passivos operacionais		— 1 219	— 505
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais antes de impostos sobre os lucros		462 597	— 201 705
Impostos pagos sobre lucros		— 13 603	— 7 302
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		448 994	— 209 007
Actividades de investimento:			
Dividendos recebidos		54	15 998
Compra de participações em empresas filiais		— 9 750	— 694
Activos financeiros disponíveis para venda		— 8 664	9 460
Vendas de activos não correntes detidos para venda		807	–
Compra de imobilizações		— 22 028	— 3 835
Valores recebidos na venda de imobilizações		533	110
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		— 39 048	21 039
Actividades de financiamento:			
Juros e amortizações de dívida subordinada	29	— 2 140	— 1 053
Emissão de dívida subordinada	29	65 000	55 000
Emissão de acções	33	72	–
Prémios de emissão de acções	33	196	–
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		63 128	— 1 053
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		— 3 924	890
Aumento líquido em caixa e seus equivalentes		469 150	— 188 131
Caixa e seus equivalentes no início do período	35	226 407	359 538
Caixa e seus equivalentes no fim do período	35	695 557	226 407
		469 150	— 133 131

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstração individual dos movimentos nas contas de capital próprio

(Em milhares de euros)

	Capital social	Prémio de emissão	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2004	175 928	9 913	62 152	6 047	–	254 040
Transferência para reserva legal	–	–	1 898	— 1 898	–	–
Transferência para outras reservas	–	–	17 075	— 17 075	–	–
Variações em invest. disponíveis para venda, líquida de imposto	–	–	124	–	–	124
Resultado líquido do ano antes da alter. dos critérios contabilísticos	–	–	–	–	42 145	42 145
Reclassificação activos/passivos negociação justo valor	–	–	–	–	850	850
Reclassificação activos financeiros justo valor através de resultados	–	–	–	–	423	423
Comissões de crédito — método de taxa de juro efectiva	–	–	–	–	— 3 008	— 3 008
Passivos subordinados — método de taxa de juro efectiva	–	–	–	–	— 7	— 7
Responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios	–	–	–	–	— 1 666	— 1 666

(Em milhares de euros)

	Capital social	Prémio de emissão	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total
Perdas não reconhecidas na demonstração de resultados	–	–	–	–	— 233	— 233
Impostos diferidos activos e passivos	–	–	–	–	1 008	1 008
Saldo a 31 de Dezembro de 2004	175 928	9 913	81 249	— 12 926	39 512	293 676
Transferência para resultados transitados	–	–	–	42 145	— 39 512	2 633
Transferência resultados — aplicação IFRS	–	–	–	— 2 633	–	— 2 633
Responsabilidades pensões de reforma (transição IFRS)	–	–	–	— 2 082	–	— 2 082
Variações em invest. disponíveis para venda, líquida de imposto	–	–	— 310	–	–	— 310
Aumentos de capital (incorporação da sucursal do BPE)	72	196	–	–	–	268
Transferência para reserva legal	–	–	4 215	— 4 215	–	–
Transferência para outras reservas	–	–	37 931	— 37 931	–	–
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	27 294	27 294
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	176 000	10 109	123 085	— 17 642	27 294	318 846

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Balanço consolidado NIC/NIRF em 31 de Dezembro de 2005

(Em milhares de euros)

	Notas	Ano			Ano anterior
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	
Activo:					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	12	82 328	–	82 328	67 051
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13	82 536	–	82 536	42 779
Activos financeiros detidos para negociação	14	17 985	–	17 985	4 170
Outros activos financeiros justo valor através de resultados	15	290 144	–	290 144	30 803
Activos financeiros disponíveis para venda	16	70 995	–	70 995	28 047
Aplicações em instituições de crédito	18	616 720	–	616 720	135 539
Crédito a clientes	19	4 942 981	71 505	4 871 476	4 201 764
Activos não correntes detidos para venda	17	64 651	7 617	57 034	22 645
Outros activos tangíveis	20	165 825	52 524	113 301	102 833
Activos intangíveis	21	27 346	16 190	11 156	3 646
Investimento em filiais e associadas	22	–	–	–	5 119
Activos por impostos correntes		2 040	–	2 040	11
Activos por impostos diferidos	23	14 160	–	14 160	15 437
Provisões técnicas de resseguro cedido	28	2 237		2 237	–
Outros activos	24	41 231	949	40 282	15 198
Devedores por seguro directo e resseguro		1 717		1 717	–
Outros		39 514	949	38 565	15 198
Total do activo		6 421 179	148 785	6 272 394	4 675 042
Passivo:					
Passivos financeiros detidos para negociação	14	2 693	–	2 693	3 250
Recursos de outras instituições de crédito	25	2 348 782	–	2 348 782	1 593 006
Recursos de clientes	26	2 875 219	–	2 875 219	2 407 604
Responsabilidades representadas por títulos	27	9 831	–	9 831	34 513
Provisões	28	2 915	–	2 915	2 558
Provisões técnicas	28	302 071	–	302 071	–
Passivos por impostos correntes		1 167	–	1 167	5 513
Passivos por impostos diferidos	23	7 615	–	7 615	4 447
Outros passivos subordinados	29	307 139	–	307 139	264 918
Outros passivos	30	50 571	–	50 571	37 752
Credores por seguro directo e resseguro		793	–	793	–
Outros passivos		49 778	–	49 778	37 752
Total do passivo		5 908 003	–	5 908 003	4 353 561
Capital:					
Capital	33	176 000	–	176 000	175 928
Prémios de emissão	33	10 109	–	10 109	9 913
Reservas de reavaliação	34	8 789	–	8 789	9 060
Outras reservas e resultados transitados	34	126 553	–	126 553	88 769
Resultado do exercício		42 940	–	42 940	37 811
Total do capital		364 391	–	364 391	321 481
Total do passivo + capital		6 272 394	–	6 272 394	4 675 042

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstração consolidada dos resultados NIC/NIRF em 31 de Dezembro de 2005

(Em milhares de euros)

	Notas	Ano	Ano anterior
Juros e rendimentos similares	6	236 459	201 829
Juros e encargos similares	6	102 968	83 791
Margem financeira		133 491	118 038
Rendimento de instrumentos de capital	8	870	158
Rendimentos de serviços e comissões	7	37 014	28 275
Encargos com serviços e comissões	7	— 3 453	— 2 457
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	9	721	226
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)		643	54
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	9	914	220
Resultados de alienação de outros activos		76	— 11
Prémios líquidos de resseguro		47 988	–
Custos com sinistros líquidos de resseguro		— 9 305	–
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	28	— 39 914	–
Outros resultados de exploração		— 484	— 432
Produto bancário		168 561	144 071
Custos com pessoal	10	46 948	38 868
Gastos gerais administrativos	10	27 351	23 196
Depreciações e amortizações	20 e 21	10 397	8 520
Provisões líquidas de reposições e anulações	28	— 3 349	— 1 019
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	19	32 262	21 653
Imparidade outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		–	–
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	17	2 871	2 920
Diferenças de consolidação negativas		3 118	–
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos		–	426
Resultado antes de impostos		55 199	50 359
Impostos		12 259	12 548
Correntes	11	7 910	11 846
Diferidos	11	4 349	702
Resultado após impostos		42 940	37 811
Do qual: resultado após impostos de operações descontinuadas		–	–
Resultado líquido do exercício		42 940	37 811
Resultado por acção (euro)		0,24	0,21

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	Notas	Ano	Ano anterior
Actividades operacionais:			
Juros e comissões recebidos		271 698	219 964
Juros e comissões pagos		— 88 806	— 73 340
Recuperação de crédito e juros vencidos		1 244	427
Pagamento a empregados e fornecedores		— 62 304	— 54 943
Contribuições para o fundo de pensões	31	— 23 467	— 3 400
Prémios líquidos da actividade seguradora		10 018	–
Resultados operacionais antes de alterações nos fundos operacionais		108 383	88 708
(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais:			
Créditos sobre instituições de crédito		— 19 556	1 461
Depósitos em bancos centrais		— 13 239	46 179
Crédito sobre clientes		— 736 545	— 650 081
Activos financeiros		— 3 564	1 589
Outros activos operacionais		— 3 953	3 973
Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais:			
Débitos para com instituições de crédito		747 268	523 908
Débitos para com clientes		469 065	— 171 730

(Em milhares de euros)

	Notas	Ano	Ano anterior
Débitos representados por títulos		— 24 410	— 8 697
Outros passivos operacionais		— 2 322	— 3 388
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais antes de impostos sobre os lucros		521 127	— 168 078
Impostos pagos sobre lucros		— 14 507	— 7 550
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		506 620	— 175 628
Actividades de investimento:			
Dividendos recebidos		54	158
Compra de participações em empresas filiais		— 9 750	–
Activos financeiros disponíveis para venda		— 9 475	9 460
Vendas de activos não correntes detidos para venda		1 202	–
Compra de imobilizações		— 22 037	— 3 835
Valores recebidos na venda de imobilizações		533	110
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		— 39 473	5 893
Actividades de financiamento:			
Juros e amortizações de dívida subordinada	29	65 000	55 000
Emissão de dívida subordinada	29	— 31 655	— 1 053
Emissão de acções	33	72	–
Prémios de emissão de acções	33	196	–
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		33 613	53 947
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		— 3 865	1 169
Aumento líquido em caixa e seus equivalentes		469 895	— 114 619
Caixa e seus equivalentes no início do período	35	199 333	313 952
Caixa e seus equivalentes no fim do período	35	696 228	199 333
		496 895	— 114 619

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstração consolidada dos movimentos nas contas de capital próprio

(Em milhares de euros)

	Capital social	Prémio de emissão	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2004	175 928	9 913	67 636	29 344	–	282 821
Transferência para reserva legal	–	–	2 673	— 2 673	–	–
Transferência para outras reservas	–	–	17 4555	— 17 455	–	–
Variação de reservas de reavaliação em associadas	–	–	725	–	–	725
Variações em invest. disponíveis para venda, líquida de imposto	–	–	124	–	–	124
Resultado líquido do ano antes da alter. dos critérios contabilísticos	–	–	–	–	33 731	33 731
Reclassificação activos/passivos negociação justo valor	–	–	–	–	850	850
Variações em invest. disponíveis para venda, líquida de imposto	–	–	–	–	93	93
Reclassificação activos financeiros justo valor através resultados	–	–	–	–	423	423
Comissões de crédito — método de taxa de juro efectiva	–	–	–	–	— 2 912	— 2 912
Imparidade de crédito	–	–	–	–	8 489	8 489
Passivos subordinados — método de taxa de juro efectiva	–	–	–	–	— 7	— 7
Responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios	–	–	–	–	— 1 666	— 1 666
Ajustamentos pela aplicação das IAS nas filiais e associadas	–	–	–	–	— 255	— 255
Perdas não reconhecidas na demonstração de resultados	–	–	–	–	— 233	— 233
Impostos diferidos activos e passivos	–	–	–	–	— 702	— 702
Saldo a 31 de Dezembro de 2004	175 928	9 913	88 613	9 216	37 811	321 481
Transferência para resultados transitados	–	–	–	37 811	— 37 811	–
Transferência para reserva legal	–	–	4 701	— 4 701	–	–
Transferência para outras reservas	–	–	39 873	— 39 873	–	–
Aumentos de capital (incorporação da sucursal do BPE)	72	196	–	–	–	268
Variação reservas de reavaliação associadas	–	–	39	— 27	–	12
Variações em invest. disponíveis para venda, líquida de imposto	–	–	— 310	–	–	— 310
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	42 940	42 940
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	176 000	10 109	123 916	2 426	42 940	364 391

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Inventário de títulos em base individual em 31 de Dezembro de 2005

(Em euros)

Natureza e espécie	Categoria de activo (instrução n.º 23/2004)	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ não cotado	Mercado organizado relevante	Cotação	Quantidade
Instrumentos de dívida:							
De dívida pública:							
Obrigações do Tesouro — Junho — 2003-2014	Activos fin. de justo valor através de resultados	IC	Portugal	S	Portugal	6 618 312,62	600 000 000
De outros emissores:							
Outros:							
Dívida não subordinada:							
Sodim — taxa variável — 1997-2007	Activos financeiros detidos para venda	Outras	Portugal	S	Portugal	828 495,94	165 000
Amorim Imobiliária — SGPS, S. A. — 2.ª emissão	Activos financeiros detidos para venda	Outras	Portugal	N	Portugal	–	300
Mundotêxtil — Indústrias Têxteis, S. A.	Activos financeiros detidos para venda	Outras	Portugal	N	Portugal	–	50
Silampos, S. A.	Activos financeiros detidos para venda	Outras	Portugal	N	Portugal	–	50
Cédulas hipotecárias — 4,25 — 02/14	Activos fin. de justo valor através de resultados	OIF	Espanha	S	Espanha	25 462 320,00	240
Dívida subordinada:							
Banif/96 — obrigações de caixa subordinadas	Activos financeiros detidos para venda	IC	Portugal	S	Portugal	573 479,91	57 361 758
Banif/97 — obrigações de caixa subordinadas	Activos financeiros detidos para venda	IC	Portugal	N	Portugal	–	94 771 600
Banif 2000/2010 — obrig. de caixa subordinadas	Activos financeiros detidos para venda	IC	Portugal	N	Portugal	–	1 000
Banco Finantia — 2001-2012 — obrig. subordinadas	Activos financeiros detidos para venda	IC	Portugal	N	Portugal	–	200 000
Total							
Instrumentos de capital:							
Finangeste — Emp. Fin. Gestão e Desenv., S. A. ...	Activos financeiros detidos para venda	OIF	Portugal	N	Portugal	–	100
Sibs — Sociedade Interb. de Serviços, S. A.	Activos financeiros detidos para venda	OIF	Portugal	N	Portugal	–	25 680
Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A. ...	Activos financeiros detidos para venda	OIF	Portugal	N	Portugal	–	5 882
Visa Europe, Ltd.	Activos financeiros detidos para venda	OIF	Reino Unido	N	Reino Unido	–	1
Gerfundos — SGFI, S. A.	Investimentos em filiais	OIF	Portugal	N	Portugal	–	60 000
BNC Predifundos — SGFII, S. A.	Investimentos em filiais	OIF	Portugal	N	Portugal	–	75 000
Consulteam, S. A.	Investimentos em filiais	Outras	Portugal	N	Portugal	–	55 140
BNC — Gestão de Imóveis, L.da	Investimentos em filiais	Outras	Portugal	N	Portugal	–	1
Inca — SGPS — Sociedade Unipessoal, L.da	Investimentos em filiais	Outras	Portugal	N	Portugal	–	1
Eurovida — Companhia de Seguros de Vida, S. A.	Investimentos em filiais	S	Portugal	N	Portugal	–	1 500 000
Class D Note Purchase Agreement	Investimentos em filiais	OIF	Irlanda	N	Irlanda	–	1
Total							
Outros:							
BNC Predifundo	Activos financeiros detidos para negociação	OIF	Portugal	S	Portugal	14 094,67	1 432,05
Popular Euro Taxa Fixa — Fundo de Invest. Mob.	Activos financeiros detidos para negociação	OIF	Portugal	S	Portugal	83 184,24	14 056,14
Popular Oportunidades Globais	Activos financeiros detidos para negociação	OIF	Portugal	S	Portugal	1 688 534,28	157 345,20
Popular Acções — Fundo de Investimento Mobiliário	Activos financeiros detidos para negociação	OIF	Portugal	S	Portugal	114 505,24	30 596,74
Popular Global 25 — Fundo de Fundos	Activos financeiros detidos para negociação	OIF	Portugal	S	Portugal	1 193 384,38	220 551,92
Popular Global 50 — Fundo de Fundos	Activos financeiros detidos para negociação	OIF	Portugal	S	Portugal	305 593,99	66 287,93
Popular Global 75 — Fundo de Fundos	Activos financeiros detidos para negociação	OIF	Portugal	S	Portugal	446 428,28	112 544,00
Popular Cabaz Mundial	Activos financeiros detidos para negociação	OIF	Portugal	S	Portugal	474 480,24	45 723,34

(Em euros)

Natureza e espécie	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Valias (+/–)	Correcções de valor		Percentagem de participação	
					Imparidade	Outras	Capital	Direitos de voto
Instrumentos de dívida:								
De dívida pública:								
Obrigações do Tesouro — Junho — 2003-2014	6 000 000,00	Justo valor	6 618 312,62	701 736,99	–	–	–	–
De outros emissores:								
Outros:								
Dívida não subordinada:								
Sodim — taxa variável — 1997-2007	823 350,00	Justo valor	833 525,49	3 731,15	–	–	–	–
Amorim Imobiliária — SGPS, S. A. — 2.ª emissão	15 000 000,00	Justo valor	15 000 000,00	–	–	–	–	–
Mundotêxtil — Indústrias Têxteis, S. A.	2 500 000,00	Justo valor	2 500 000,00	–	–	–	–	–
Silampos, S. A.	2 500 000,00	Justo valor	2 500 000,00	–	–	–	–	–
Cédulas hipotecárias — 4,25 — 02/14	24 000 000,00	Justo valor	26 348 183,00	1 683 087,12	–	–	–	–
Dívida subordinada:								
Banif/96 — obrigações de caixa subordinadas	573 617,58	Justo valor	574 441,91	— 99,80	–	–	–	–
Banif/97 — obrigações de caixa subordinadas	947 716,00	Justo valor	948 213,29	— 1 209,29	–	–	–	–
Banif 2000/2010 — obrig. de caixa subordinadas	1 000 000,00	Justo valor	1 031 582,90	13 086,25	–	–	–	–
Banco Finantia — 2001-2012 — obrig. subordinadas	10 000 000,00	Justo valor	9 935 489,98	— 149 277,50	–	–	–	–
Total			66 289 749,19					
Instrumentos de capital:								
Finangeste — Emp. Fin. Gestão e Desenv., S. A.	500,00	Justo valor	1 290,00	— 511,26	–	–	0,002	0,002
Sibs — Sociedade Interb. de Serviços, S. A.	128 400,00	Justo valor	2 598 559,20	998 630,73	–	–	0,521	0,521
Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A.	29 410,00	Justo valor	514 650,00	101 899,90	–	–	0,290	0,290
Visa Europe, Ltd.	10,00	Justo valor	10,00	–	–	–	–	–
Gerfundos — SGFI, S. A.	–	Custo histórico	300 000,00	–	–	–	100	100
BNC Predifundos — SGFII, S. A.	–	Custo histórico	375 000,00	–	–	–	100	100
Consulteam, S. A.	–	Custo histórico	623 497,37	–	–	–	100	100
BNC — Gestão de Imóveis, L.da	–	Custo histórico	544 573,98	–	899 002,00	–	100	100
Inca — SGPS — Sociedade Unipessoal, L.da	–	Custo histórico	14 024 604,81			–	100	100
Eurovida — Companhia de Seguros de Vida, S. A.	7 500 000,00	Custo histórico	13 500 000,00	–	–	–	100	100
Class D Note Purchase Agreement	4 630 000,00	Custo histórico	4 380 000,00	–	–	–	100	100
Total			36 862 185,36					
Outros:								
BNC Predifundo	4,99	Justo valor	14 094,67	543,51	–	–	–	–
Popular Euro Taxa Fixa — Fundo de Invest. Mobiliário	5,00	Justo valor	83 184,24	3 206,14	–	–	–	–
Popular Oportunidades Globais	10,00	Justo valor	1 688 534,28	82 765,87	–	–	–	–
Popular Acções — Fundo de Investimento Mobiliário	5,00	Justo valor	114 505,24	— 16 805,51	–	–	–	–
Popular Global 25 — Fundo de Fundos	5,00	Justo valor	1 193 384,38	102 334,53	–	–	–	–
Popular Global 50 — Fundo de Fundos	5,00	Justo valor	305 593,99	— 20 705,73	–	–	–	–
Popular Global 75 — Fundo de Fundos	5,00	Justo valor	446 428,28	— 88 237,29	–	–	–	–
Popular Cabaz Mundial	10,00	Justo valor	474 480,24	12 558,01	–	–	–	–
Total			4 320 205,32					

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Valores expressos em milhares de euros)

1 — Grupo financeiro:

1.1 — Actividade:

O Banco, sob a designação de BNC — Banco Nacional de Crédito Imobiliário, foi constituído em 2 de Julho de 1991, na sequência de autorização concedida pela portaria do Ministério das Finanças n.º 155/91, de 26 de Abril. Em 12 de Setembro de 2005, alterou a sua designação para Banco Popular Portugal, S. A.

O Banco está autorizado a operar de acordo com as directrizes reguladoras da actividade bancária, vigentes em Portugal, tendo por objecto a obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, conjuntamente com os seus recursos próprios, na concessão de crédito ou em outros activos, prestando ainda outros serviços bancários no país e no estrangeiro.

Para o efeito, dispõe de uma rede nacional de 164 balcões (2004: 137), de duas sucursais financeiras na Zona Franca da Madeira, sendo uma exterior e a outra internacional, de um escritório de representação em Paris e de uma instituição financeira nas Ilhas Caimão — BNC International (Cayman), Ltd.

A empresa mãe do Grupo é o Banco Popular Español, S. A., com sede em Madrid, na Calle Velázquez, 34, Espanha.

O Banco não está cotado em bolsa.

1.2 — Estrutura do Grupo:

O Banco detém participações em empresas coligadas (filiais), cujas aquisições foram efectuadas com intenção de intervenção na gestão das empresas, quer pela existência de ligações quer pela complementaridade com a sua actividade.

São consideradas filiais as participações de capital superiores a 50% em que seja exercido controlo pelo Banco.

A estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação efectiva é a seguinte:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Percentagem de controlo	Percentagem de participação directa
BNC Predifundos, S. A.	Lisboa	375 000	EUR	Actividade económica	100	100
Gerfundos, S. A.	Lisboa	300 000	EUR	Gestão de fundos imobiliários	100	100
BNC — Gestão de Imóveis, L.da	Lisboa	1 443 576	EUR	Gestão de fundos mobiliários	100	100
Consulteam — Consultores de Gestão, S. A.	Lisboa	300 000	EUR	Serviços auxiliares	100	100
Eurovida — Companhia de Seguros de Vida, S. A.	Lisboa	7 500 000	EUR	Serviços auxiliares	100	100
INCA — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da	Funchal	14 000 000	EUR	Seguros	100	100
BNC — International (Cayman), Ltd.	Cayman	28	USD	Gestão de participações sociais	100	–

2 — Resumo das principais políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos aplicados na preparação destas demonstrações financeiras são indicados abaixo. Estas políticas foram aplicadas, consistentemente, a todas os anos apresentados, excepto nos casos devidamente assinalados.

2.1 — *Bases de apresentação:*

Demonstrações financeiras individuais:

As demonstrações financeiras individuais do Banco Popular Portugal foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Banco de Portugal no aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro e definidas na instrução n.º 9/2005 e n.º 23/2004.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adoptadas pela União Europeia, excepto quanto aos seguintes pontos:

A carteira de crédito e garantias está sujeita à constituição de provisões para riscos específicos e riscos gerais de crédito, nos termos do aviso do Banco de Portugal n.º 3/2005, de 21 de Fevereiro, e a valorimetria desta componente deverá ser efectuada também de acordo com o aviso n.º 3/2005;

O acréscimo das responsabilidades por pensões de reforma dos colaboradores do Banco resultante da aplicação da IAS 19 com referência a 31 de Dezembro de 2004 está a ser reconhecido em resultados transitados, através de um plano de prestações uniforme até 31 de Dezembro de 2009, conforme definido no aviso do Banco de Portugal n.º 4/2005, de 21 de Fevereiro;

Os activos tangíveis serão mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se realizem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias serão registadas em reservas legais de reavaliação.

As demonstrações financeiras do exercício de 2004, anteriormente preparadas em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário estabelecido pela instrução n.º 4/96, foram reexpressas para as NCA, para efeitos comparativos, conforme apresentado na nota n.º 39.

Demonstrações financeiras consolidadas:

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Banco Popular Portugal foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de Julho, transposto para o normativo nacional através do aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os IFRS exige o uso de estimativas e pressupostos contabilísticos. Exige de igual modo que a gestão utilize o seu juízo e conhecimento profissional no processo de aplicação das políticas contabilísticas da instituição. As áreas que envolvem um grau de complexidade ou julgamento superior, ou aquelas em que as assumpções e estimativas assumidas são relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas, são divulgadas na nota n.º 4.

O impacto da introdução das IFRS é apresentado na nota n.º 39.

2.2 — *Consolidação:*

a) Filiais:

Filiais são todas as entidades (incluindo entidades de finalidade especial SPE), onde o Grupo, directa ou indirectamente, tem poder para deliberar sobre as políticas financeiras e operacionais, sendo geralmente acompanhadas por uma participação que lhe dá direito a mais de metade dos direitos de voto. As filiais são consolidadas pelo método integral desde a data de transferência de controlo para o Grupo e deixam de o ser a partir da data em que este controlo cesse.

O método da compra é usado para contabilizar as aquisições de filiais pelo Grupo. O custo de aquisição é dado pelo justo valor dos activos entregues, acções emitidas ou passivos incorridos ou assumidos até à data de aquisição, acrescido de custos directamente associados à aquisição. Os activos e passivos identificáveis adquiridos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são inicialmente mensurados ao seu justo valor à data da aquisição, sem consideração pela extensão de quaisquer interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição sobre a participação do Grupo no justo valor do património líquido das adquiridas é reconhecido como *goodwill* (v. nota n.º 2.10). Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor do património líquido da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na demonstração de resultados.

Transacções intragrupo, saldos e ganhos não realizados em transacções entre empresas do grupo, são eliminados. Perdas não realizadas são também eliminadas, a não ser que a transacção apresente evidência que o activo transferido se encontrava em imparidade.

Quando necessário, as políticas contabilísticas das filiais são alteradas de modo a assegurar a consistência com as políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo.

b) Associadas:

Associadas são entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não de controlo e geralmente detém uma participação que lhe dá direito a deter entre 20 e 50% dos direitos de voto. O investimento em associadas é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial e é reconhecido inicialmente ao custo

A percentagem de ganhos e perdas, pós aquisição, equivalente às participações detidas pelo Grupo nas associadas, é reconhecida na demonstração de resultados, da mesma forma, os movimentos pós-aquisição nas reservas, são reconhecidos em reservas. Os movimentos acumulados, pós-aquisição, são ajustados por contrapartida do valor de balanço do investimento. Quando a percentagem das perdas, equivalente à participação do Grupo na associada igualar ou exceder o investimento na associada, o Grupo não reconhece mais perdas, a não ser que tenha incorrido em obrigações ou feito pagamentos em nome da associada.

2.3 — *Relato por segmentos*. — Um segmento de negócio é um grupo de activos e operações utilizados para providenciar produtos ou serviços, sujeitos a riscos e a benefícios, diferentes dos verificados noutros segmentos. Um segmento geográfico está associado à oferta de produtos ou serviços num ambiente económico específico, caracterizado por ter riscos e benefícios distintos aos verificados em segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.4 — *Operações em moeda estrangeira:*

a) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada entidade do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico primário em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

b) Transacções e saldos:

Transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional com base nas taxas de câmbio indicativas à data das transacções. Ganhos e perdas resultantes da conversão de transacções em moeda estrangeira, resultantes da sua liquidação e da conversão de activos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras à taxa de câmbio do final de cada exercício, são reconhecidos na demonstração de resultados, excepto quando façam parte de relações de cobertura de fluxos de caixa ou investimento líquido em moeda estrangeira, que são diferidas em capital.

As diferenças de conversão em itens não monetários, tais como instrumentos de capital mensurados ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, são registadas como ganhos e perdas de justo valor. Em itens não monetários como sejam instrumentos de capital, classificados como disponíveis para venda, as diferenças de conversão são registadas em capital, na reserva de justo valor.

2.5 — *Instrumentos financeiros derivados*. — Os instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor, na data em que o Grupo negoceia os contratos e subsequentemente são remensurados ao justo valor. Os justos valores são obtidos através de preços de mercados cotados em mercado activos, incluindo transacções de mercado recentes, e modelos de avaliação, nomeadamente: modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções. Os derivados são considerados como activos quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo.

Certos derivados embutidos em outros instrumentos financeiros, como seja a indexação da rendibilidade de instrumentos de dívida ao valor das acções ou índices de acções, são bifurcados e tratados como derivados, quando o seu risco e características económicas não sejam íntima e claramente relacionadas com os do contrato hospedeiro e este não for mensurado ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Estes derivados embutidos são mensurados ao justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas na demonstração de resultados.

O Grupo só possui derivados de negociação, os quais são mensurados ao justo valor, sendo as alterações no seu valor reconhecidas imediatamente em resultados.

2.6 — *Reconhecimento de juros e rendimentos similares e juros e encargos similares*. — Os proveitos e custos relacionados com juros são reconhecidos na demonstração de resultados para todos os instrumentos mensurados ao custo amortizado, de acordo com o princípio dos acréscimos, utilizando o método da taxa efectiva ou pela regra *prorata temporis,* consoante sejam demonstrações financeiras consolidadas ou individuais.

O método da taxa de juro efectiva é um método de cálculo do custo amortizado de um activo ou passivo financeiro e de acrescer os proveitos ou custos com juros aos respectivos períodos relevantes. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta, de forma exacta, os recebimentos ou pagamentos futuros estimados, ao longo da vida útil esperada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, um período menor para o valor líquido de balanço do activo ou passivo financeiro. Quando calcula a taxa efectiva, o Grupo estima os fluxos de caixa, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo tendo em conta clausulas de reembolso antecipado), ignorando perdas de crédito futuras. Este cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas por ambas as partes envolvidas nos contratos, que sejam uma parte integral do método de taxa efectiva e ainda custos de transacção e outros prémios ou descontos.

Quando for identificada imparidade num activo ou num conjunto de activos financeiros, os juros recebidos desse activo, ou conjunto de activos, devem ser reconhecidos usando a taxa de juro utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros, aquando da mensuração da perda de imparidade.

2.7 — *Proveitos com comissões*. — As comissões são geralmente reconhecidas de acordo com o princípio dos acréscimos, à medida em que os serviços vão sendo prestados. As comissões das linhas de crédito concedidas, em que é provável que o crédito seja originado, são diferidas (conjuntamente com quaisquer custos directamente relacionados) e reconhecidas como um ajustamento à taxa de juro efectiva. As comissões resultantes de negociações, ou participações na negociação de uma transacção por uma terceira parte — tais como a compra de acções ou venda ou compra de um negócio — são reconhecidas quando a transacção subjacente se encontra finalizada. As comissões de gestão de carteiras e outros aconselhamentos de gestão são reconhecidas de acordo com os serviços contratados — normalmente são reconhecidas numa base proporcional de acordo com o tempo decorrido. As comissões de gestão de activos relacionados com os fundos e investimento são especializados durante o período em que o serviço é prestado.

2.8 — *Activos financeiros*. — O Grupo classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, empréstimos e contas a receber e activos financeiros disponíveis para venda. A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

a) Activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados:

Esta categoria está subdividida em duas subcategorias: activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros designados na opção de justo valor. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se o principal objectivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão. Os instrumentos financeiros derivados também são classificados nesta categoria como activos financeiros detidos para negociação, excepto quando fazem parte de uma relação de cobertura.

b) Empréstimos e contas a receber:

Empréstimos e contas a receber são activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em mercado activo.

d) Activos financeiros disponíveis para venda:

Activos financeiros disponíveis para venda são aqueles cuja intenção do Grupo é a sua detenção por um período indeterminado de tempo, e que poderão ser vendidos no caso de existir uma necessidade de liquidez ou mudanças nas taxas de juro, taxas de câmbio ou preço de acções.

A compra e venda de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados e activos disponíveis para venda, são reconhecidos na data da transacção — data em que o Grupo se compromete a adquirir ou vender o activo. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor, adicionado dos custos de transacção, para todos os activos que não os activos avaliados ao justo valor através de resultados — cujos custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados. O desreconhecimento é efectuado quando expira o direito de recebimento de fluxos de caixa dos activos, ou quando o Grupo tenha transferido substancialmente os riscos e benefícios do activo.

Activos disponíveis para venda e activos avaliados ao justo valor através de resultados são subsequentemente mensurados ao justo valor. Empréstimos e contas a receber e activos detidos até à maturidade, são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efectiva. Ganhos e perdas que advenham de alterações no justo valor de activos classificados como activos avaliados ao justo valor através de resultados, são imputados à demonstração de resultados do período a que dizem respeito. Ganhos e perdas que advenham de alterações no justo valor de activos disponíveis para venda são reconhecidos directamente em capital, até o activo ser desreconhecido ou estar em imparidade, situação em que os valores previamente acumulados em capital são reconhecidos na demonstração de resultados. Contudo, para activos classificados como disponíveis para venda, o juro calculado — utilizando o método de taxa efectiva — é reconhecido na demonstração de resultados. Os dividendos recebidos de activos disponíveis para venda são reconhecidos na demonstração de resultados quando o direito de recebimento da entidade for estabelecido.

O justo valor de investimentos cotados em mercados activos são baseados nos preços de fecho de mercado. Se um activo financeiro não tiver mercado activo (e para títulos não cotados), o Grupo determina o justo valor utilizando técnicas de valorização. Estas técnicas incluem o uso de transacções de mercado *(arm's lenght)* recentes, modelos de fluxos de caixa descontados, modelos de valorização de opções e outras técnicas de valorização correntemente utilizadas pelos participantes do mercado.

2.9 — *Imparidade de activos financeiros:*

a) Activos mensurados ao custo amortizado:

O Grupo avalia a cada data de balanço, se existe evidência objectiva de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros. Um activo ou grupo de activos financeiros encontra-se em imparidade e as perdas de imparidade já foram incorridas, se e só se, existir evidência objectiva de imparidade em resultado de um ou mais eventos ocorridos após a mensuração inicial do activo, e esse evento (ou eventos) tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo ou grupo de activos financeiros e estes podem ser estimados com fiabilidade. Evidência objectiva que um activo ou grupo de activos financeiros se encontra em imparidade, inclui dados observáveis, que o Grupo tenha conhecimento, sobre os seguintes eventos de perda:

i) dificuldades financeiras significativas do emitente;
ii) incumprimento do contrato, como por exemplo atraso no pagamento do capital e ou juros;
iii) facilidades concedidas ao devedor decorrentes das suas dificuldades financeiras, que não existiriam noutras circunstâncias;
iv) probabilidade elevada de falência ou de reorganização financeira do devedor;
v) desaparecimento de mercado activo para um activo financeiro devido a dificuldades financeiras;
vi) informação indicativa que ocorrerá uma diminuição mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados de um conjunto de activos financeiros desde o seu reconhecimento inicial, embora essa diminuição não seja ainda identificável individualmente nos activos do grupo, incluindo:

Alterações adversas nas condições e/ou capacidade de pagamentos do grupo;
As condições económicas nacionais ou locais correlacionáveis com o incumprimento de activos de um grupo.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe evidência objectiva de imparidade, para activos financeiros que individualmente sejam significativos, e individualmente ou em grupo para activos financeiros que não são individualmente significativos. Se o Grupo determinar que não existe evidência objectiva de imparidade para um activo financeiro analisado individualmente, seja este significativo ou não, inclui esse activo num grupo de activos financeiros com risco de crédito similar e analisa em grupo a existência de imparidade.

Se existir evidência objectiva de que o Grupo incorreu numa perda de imparidade em empréstimos e contas a receber, ou investimentos detidos até à maturidade, o montante das perdas é determinado através da diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de imparidade futuras que ainda não tenham sido incorridas), descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. O valor de balanço do activo é reduzido através da utilização de uma conta de provisões e o montante da perda é reconhecido na demonstração de resultados. O Grupo pode ainda determinar as perdas de imparidade, através do justo valor dos instrumentos, recorrendo a preços de mercado observáveis.

Para a análise de existência de imparidade em grupos de activos, os activos financeiros são agrupados tendo por base características de risco de crédito similares (*i.e.,* tendo por base o processo de classificação do Grupo que considera o tipo de activos, localização geográfica, tipo de garantia recebida, incumprimento e outros factores considerados relevantes). Essas características são relevantes para os fluxos de caixa futuros para grupos de activos serem estimados, uma vez que são indicativos da capacidade do devedor fazer face aos montantes a pagar, de acordo com os termos contratuais dos activos a serem avaliados.

Os fluxos de caixa futuros de um grupo de activos financeiros, avaliados em conjunto para efeitos de imparidade, são estimados tendo por base os fluxos de caixa contratuais dos activos do grupo e dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares aos que integram o grupo. Os dados históricos são ajustados tendo por base dados correntes observáveis, afim destes reflectirem os efeitos das condições correntes que não afectaram o período em que os dados históricos foram recolhidos e para remover os efeitos de condições que existiam quando os dados históricos foram recolhidos, mas que não existem correntemente.

Quando um crédito é irrecuperável, deve ser efectuado o seu abate através da utilização da provisão para imparidade de crédito. Os créditos são abatidos depois de terem sido efectuados todos os procedimentos necessários e o montante da perda ter sido determinado. Recuperações subsequentes de créditos previamente abatidos diminuem o montante de provisões para imparidade de crédito registadas na demonstração de resultados.

Se, num período subsequente, o montante das perdas de imparidade diminuir e essa diminuição possa ser atribuída a um evento que tenha ocorrido depois de ter sido registada a imparidade (como por exemplo uma melhoria no *rating* de crédito do devedor), o montante previamente reconhecido é revertido através do ajustamento da conta de provisões. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

b) Activos mensurados ao justo valor:

O Grupo avalia, a cada data de balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos está em imparidade. No caso dos investimentos em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, um declínio no justo valor, abaixo do seu custo de aquisição, significativo ou prolongado é tido em consideração para determinar se os mesmos se encontram em imparidade. Se existir evidência de imparidade em activos classificados como disponíveis para venda, as perdas acumuladas — determinadas através da diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, menos qualquer perda de imparidade nesse activo financeiro, que tenha sido reconhecida anteriormente em resultados — é transferida de capitais para a demonstração de resultados.

Perdas de imparidade em instrumentos de capital próprio, que tenham sido reconhecidas na demonstração de resultados, não são reversíveis. Se num período posterior, o justo valor de um instrumento de dívida classificado como disponível para venda, aumentar e esse acréscimo estiver objectivamente relacionado com um evento ocorrido depois da perda de imparidade ter sido reconhecida em resultados, a perda de imparidade é revertida através do seu registo na demonstração de resultados.

2.10 — *Activos intangíveis:*

a) *Goodwill:*

O *goodwill* representa o excesso do custo de uma aquisição acima do justo valor da participação adquirida pelo Grupo nos activos líquidos da subsidiária, à data de aquisição. O *goodwill* na aquisição de subsidiárias é registado no balanço como um activo intangível. O *goodwill* é mensurado ao custo menos perdas de imparidade, sendo os testes de imparidade efectuados anualmente. Os ganhos e perdas na venda de uma entidade incluem os valores de balanço do *goodwill* relativo à entidade vendida.

b) *Software* informático:

As licenças de software adquiridas são capitalizadas de acordo com os custos incorridos para a sua aquisição e para a sua entrada em funcionamento. Estes custos são amortizados segundo a vida útil esperada.

Os custos associados ao desenvolvimento ou manutenção de *software* são reconhecidos como custos quando incorridos. Os custos directamente associados à produção de produtos de *software* únicos e identificáveis, controlados pelo Grupo e que provavelmente irão gerar benefícios económicos futuros, por mais de um ano e que excedem os custos, são reconhecidos como activos intangíveis.

Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecidos como activos são amortizados durante a sua vida útil, utilizando o método das quotas constantes.

2.11 — *Activos tangíveis*. — Os imóveis são compostos essencialmente por escritórios e balcões do Grupo. Todos os activos tangíveis são mensurados ao custo histórico menos amortizações. O custo histórico inclui despesas directamente atribuíveis à aquisição dos activos.

Os custos subsequentes são incluídos no valor de balanço do activo ou reconhecidos como outro activo, apenas se for provável que associado à detenção desse activo, o Grupo tenha benefícios económicos futuros e ainda que o custo do activo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os restantes custos associados a operações de manutenção e reparação são imputados à demonstração de resultados, no período em que são incorridos.

Os terrenos não são amortizados. A amortização dos restantes activos tangíveis é calculada seguindo o método das quotas constantes, durante a sua vida útil estimada, de modo a reduzir o seu custo até ao seu valor residual, como segue:

	Anos de vida útil
Edifícios de uso próprio	50
Obras em edifícios arrendados	10, ou durante o período de arrendamento se este for inferior a 10 anos
Mobiliário e material	5 a 8
Equipamento informático	4
Equipamento de transporte	4
Outro equipamento	4 a 10

Os activos tangíveis sujeitos a amortização são submetidos a testes de imparidade sempre que eventos ou alterações em certas circunstâncias indiquem que o seu valor de balanço poderá não ser recuperável. O valor de balanço de um activo é imediatamente ajustado para o seu valor recuperável, se o seu valor de balanço for superior ao valor estimado de recuperação. O montante recuperável é o maior justo valor do activo, menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Os ganhos e perdas resultantes de alienações resultam da comparação do valor de realização e o valor de balanço. Estes ganhos e perdas são registados na demonstração de resultados.

2.12 — *Activos não correntes detidos para venda*. — Os activos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação em cumprimento de operações de crédito são registados na rubrica de activos não correntes detidos para venda pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação.

Estes imóveis são objecto de avaliações periódicas que dão lugar a perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados (v. nota n.º 17).

As mais-valias potenciais em activos não correntes detidos para venda não são reconhecidas no balanço.

2.13 — *Locações:*

a) Como locatário:

As locações efectuadas pelo Grupo são essencialmente realizadas sobre equipamentos de transporte, sendo que existem contratos classificados como locações financeiras e outros como locações operacionais.

Os pagamentos efectuados nas locações operacionais são registados na demonstração de resultados.

Quando uma locação operacional é cessada antes que o período de locação tenha expirado, qualquer pagamento requerido pelo locador, a título de indemnização, é reconhecido como um custo no período em que a operação seja cessada.

Os contratos de locação financeira são registados nas datas do seu início, na respectiva rubrica de activos tangíveis ou intangíveis, por contrapartida da rubrica de outros passivos, pelo mínimo entre (*i*) o justo valor do activo e (*ii*) valor actual dos pagamentos mínimos da locação financeira. Os custos incrementais pagos na locação são adicionados ao activo reconhecido. Os activos tangíveis são amortizados de acordo com o definido na nota n.º 2.11. As rendas são constituídas (*i*) pelo encargo financeiro que é debitado em custos e (*ii*) pela amortização financeira do capital que é deduzido à rubrica de outros passivos. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. No entanto, se não houver certeza razoável de que o Grupo obterá a posse no fim do prazo da locação, o activo deve ser totalmente depreciado durante o prazo da locação ou da sua vida útil, o que for mais curto.

b) Como locador:

Os activos detidos sob locação financeira são registados como créditos concedidos, pelo valor actual dos pagamentos a efectuar na locação. A diferença entre o valor bruto a receber e o valor actual do saldo a receber é reconhecido como um proveito financeiro a receber.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados em proveitos, enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor global do crédito inicialmente concedido. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.14 — *Caixa e equivalentes de caixa*. — Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa, compreendem saldos com uma maturidade inferior a 3 meses quando foram adquiridos, incluindo: caixa, depósitos à ordem em bancos centrais que não tenham restrições, disponibilidades à vista sobre instituições de crédito, outros créditos sobre instituições de crédito.

2.15 — *Provisões:*

Provisões para outros riscos e encargos:

As provisões para custos de reestruturação e processos legais, são reconhecidas sempre que: o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva resultante de acontecimentos passados; sempre que for mais provável existir uma saída de recursos (do que não existir essa saída de recursos), para liquidar uma obrigação; e o montante possa ser estimado com fiabilidade.

Provisões para riscos específicos e gerais de crédito:

Nas demonstrações financeiras individuais, a carteira de crédito e garantias está sujeita à constituição de provisões nos termos do aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, nomeadamente para:

Crédito vencido e crédito de cobrança duvidosa;
Riscos gerais de crédito;
Risco-país.

Estas provisões incluem:

i) Uma provisão específica para crédito e juros vencidos apresentada no activo como dedução à rubrica de créditos sobre clientes, calculada mediante a aplicação de taxas que variam entre 0,5% e 100% sobre os saldos de crédito e juros vencidos, em função da classe de risco e da existência ou não de garantias (v. nota n.º 19);

ii) Uma provisão específica para créditos de cobrança duvidosa, apresentada no activo a deduzir à rubrica de créditos sobre clientes, que corresponde à aplicação das taxas previstas para as classes de incumprimento, às prestações reclassificadas como vencidas de uma mesma operação de crédito, assim como a aplicação, aos créditos vincendos de um mesmo cliente em que se verifique que as prestações em mora de capital e juros excedem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos, de metade das taxas de provisionamento aplicáveis aos créditos vencidos (v. nota n.º 19);

iii) Uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, evidenciada no passivo, na rubrica provisões para riscos e encargos, correspondente a um mínimo de 1% do total do crédito não vencido pelo Banco, incluindo o representado por garantias e avales prestados, excepto para o crédito ao consumo em que a taxa de provisão ascende a um mínimo de 1,5% do referido crédito e para o crédito garantido por hipoteca sobre imóvel destinado à habitação do mutuário, em que se aplica a taxa mínima de 0,5% (v. nota n.º 28).

iv) Uma provisão para risco-país, constituída para fazer face ao risco imputado aos activos financeiro e elementos extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco, conforme instrução do Banco de Portugal n.º 94/96 (v. notas n.os 19 e 24)

2.16 — *Benefícios a empregados:*

a) Responsabilidades com pensões de reforma:

Face às responsabilidades assumidas no âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Grupo constituiu um Fundo

de Pensões destinado a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência, relativamente à totalidade do pessoal, calculadas em função dos salários projectados do pessoal no activo. O fundo de pensões é suportado através de contribuições efectuadas, com base nos montantes determinados por cálculos actuariais periódicos. Um plano de pensões de benefícios definidos é um plano de pensões que define o montante de benefícios com pensões que um empregado irá receber quando se reformar, estando normalmente dependente de um ou mais factores nomeadamente, idade, anos de serviço e compensações.

O passivo reconhecido em balanço relativamente aos planos de pensões de benefícios definidos é: o valor actual das responsabilidades de benefício definido à data do balanço, menos o justo valor dos activos do plano conjuntamente com ajustamentos de ganhos/perdas actuariais não reconhecidas e as responsabilidades com serviços passados. As responsabilidades de benefícios definidos são calculadas anualmente por actuários, usando o método das unidades de crédito projectadas. O valor actual das responsabilidades com benefícios definidos é determinado, através do desconto dos pagamentos futuros estimados, utilizando taxas de juro de obrigações emitidas por entidades com *rating* elevado, que sejam denominadas na mesma moeda em que os pagamentos vão ser efectuados, e que tenham maturidades aproximadas às do passivo com pensões.

Ganhos e perdas actuariais provenientes de ajustamentos às estimativas e alterações nos pressupostos actuariais são debitados ou creditados em resultados, pelo período médio remanescente de serviço dos empregados no activo abrangidos pelo plano. As responsabilidades com serviços passados são reconhecidas imediatamente em resultados.

b) *Outras obrigações pós-reforma*. — O Grupo concede aos seus reformados benefícios médicos pós reforma. O direito a estes benefícios é condicional à permanência dos empregados ao serviço do Grupo até à idade de reforma. Os custos esperados destes benefícios são registados durante o período de serviço dos empregados, usando uma metodologia contabilística semelhante à usada nos planos de pensões com benefícios definidos. Estas responsabilidades são avaliadas anualmente por actuários qualificados.

2.17 — *Impostos diferidos*. — Os impostos diferidos são registados utilizando o método da divida de balanço, baseado nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos para preparação de demonstrações financeiras e os montantes apurados para tributação. Os impostos diferidos são calculados utilizando a taxa efectiva de imposto sobre os lucros apurada à data de balanço e que é expectável que venha a ser aplicada quando os referidos impostos diferidos activos sejam realizados ou impostos diferidos passivos sejam liquidados.

São reconhecidos impostos diferidos activos, se for provável que no futuro existam impostos sobre lucros suficientes para que possam ser utilizados.

Os impostos sobre os lucros, baseados na aplicação das taxas legais em cada jurisdição são reconhecidos como custo no período em que os lucros sejam originados. Os efeitos fiscais dos prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos como um activo quando é provável que os futuros lucros tributáveis sejam suficientes para que os prejuízos fiscais reportáveis sejam utilizados.

Os impostos diferidos relacionados com a reavaliação do justo valor de um investimento disponível para venda, que é debitado ou creditado directamente em capital próprio, também são creditados ou debitados directamente em capital próprio e subsequentemente são reconhecidos na demonstração de resultados juntamente com os ganhos ou perdas diferidos.

2.18 — *Dívida emitida*. — Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor, sendo este o seu montante de emissão líquido de custos de transacção incorridos. Os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado e qualquer diferença entre o montante líquido recebido na transacção e o valor de reembolso é reconhecido na demonstração de resultados durante o período do empréstimo utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Se o Grupo adquirir a sua própria dívida, esse montante é retirado ao valor do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o montante dispendido na aquisição é registado em resultados de operações de negociação.

2.19 — *Contratos de seguro*. — Sempre que um contrato efectuado inclua um risco de seguro significativo, aceitando compensar o beneficiário no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado, é classificado como contrato de seguro. Todos os contratos emitidos foram registados como contratos de seguro.

Os activos financeiros detidos para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes activos financeiros do grupo.

Prémios:

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento, de acordo com o princípio da especialização do exercício.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Provisão para sinistros:

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício. Esta provisão foi determinada como segue:

i) A partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade restante nessa data;

ii) Pela provisão de cerca de 1% do valor dos custos com sinistros do exercício, exceptuando vencimentos e resgates, de forma a fazer face a responsabilidades com sinistros declarados após o fecho do exercício.

Provisão para riscos e encargos:

A provisão para riscos e encargos corresponde ao montante estimado para cobrir responsabilidades associadas a riscos de natureza específica e provável a suportar após o termo do exercício.

Provisão matemática do ramo vida e provisão para participação nos resultados:

A provisão matemática para o ramo vida tem como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras relativamente às apólices emitidas e é calculada mediante tabelas e fórmulas actuariais enquadradas no normativo do Instituto de Seguros de Portugal. As provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro registam o valor actual das responsabilidades futuras da companhia relativamente às apólices emitidas da correspondente natureza, o qual corresponde ao montante relevado na rubrica do activo, investimentos relativos a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

A provisão para participação nos resultados tem como objectivo registar a especialização da participação nos resultados adquirida mas não distribuída.

Provisão para recibos por cobrar:

A provisão para recibos por cobrar tem por objectivo ajustar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização.

O cálculo da provisão é efectuado com base na probabilidade de cobrança de recibos de prémios por cobrar dos produtos de risco no final do exercício, enquadrado nos critérios estabelecidos pelo normativo do Instituto de Seguros Portugal.

2.20 — *Comparabilidade*. — Com o objectivo de assegurar a comparabilidade com o ano anterior, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de Dezembro de 2004 foram convertidas para NCA e IAS/IFRS respectivamente, conforme definido pela IFRS 1 — Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro.

3 — Gestão do risco financeiro

3.1 — Estratégia usada em instrumentos financeiros:

Face à actividade que desenvolve, o Banco capta recursos essencialmente através de depósitos de clientes e de operações de mercado monetário indexadas à taxa Euribor.

Para além da actividade de concessão de crédito, o Banco aplica ainda os recursos captados em investimentos financeiros, em particular, num conjunto de instrumentos que compõem a actual carteira de títulos do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2005, a carteira de títulos do Banco era composta essencialmente por obrigações de taxa variável e taxa fixa e por cédulas hipotecárias. Para fazer face ao risco de taxa de juro, o Banco efectuou operações de *swap* de taxa de juro e operações de mercado monetário, procurando assim controlar a variabilidade dos fluxos gerados por estes activos.

a) Cobertura do justo valor:

Como referido anteriormente, o Banco cobre parte do seu risco de taxa de juro, resultante de qualquer potencial decréscimo no justo valor de activos de taxa de juro fixa, usando *swaps* de taxa de juro. O justo valor destes *swaps* a 31 de Dezembro de 2005 era — 2459 milhares de euros.

b) Cobertura de *cash-flow:*

O Banco possui algum risco de *cash-flow* no que se refere a posições em aberto em moeda estrangeira. No entanto, face à escassa materialidade da posição global normalmente existente (116 294 euros em 31 de Dezembro de 2005), não são efectuadas quaisquer operações de cobertura da mesma.

3.2 — Risco de crédito:

O Grupo assume exposições de risco de crédito, que é o risco de uma contraparte não ser capaz de pagar a totalidade dos montantes quando devidos. O Grupo estrutura os níveis de risco de crédito que assume através de limites estabelecidos de montantes de risco aceitável em relação ao mutuário ou grupo de mutuários e a segmentos geográficos e industriais.

A exposição ao risco de crédito é gerida através de uma análise regular da capacidade de mutuários e potenciais mutuários de satisfazer obrigações de pagamento de capital e juros, e por alterar estes limites de empréstimos quando apropriado. Exposições a risco de crédito são também geridas em parte pela obtenção de colaterais e garantias pessoais ou empresariais.

Compromissos relacionados com créditos:

O objectivo principal destes instrumentos é assegurar que os fundos estejam disponíveis para o cliente, quando requerido. Garantias e cartas de crédito *stand-by,* que representam garantias irrevogáveis que o Grupo irá efectuar pagamentos no caso do cliente não poder satisfazer as suas obrigações a entidades terceiras, assumem o mesmo risco de crédito que os empréstimos. Créditos documentários, que são operações em que o Banco desempenha o papel de intermediário entre o comprador e o vendedor e paga o valor das mercadorias contra a entrega dos documentos de embarque, até um montante estipulado sobre determinados termos e condições, são colaterizados pelas remessas subjacentes de mercadorias, assumindo menos risco do que um empréstimo directo.

3.3 — Segmentação geográfica de activos, passivos e extra patrimoniais:

O Grupo opera na sua quase totalidade no mercado nacional, não sendo relevante a apresentação por segmento geográfico, visto que não existe uma componente identificável dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos ou benefícios diferenciáveis de outros.

3.4 — Risco de mercado:

O Banco avalia o risco específico resultante da actividade na área de mercado. O Banco tem posições abertas em taxa de juro, moeda e produtos de capital (fundos de investimento) que estão expostos ao risco de mercado.

Em termos metodológicos, para a análise do risco de mercado, o Banco recorre a uma metodologia *value-at-risk* (VaR), ou seja, considerando uma determinada probabilidade, calcula o máximo de perda diária estimada do valor da carteira de instrumentos financeiros, com um nível de confiança de 99%.

Relativamente ao cálculo efectuado para as posições abertas em moeda estrangeira e fundos de investimento, o mesmo consiste na realização de uma matriz de covariância tendo por base as variações diárias de cada moeda e fundos de investimento detidos em carteira, aliado ao histórico dos últimos três anos de preços.

Relativamente a posições abertas em taxa de juro, o cálculo tem em conta a rentabilidade do título, o prazo de vencimento e o seu peso na carteira de títulos. A perda máxima expectável baseia-se na análise da volatilidade dos preços de títulos com a mesma *yield* da carteira.

Complementarmente, e para aquilatar da eficácia deste modelo, efectua-se uma análise retrospectiva aos resultados obtidos pelo Banco *(back testing)*.

No que se refere à carteira de títulos do Banco, algumas das espécies encontram-se associadas a contratos de *swap* de cobertura de risco de taxa de juro, o que diminui consideravelmente o valor em exposição.

O quadro seguinte apresenta os valores em risco e o VaR diário global no final de cada mês de 2005.

Valor em risco (VaR) durante o ano de 2005

Dados no final do mês	VaR diário	Valor em risco	Percentagem
Janeiro	273	27 115	1,01
Fevereiro	247	27 153	0,91
Março	271	27 198	1,00
Abril	217	27 118	0,80
Maio	224	27 375	0,82
Junho	207	16 701	1,24
Julho	202	16 879	1,20
Agosto	171	16 829	1,02
Setembro	184	17 309	1,06
Outubro	178	17 463	1,02
Novembro	225	17 175	1,31
Dezembro	138	17 597	0,78

3.5 — Risco cambial:

O contravalor, em milhares de euros, dos elementos à vista do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira decompõe-se como segue:

	Individual					Consolidado				
	USD	GBP	CHF	NOK	Outros	USD	GBP	CHF	NOK	Outros
Em 31 de Dezembro de 2005:										
Activos:										
Caixa	101	73	44	7	164	101	73	44	7	164
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 034	555	41	13	277	1 034	555	41	13	277
Outros activos financeiros ao justo valor	–	–	–	–	–	54	–	–	–	–
Aplicações em instituições de crédito	24 234	1 966	–	119	364	24 234	1 966		119	364
Crédito a clientes	9 756	–	1 597	503	37	9 756	–	1 597	503	37
Outros activos	218	37	24	72	–	218	37	24	72	–
	35 343	2 631	1 706	714	842	35 397	2 631	1 706	714	842
Passivos:										
Recursos de outras instituições de crédito	61 678	20	1 547	501	–	37 858	20	1 547	501	–

	Individual					Consolidado				
	USD	GBP	CHF	NOK	Outros	USD	GBP	CHF	NOK	Outros
Recursos de clientes	31 067	2 532	45	–	610	31 050	2 532	45	–	610
Outros passivos	1 152	14	45	–	–	288	14	45	–	–
	93 897	2 566	1 637	501	610	69 196	2 566	1 637	501	610
Posições de balanço líquidas	— 58 554	65	69	213	232	— 33 799	65	69	213	232
Em 31 de Dezembro de 2004:										
Total de activos	24 151	2 800	1 987	244	1 799	22 089	2 800	1 887	244	1 799
Total de passivos	70 702	2 725	1 696	185	1 504	47 269	2 724	1 696	165	1 564
Posições de balanço líquidas	— 46 551	75	191	59	215	— 25 180	76	191	59	215

Esta posição encontra-se essencialmente coberta por operações cambiais a prazo expressas na sua quase totalidade em dólares americanos.

3.6 — Risco de *cash-flow* e taxa de juro:

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido por um modelo *de repricing gap* sobre os activos e passivos susceptíveis a variações de taxa de juro. De um modo sucinto, este modelo agrupa os activos e passivos sensíveis a variações em intervalos de tempo fixos (datas de vencimento ou de primeira revisão de taxa de juro, quando a mesma está indexada), a partir dos quais se calcula um impacto potencial sobre a margem de intermediação.

No quadro seguinte apresenta-se o balanço consolidado para o segmento da actividade bancária do Grupo, em 31 de Dezembro de 2005, agrupado por prazos e respectivos *gaps:*

Gap de vencimentos e reapreciações do balanço consolidado (actividade bancária) em 31 de Dezembro de 2005

	Até um mês	De um mês a três meses	De três meses a 12 meses	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Insensível	Total
Mercado monetário:							
Caixa e saldos em bancos centrais	56 018	–	–	–	–	26 309	82 327
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	691 083	6 612	657	–	–	–	698 362
Crédito	1 094 946	1 770 307	1 687 163	10 400	–	381 742	4 944 568
Mercado de capitais:							
Títulos disponíveis para venda	13 283	25 462	19 544	–	–	17 952	76 241
Participações financeiras	–	–	–	–	–	13 886	13 886
Outros activos	–	–	–	–	–	160 500	160 500
Total do activo	1 855 330	1 802 381	1 707 364	10 400	–	600 389	5 975 864
Mercado monetário:							
Recursos de instituições de crédito	697 557	890 208	423 351	308 477	–	–	2 319 593
Outros depósitos	29 189	–	–	–	–	–	29 189
Depósitos	1 118 449	790 764	503 938	260 259	–	214 981	2 888 391
Mercado de capitais:							
Obrigações de caixa e passivos subordinados	10 000	281 843	15 295	–	–	–	307 138
Outros passivos e situação líquida	–	–	–	–	–	431 562	431 562
Total passivo + situação líquida	1 855 195	1 962 815	942 584	568 736	–	646 533	5 975 864
Gap	135	— 160 434	764 780	(558 336)	–	— 46 145	–
Gap acumulado	135	— 160 300	604 480	46 145	46 145	–	–

Denota-se um grande equilíbrio, em todos os prazos, no que se refere à periodicidade de revisão das taxas de juros de operações activas e passivas.

3.7 — Risco de liquidez:

Este conceito pressupõe a possibilidade de uma instituição de crédito dispor de fundos líquidos para fazer face, a cada momento, às suas obrigações de pagamento.

No que diz respeito à análise ao risco de liquidez, para além das obrigações a que está sujeito para com o Banco de Portugal, o Banco ainda recorre ao conceito de *gap* de liquidez, ou seja, a partir do balanço do Banco, em 31 de Dezembro de 2005, conjugando-o com os vencimentos das operações activas e passivas, obtém-se uma posição desagregada (positiva ou negativa) segundo os prazos residuais de vencimento das operações.

Os quadros seguintes apresentam o balanço individual e consolidado, no final do mês de Dezembro de 2005, com as principais classes agrupadas por prazos de vencimento.

Gap de liquidez do balanço individual em 31 de Dezembro de 2005

	Até um mês	De um mês a três meses	De três meses a 12 meses	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Indeterminado	Total
Caixa e saldos em bancos centrais	56 018	–	–	–	–	26 309	82 327
Disponibilidades em outras instituições de crédito	75 969	–	–	–	–	–	75 969
Activos financeiros detidos para negociação	430	524	815	954	47	4 320	7 090
Outros activos financeiros ao justo valor	–	886	147	–	31 934	–	32 967
Activos financeiros disponíveis para venda	2 500	–	18 074	2 813	9 935	3 115	36 437
Aplicações em instituições de crédito	546 448	46 731	16 744	5 000	1 000	469	616 492
Crédito a clientes	286 608	683 968	1 120 603	1 568 721	1 044 626	94 363	4 798 889
Outros activos	12 759	299	6 281	–	–	30 722	50 061
Total do activo	980 832	732 408	1 162 664	1 577 488	1 087 542	193 945	5 734 879
Passivos financeiros detidos para negociação	3	9	10	–	2 506	–	2 526
Recursos de outras instituições de crédito	485 430	156 607	418 759	1 258 476	40 000	15 137	2 374 409
Recursos de clientes	1 509 694	835 466	492 335	48 251	1 138	9 817	2 896 701
Responsabilidades representadas por títulos	5 156	1 507	3 149	–	–	19	9 831
Passivos subordinados	143	151	51	14 950	130 000	–	145 295
Outros passivos	21 215	3 658	5 862	–	–	17 427	48 162
Reservas de reavaliação	–	–	–	15	— 149	4 243	4 109
Total do passivo	2 021 641	997 398	920 166	1 321 602	173 495	46 643	5 481 035
Gap	— 1 040 809	— 264 990	242 498	255 796	914 047	147 302	253 844
Gap acumulado	— 1 040 809	— 1 305 799	— 1 063 301	— 807 505	106 542	253 844	–
Gap de liquidez a 31 de Dezembro de 2004:							
Gap	— 786 478	121 017	— 203 354	365 815	664 742	63 542	225 284
Gap acumulado	— 786 478	— 665 461	— 868 815	— 503 000	161 742	225 284	–

Gap de liquidez do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005

	Até um mês	De um mês a três meses	De três meses a 12 meses	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Indeterminado	Total
Caixa e saldos em bancos centrais	56 018	–	–	–	–	26 310	82 328
Disponibilidades em outras instituições de crédito	82 536	–	–	–	–	–	82 536
Activos financeiros detidos para negociação	177	524	1 225	4 316	1 381	10 362	17 985
Outros activos financeiros ao justo valor	–	886	12 344	74 092	121 068	81 754	290 144
Activos financeiros disponíveis para venda	2 500	150	18 223	14 893	26 373	8 856	70 995
Aplicações em instituições de crédito	546 776	45 503	16 972	5 000	1 000	469	616 720
Crédito a clientes	284 101	683 968	1 109 452	1 571 685	1 196 889	96 886	4 942 981
Outros activos	12 759	299	7 998	–	–	20 175	41 231
Total do activo	984 867	732 330	1 166 214	1 669 986	1 346 711	244 812	6 144 920
Passivos financeiros detidos para negociação	3	9	10	–	2 671	–	2 693
Recursos de outras instituições de crédito	459 839	156 607	418 759	1 258 476	40 000	15 101	2 348 782
Recursos de clientes	1 492 067	834 122	489 835	48 251	1 138	9 806	2 875 219
Responsabilidades representadas por títulos	5 156	1 507	3 149	–	–	19	9 831
Passivos subordinados	143	151	51	14 950	290 391	1 453	307 139
Passivos por impostos correntes	–	1 167	–	–	–	1 167	–
Outros passivos	21 350	3 658	7 610	–	–	17 953	50 571
Reservas de reavaliação	–	–	–	15	— 149	8 923	8 789
Total do passivo	1 978 558	996 054	920 581	1 321 692	334 051	53 255	5 604 191
Gap	— 993 691	— 263 724	245 633	348 294	1 012 660	191 557	540 729
Gap acumulado	— 993 691	— 1 257 415	— 1 011 782	— 663 488	349 172	540 729	–
Gap de liquidez a 31 de Dezembro de 2004:							
Gap	— 786 478	121 017	— 203 354	365 815	664 742	63 542	225 284
Gap acumulado	— 786 478	— 665 461	— 868 815	— 503 000	161 742	225 284	–

3.8 — Actividades fiduciárias:

O Grupo fornece custódias, garantias, serviços de administração empresarial, gestão de investimentos e serviços de aconselhamento a terceiras partes. Estas actividades exigem a alocação de activos e transacções de compra e venda em relação a uma vasta gama de instrumentos financeiros. Esses activos, que são mantidos em capacidade fiduciária, não são incluídos nestas demonstrações financeiras. À data de balanço, o Grupo mantinha custódia de contas de investimento no montante de 2 409 797 milhares de euros (2004:1 800 545 000 euros) e activos financeiros administrados, estimados em 364 927 milhares de euros (2004: 225 703 000 euros).

4 — Estimativas e assumpções na aplicação de políticas contabilísticas:

O Grupo efectua estimativas e assumpções que têm impacto nos valores reportados de activos e passivos durante o próximo exercício financeiro. Estas estimativas e julgamentos são avaliados continuadamente e concebidos com base em dados históricos e outros factores, como expectativas de eventos futuros.

a) *Perdas de imparidade em empréstimos*. — O Grupo analisa, numa base trimestral, a sua carteira de crédito para avaliar eventuais perdas de imparidade. Na determinação do registo, ou não, de perdas

de imparidade em resultados, o Grupo analisa dados observáveis que indiquem um decréscimo mensurável nos futuros *cash-flows* estimados da carteira de empréstimos, individualmente para casos específicos dessa carteira. A análise pode indicar, por exemplo, um evento adverso na capacidade do cliente cumprir o pagamento do empréstimo, ou deterioração das condições e indicadores macroeconómicos correlacionados. A gestão usa estimativas baseadas em dados históricos de activos com riscos de crédito semelhantes e possíveis perdas de imparidade, nesses mesmos activos. A metodologia e assumpções utilizadas nestas estimativas são revistas regularmente para se reduzir quaisquer diferenças entre perdas estimadas e perdas realizadas.

b) *Justo valor de derivados*. — O justo valor de instrumentos financeiros não cotados em mercados activos, é determinado através de técnicas de avaliação. Nos casos em que estas técnicas são utilizadas para determinar justos valores (por exemplo, modelos), a sua fiabilidade é revista e validada periodicamente por pessoal qualificado e independente. Todos os modelos encontram-se certificados antes da sua utilização, e calibrados para garantia de resultados actuais e comparativos. Apesar destes modelos utilizarem dados observáveis de mercado, áreas como o risco de crédito (próprio e de terceiros), a volatilidade dos mercados e as correlações, exigem a concepção de estimativas. Alterações nas assumpções realizadas acerca destes factores podem afectar o justo valor reportado de instrumentos financeiros.

c) *Imparidade de investimentos em capital, disponíveis para venda*. — O Grupo determina que existe imparidade em investimentos em capital disponíveis para venda, quando se tenha verificado um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor, abaixo do seu custo. A quantificação necessária das expressões, significativa e prolongado, exigem juízo profissional. Na realização deste juízo, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal no preço da acção. Em complemento, deve ser considerada imparidade quando se verificarem eventos que evidenciem a deterioração da viabilidade do investimento, a *performance* da indústria e do sector, alterações tecnológicas e *cash-flows* operacionais e financeiros.

d) *Titularizações de créditos e entidades de finalidade especial*. — O Grupo patrocinou a formação de uma sociedade veículo com a intenção de permitir a manutenção dos investimentos de clientes, para a titularização de activos. O Grupo avalia a sua exposição ao risco e retorno, assim como à capacidade de exercer decisões operacionais na SPE em questão. Quando a conclusão acerca do controlo exercido sobre a SPE for de difícil obtenção, a SPE deve ser consolidada.

e) *Impostos sobre o rendimento*. — O Banco e as suas subsidiárias são tributados individualmente e estão sujeitos ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). A INCA — SGPS, com sede na Zona Franca da Madeira, está isenta de IRC ao abrigo da alínea *g*) do n.º 1 do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais e os rendimentos obtidos através da actividade da sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira beneficia, ao abrigo da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011.

Os impostos correntes são calculados de acordo com a legislação aplicável. Nas situações em que existam diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscais procede-se ao registo dos respectivos impostos diferidos.

5 — Segmentos de negócio:

Actualmente o Grupo apresenta a sua actividade através dos seguintes segmentos principais:

Banca comercial (negócio de particulares e empresas);
Área institucional e de mercado (negócio com sectores institucionais, corretagem e tesouraria);
Área de seguros (negócio de seguros de vida).

A decomposição destes segmentos apresenta-se como segue:

	Individual		
	Banca comercial	Área institucional e de mercado	Total
Juros e rendimentos similares	203 389	11 374	214 763
Juras e encargos similares	— 47 540	— 52 137	— 99 677
Rendimentos de serviços e comissões	41 050	3 933	44 983
Encargos com serviços e comissões	— 726	— 1 552	— 2 278
Resultados de operações financeiras (líquido)	–	1 342	1 342
Outros resultados de exploração (líquido)	— 208	311	103
Provisões/imparidade (líquido)	— 39 925	–	— 39 925
Resultado líquido do exercício			27 294
Passivos totais	2 986 804	2 540 186	5 526 990
Activos totais	5 115 466	863 029	5 976 497

	Consolidado			
	Banca comercial	Área institucional e de mercado	Actividade de seguros	Total
Juros e rendimentos similares	220 129	10 514	5 816	236 459
Juros e encargos similares	— 52 771	— 50 167	— 30	— 102 968
Rendimentos de serviços e comissões	30 604	4 794	1 616	37 014
Encargos com serviços e comissões	— 552	— 114	— 2 787	— 3 453
Resultados de operações financeiras (líquido)	–	1 595	1 360	2 955
Outros resultados de exploração (líquido)	— 416	86	114	— 216
Outros resultados da actividade seguradora (líquido)	–	–	— 1 232	— 1 232
Provisões/imparidade (líquido)	— 31 354	–	— 212	— 31 566
Resultado líquido do exercício				42 940
Passivos totais	2 924 426	2 676 857	306 720	5 908 003
Activos totais	5 274 998	833 983	312 056	6 421 037

6 — Margem financeira:

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Juros e rendimentos similares de:				
Disponibilidades	1 243	1 153	1 184	1 030
Aplicações em instituições de crédito	7 819	4 819	7 027	3 817
Crédito a clientes	203 344	179 281	220 095	194 226
Outras activos financeiros ao justo valor	1 352	1 456	6 188	1 456
Outras activos financeiros disponíveis para venda	959	2 656	1 917	1 135
Outros	46	165	48	165
	214 763	189 530	236 459	201 829
Juros e encargos similares de:				
Recursos de outras instituições de crédito	49 837	48 380	41 308	25 810
Recursos de clientes	47 153	32 415	52 241	47 566
Responsabilidades representadas por títulos	369	681	484	1 175
Passivos subordinadas	2 300	1 062	8 899	8 621
Outros	18	–	36	619
	99 677	82 538	102 968	83 791
Margem financeira	115 086	106 992	133 491	118 038

7 — Rendimentos e encargos com serviços e comissões:

Estas rubricas decompõem-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Rendimentos de serviços e comissões:				
Comissões e serviços relacionados com crédito	17 014	9 354	8 720	3 521
Comissões de garantias e avales	4 160	3 988	4 165	3 994
Comissões de meios de cobrança e pagamento	16 269	13 022	16 306	13 039
Comissões de gestão de activos	4 811	3 084	7 077	4 705
Comissões de angariação de seguros	1 103	622	479	622
Comissões de manutenção de contas	330	1 096	330	1 096
Comissões de processamento	629	871	629	871
Outros	448	410	1 108	427
	44 964	32 447	37 014	28 275
Encargos com serviços e comissões:				
Comissões de meios de cobrança e pagamento	1 647	1 761	1 601	1 761
Comissões de gestão de activas	239	275	411	374
Outros	392	301	1 361	302
	2 278	2 357	3 453	2 457

8 — Rendimento de instrumentos de capital:

O saldo desta rubrica é composto como segue:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Activas financeiros disponíveis para venda	54	–	870	–
Investimentos em filiais	–	158	–	158
Outros instrumentos de capital	–	15 640	–	–
	54	15 998	870	158

Em 2004, o montante da rubrica de outros instrumentos de capital referia-se aos dividendos pagos pela INCA.

9 — Rendimentos líquidos em operações de negociação:

Esta rubrica é analisada como segue:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	— 59	— 31	721	226
Activos financeiros detidos para negociação	— 2 928	— 459	— 2 218	— 202

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 869	428	2 939	428
Resultados de reavaliação cambial	875	162	914	220

Os rendimentos líquidos de negociação em moeda estrangeira incluem ganhos e perdas com contratos *forward* e *spot*.

10 — Custos com pessoal e gastos gerais administrativos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Gastos gerais administrativos:				
Com fornecimentos:				
Água energia e combustíveis	1 140	1 085	1 151	1 091
Material de consumo corrente	997	970	1 015	971
Outros fornecimentos	548	1 496	564	1 497
	2 685	3 551	2 730	3 559
Com serviços:				
Rendas e alugueres	3 298	2 955	3 474	2 965
Comunicações	3 575	3 077	3 661	3 080
Deslocações, estadas e representação	2 253	1 996	2415	2 011
Publicidade e edição de publicações	1 865	2 299	2 023	2 323
Conservação e reparação	4 286	2 243	4 490	2 244
Transportes	1 562	1 458	1 562	1 458
Formação de pessoal	139	176	139	176
Seguros	511	363	521	365
Serviços especializados	5 351	4 740	6 078	4 837
Outros serviços	258	178	258	178
	23 098	19 485	24 621	19 637
	25 783	23 036	27 351	23 196

11 — Impostos:

O Banco e as subsidiárias estão sujeitos a tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) e correspondente derrama.

O cálculo do IRC dos exercícios de 2005 e 2004 foi apurado com base numa taxa nominal de imposto de 25% a que acresce a taxa da derrama de 10%.

As declarações de autoliquidação do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos. No entanto, é convicção da administração do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal que não ocorrerá qualquer liquidação adicional de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

O saldo desta rubrica tem a seguinte composição:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Impostos correntes	6 943	11 492	7 910	11 846
Impostos diferidos	3 986	— 1 008	4 349	702
	10 929	10 484	12 259	12 548

	Individual	
	2005	2004
Resultado antes de impostos	38 223	53 637
Impostos calculados à taxa de 27,5%	10 511	14 750
Proveitos não sujeitos a impostos	— 8 430	— 5 004
Despesas não dedutíveis para impostos	4 722	1 603
Tributações autónomas	140	143
Impostos sobre os lucros	6 943	11 492

Informação adicional sobre impostos diferidos activos e passivos é apresentada na nota n.º 23.

12 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

O saldo desta rubrica analisa-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Caixa	26 309	24 272	26 310	24 272
Depósitos à ordem na Banco de Portugal	56 018	42 779	56 018	42 779
	82 327	67 051	82 328	67 051

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal, de carácter obrigatório, têm por objectivo satisfazer os requisitos legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

13 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

O saldo desta rubrica é composto como segue:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País:				
Depósitos à ordem	215	248	891	253
Cheques a cobrar	44 915	33 915	44 195	33 915
Outras disponibilidades	224	202	224	202
	44 634	34 365	45 310	34 370
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro:				
Depósitos à ordem	31 092	5 927	36 983	8 348
Cheques a cobrar	243	61	243	61
Juros a receber	–	6	–	–
	31 335	5 994	37 226	8 409
	75 969	40 359	82 536	42 779

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no País e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

14 — Activos e passivos financeiros detidos para negociação:

O Banco utiliza, essencialmente, os seguintes instrumentos derivados:

Forward cambial ou câmbio a prazo representa um contrato realizado entre duas partes para a compra ou venda de uma moeda contra outra, a uma determinada taxa de câmbio estabelecida no momento de realização do contrato (preço *forward*) para uma data futura determinada. A sua finalidade é a de cobertura/gestão do risco cambial, através da eliminação da incerteza quanto ao valor futuro de determinada taxa de câmbio, que através do *forward* é imediatamente fixada.

Swap de taxa de juro em termos conceptuais pode ser perspectivado como um acordo pelo qual duas partes se obrigam a trocar um diferencial de taxas de juro, sobre um montante nocional, durante um determinado período de tempo. Envolve uma única moeda e consiste na troca de *cash-flows* fixos por *cash-flows* variáveis ou vice-versa. A sua finalidade é a de cobertura/gestão do risco de taxa de juro, relativamente ao rendimento de uma aplicação financeira ou ao custo de um financiamento que uma determinada entidade pretenda realizar num determinado momento futuro.

O justo valor de instrumentos derivados detidos são discriminados no seguinte quadro:

	2005					
	Individual			Consolidado		
	Valor de contrato (valor nocional)	Justo valor		Valor de contrato (valor nocional)	Justo valor	
		Activos	Passivos		Activos	Passivos
Derivados de negociação:						
a) Derivados de moedas estrangeiras:						
Forwards cambiais	–	2 723	— 22	–	2 470	— 22
b) Derivados de taxas de juro:						
Swaps de taxa de juro	203 011	47	— 2 506	363 094	47	— 2 671
Total de derivados de negociação (activos/passivos)		2 770	— 2 528		2 517	— 2 693

	2004					
	Individual			Consolidado		
	Valor de contrato (valor nocional)	Justo valor		Valor de contrato (valor nocional)	Justo valor	
		Activos	Passivos		Activos	Passivos
Derivados de negociação:						
a) Derivados de moedas estrangeiras:						
Forwards cambiais	–	187	— 2 274	–	187	— 2 254

	2004					
	Individual			Consolidado		
	Valor de contrato (valor nocional)	Justo valor		Valor de contrato (valor nocional)	Justo valor	
		Activos	Passivos		Activos	Passivos
b) Derivados de taxas de juro:						
Swaps de taxa de juro	201 194	1 012	— 618	385 991	1 012	— 996
Total de derivados de negociação (activos/passivos)		1 199	— 2 892		1 199	— 3 250

Em 31 de Dezembro de 2005, o justo valor dos outros activos financeiros detidos para negociação são apresentados como segue:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Títulos de rendimento fixo:				
Títulos de dívida pública portuguesa	–	–	205	–
Outros títulos de dívida nacionais	–	–	806	–
Títulos de dívida pública estrangeira	–	–	–	–
Outros títulos de dívida estrangeiros	–	–	4 202	–
	–	–	5 213	–
Títulos de rendimento variável:				
Unidades de participação	4 320	2 972	8 689	2 972
Outros títulos	–	–	1 566	–
	4 320	2 972	10 255	2 972
Total	4 320	2 972	15 468	2 972

15 — Activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Títulos de rendimento fixo:				
Títulos de dívida pública portuguesa	6 618	29 797	7 926	29 797
Outros títulos de dívida nacionais	–	1 006	18 406	1 006
Títulos de dívida pública estrangeira	–	–	19 986	–
Outros títulos de dívida estrangeiros	26 348	–	162 376	–
	32 966	30 803	208 696	30 803
Títulos de rendimento variável:				
Unidades de participação	–	–	70 709	–
Outros títulos	–	–	10 739	–
	–	–	81 448	–
Total	32 966	30 803	290 144	30 803

A rubrica de outros títulos de dívida estrangeiros inclui obrigações diversas da carteira da Eurovida — Companhia de Seguros de Vida, S. A.

16 — Activos financeiros disponíveis para venda:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Títulos emitidas par residentes:				
Títulos de dívida pública — ao justo valor	–	10 957	2 641	10 957
Títulos de dívida de outras entidades — ao justo valor	33 323	13 931	36 597	13 931
Títulos de capital — ao justo valor	3 115	2 873	3 115	2 073
Outros títulos	–	285	1 627	286
	36 438	28 046	43 980	28 047

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Títulos emitidos por não residentes:				
Titulas de dívida pública — ao justo valor	–	–	8 104	–
Titulas de dívida de outras entidades — ao justo valor	–	18 197	–	–
Títulos de capital — ao justo valor	–	–	–	–
Outros títulos	–	–	714	–
	–	–	27 015	–
Total	36 438	28 046	70 995	28 047

17 — Activos não correntes detidos para venda:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	Individual		
	Imóveis	Equipamento	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2005:			
Valor bruto	23 503	437	23 940
Imparidade acumulada	— 4 375	— 93	— 4 468
Valor líquido	19126	344	19 472
Adições:			
Aquisições	36 939	–	36 939
Outras	1 516	–	1 516
Alienações:			
Valor bruto	— 603	–	— 803
Imparidade	21	–	21
Perdas de imparidade	— 2 900	–	— 2 809
Saldo em 31 de Dezembro de 2005:			
Valor bruto	61 155	437	61 592
Imparidade acumulada	— 7 163	— 93	— 7 256
Valor líquido	53 992	344	54 336

	Consolidado		
	Imóveis	Equipamento	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2005:			
Valor bruto	27 048	437	27 485
Imparidade acumulada	— 4 747	— 92	— 4 939
Valor líquido	22 301	345	22 646
Adições:			
Aquisições	36 939	–	36 939
Outras	1 516	–	1 516
Alienações:			
Valor bruto	— 1 289	–	— 1 289
Imparidade	112	–	112
Perdas de imparidade	— 2 890	–	— 2 890
Saldo em 31 de Dezembro de 2005:			
Valor bruto	64 214	437	64 651
Imparidade acumulada	— 7 525	— 92	— 7 617
Valor líquido	56 689	345	57 034

Os movimentos da imparidade para esta rubrica analisam-se como segue:

	Individual	Consolidado
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	4 468	4 840
Dotações	2 809	2 890
Anulações/reposições	— 19	— 19
Utilizações	— 2	— 92
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	7 256	7 619
Imparidade líquida de reversões	2 790	2 871

18 — Aplicações em instituições de crédito:

Quanto à sua natureza, os créditos sobre instituições de crédito analisam-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Aplicações em instituições de crédito no País:				
Empréstimos	31 000	464	31 000	464
Outras aplicações	16 466	13 569	16 466	13 589
Juros a receber	202	30	202	30
	47 668	14 063	47 668	14 083
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:				
Aplicações a muito curto prazo	517 214	5 807	517 214	5 807
Depósitos a prazo	51 343	148 109	51 571	115 609
Outras aplicações	–	4 500	–	–
Juros a receber	267	468	267	40
	569 624	158 864	569 052	121 456
	616 492	172 967	616 720	135 539

O escalonamento destes créditos por prazos de vencimento é o seguinte:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Até três meses	593 279	161 782	593 279	132 282
De três meses a um ano	16 744	9 688	16 972	2 187
De um ano a cinco anos	5 000	–	5 000	–
Mais de cinco anos	1 000	1 000	1 000	1 000
Juros a receber	469	497	469	70
	616 492	172 967	616 720	135 539

19 — Crédito a clientes:

O crédito é concedido mediante contratos de empréstimo, incluindo descobertos em depósitos à ordem, e através do desconto de efeitos. O total em balanço é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Crédito interno:				
Empresas e administrações públicas	3 642 257	3 200 020	3 626 548	3 186 041
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	216 667	236 095	216 667	236 095
Empréstimos	1 953 308	1 632 081	1 940 108	1 620 881
Crédito em conta corrente	1 197 709	1 179 467	1 195 200	1 176 688
Descobertos em depósitos à ordem	119 737	62 352	119 737	62 352
Operações de locação financeira	86 072	54 224	86 072	54224
Outros créditos	68 764	35 801	68 764	35 801
Particulares	1 011 752	794 230	1 169 030	975 891
Habitação	610 353	451 274	767 449	632 934
Consumo	45 374	27 664	45 556	27 665
Outras finalidades	356 025	315 292	356 025	375 292
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	16 455	25 416	16 455	25 416
Empréstimos	247 237	185 276	247 237	185 276
Crédito em conta corrente	88 142	102 062	88 142	102 062
Operações de locação financeira	2 782	1 861	2 782	1 861
Outros créditos	1 409	677	1 409	677
	4 654 009	3 994 250	4 795 578	4 161 932
Crédito ao exterior:				
Empresas e administrações públicas	45 317	21 132	45 317	29 154
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	1 048	137	1 048	137
Empréstimos	20 457	6 368	20 457	6 368
Crédito em conta corrente	10 877	4 876	10 877	12 898
Operações de locação financeira	3 963	1 948	3 963	1 948
Outros créditos	8 972	7 803	8 972	7 803

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Particulares	5 201	3 609	5 201	3 610
Outras finalidades	5 201	3 609	5 201	3 610
Empréstimos	4 395	3 193	4 395	3 193
Crédito em conta corrente	381	383	381	383
Outros créditos	425	33	425	34
	50 518	24 741	50 518	32 764
Juros e comissões a receber	11 353	11 148	9 737	10 373
Crédito e juros vencidos:				
Até 90 dias	4 361	2 508	4 475	2 593
Mais de 90 dias	78 649	38 407	82 673	40 608
	83 010	40 915	87 148	43 201
Total bruto	4 798 890	4 071 054	4 942 981	4 248 270
Menos:				
Provisão para créditos de cobrança duvidosa	3 079	6 319	–	–
Provisão para crédito e juros vencidos	55 132	26 245	–	–
Provisão para risco-país	76	–	–	–
Imparidade sobre crédito a clientes	–	–	71 505	46 506
	58 287	32 564	71 505	46 506
Total líquido	4 740 603	4 038 490	4 871 476	4 201 764

O escalonamento dos créditos sobre clientes por prazos de vencimento é o seguinte:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Até três meses	970 576	979 290	968 070	964 537
De três meses a um ano	1 120 603	943 555	1 109 452	943 565
De um ano a cinco anos	1 568 721	1 3611 622	1 571 685	1 373 397
Mais de cinco anos	1 044 626	714 524	1 196 889	893 197
Duração indeterminada (vencidos)	83 010	40 915	87 148	43 201
Juras e comissões a receber	11 353	11 148	9 737	10 373
	4 798 889	4 071 054	4 942 981	4 248 270

Provisões para perdas de crédito a clientes:

Os saldos e movimentos das contas de provisões para riscos específicos de crédito decompõem-se como segue:

	Individual	
	2005	2004
Saldo em 1 de Janeiro	32 564	17 999
Dotações	34 184	28 653
Transferências	999	66
Utilizações	8 501	12 793
Anulações	952	1 381
Saldo em 31 de Dezembro	58 287	32 564
Dotações para provisões	34 184	28 653
Reposição e anulações	— 952	— 1 381
Recuperações de crédito	— 1 245	— 866
Provisões líquidas de anulações e recuperações	31 987	26 406

Os saldos e movimentos das contas de imparidade para perdas de crédito decompõem-se como segue:

	Consolidado	
	2005	2004
Saldo em 1 de Janeiro	46 506	38 157
Dotações	33 507	22 519
Utilizações	8 508	14 170
Saldo em 31 de Dezembro	71 505	46 506

	Consolidado	
	2005	2004
Dotações para imparidade	33 507	22 519
Reversões e recuperação de créditos	— 1 245	— 866
Imparidade de crédito líquida	32 262	21 653

20 — Activos tangíveis:

Esta rubrica é analisada como segue:

	Individual				
	Imóveis	Equipamentos	Património artístico	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2005:					
Custo de aquisição	106 942	25 050	149	4 918	137 059
Amortizações acumuladas	— 18 182	— 19 567	–	–	37 749
Imparidade acumulada	— 6 595	–	–	–	— 6 595
Aquisições	367	6 415	–	10 708	17 490
Transferências e outros:					
Custo de aquisição	9 578	466	–	— 9 534	510
Amortizações acumuladas	— 63	— 769	–	–	— 832
Alienações/abates:					
Custo de aquisição	–	— 336	–	— 66	— 404
Amortizações acumuladas	–	196	–	–	196
Amortizações do exercício	— 3 344	— 3 503	–	–	— 6 847
Saldo em 31 de Dezembro de 2005:					
Custo de aquisição	116 687	31 595	149	6 024	154 655
Amortizações acumuladas	— 21 589	— 23 643	–	–	— 45 232
Imparidade acumulada	— 6 595	–	–	–	— 6 595
Valor líquido	88 703	7 952	149	6 024	102 828

	Consolidado				
	Imóveis	Equipamentos	Património artístico	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2005:					
Custo de aquisição	107 236	26 098	149	4 931	138 404
Reserva de reavaliação (*a*)	9 791	–	–	–	9 791
Amortizações acumuladas	— 18 459	— 19 880	–	–	— 38 339
Imparidade acumulada	— 6 595	–	–	–	— 6 595
Aquisições	376	6 517	–	10 735	17 628
Transferências e outras					
Custo de aquisição	9 578	466	–	— 9 534	510
Amortizações acumuladas	— 63	— 820	–	–	— 883
Alienações/abates:					
Custo de aquisição	–	— 400	–	— 108	— 508
Amortizações acumuladas	–	230	–	–	230
Amortizações do exercício	— 3 350	— 3 584	–	–	— 6 924
Saldo em 31 de Dezembro de 2005:					
Custo de aquisição	117 190	32 671	149	6 024	156 034
Reserva de reavaliação (*a*)	9 791	–	–	–	9 791
Amortizações acumuladas	— 21 675	— 24 054	–	–	— 45 929
Imparidade acumulada	— 6 595	–	–	–	— 6 595
Valor líquido	98 511	8 617	149	6 024	113 301

(*a*) Reserva de reavaliação resultante da valorização ao justo valor do terreno da Rua Ramalho Ortigão.

As perdas de imparidade relacionam-se com os edifícios da Rua do Comércio e da Rua Ramalho Ortigão.

21 — Activos intangíveis:

Esta rubrica é analisada como segue:

	Individual		
	Software	Diversos	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2005:			
Custo de aquisição	11 429	3 478	14 907
Amortizações acumuladas	— 8 991	— 2 622	— 11 513
Aquisições	4 797	91	4 688
Transferências e outros:			
Custo de aquisição	–	— 90	— 90
Amortizações acumuladas	–	63	63
Alienações/abates:			
Custo de aquisição	— 612	–	— 612
Amortizações acumuladas	280	–	280
Amortizações do exercício	— 2 990	— 233	— 3 223
Saldo em 31 de Dezembro de 2005:			
Custo de aquisição	15 614	3 479	19 093
Amortizações acumuladas	— 11 601	— 2 792	— 14 393
Valor líquido	4 013	687	4 700

	Consolidado			
	Software	*Embedded value*	Diversos	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2005:				
Custo de aquisição	11 429	–	3 730	15 159
Amortizações acumuladas	— 8 891	–	— 2 622	— 11 513
Aquisições	4 659	6 100	91	11 050
Transferências e outros:				
Custo de aquisição	604	–	1 145	1 749
Amortizações acumuladas	— 347	–	— 1 147	— 1 494
Alienações e abates				
Custo de aquisição	— 612	–	–	— 612
Amortizações acumuladas	280	–	–	280
Amortizações do exercício	— 3 082	— 142	— 239	— 3 463
Saldo em 31 de Dezembro de 2005:				
Custo de aquisição	16 280	6 100	4 966	27 346
Amortizações acumuladas	— 12 040	— 142	— 4 008	— 16 190
Valor líquido	4 240	5 956	958	11 156

22 — Investimentos em filiais e associadas:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Investimentos em filiais:				
BMC Gerfundos — SGFIM, S. A.	300	300	–	–
BNC Predifundos — SGFII, S. A.	375	375	–	–
BNC — Gestão de Imóveis, L.da	1 445	1 444	–	–
INCA — SGPS, L.da	14 025	14 025	–	–
Consulteam, S. A.	623	623	–	–
Navigator Mortgage Finance (SPE)	4 380	4 380	–	–
Eurovida — Campanhia de Seguros de Vida, S. A.	13 500	3 750	–	–
	34 647	24 897	–	–
Provisões para imparidade acumulada	899	899	–	–
	33 748	23 998	–	–

23 — Impostos diferidos:

Os impostos diferidos são calculados sobre todas as diferenças temporais usando uma taxa efectiva de 27,5% (2004: 27,5%).
Os saldos destas rubricas decompõem-se como segue:

	2005			
	Individual		Consolidado	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Títulos ao justo valor através resultados	–	29	32	74
Títulos disponíveis para venda	–	367	–	948
Activas tangíveis	1 727	10	1 727	2 703
Activos intangíveis	300	–	300	–
Imparidade	–	–	3 590	–
Comissões	2 943	–	3 374	–
Pensões de reforma	1 376	3 880	4 534	3 880
Campanhas de publicidade	289	–	289	–
Outros activos/passivos	–	11	314	10
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	6 635	4 297	14 160	7 615

	2004			
	Individual		Consolidado	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Títulos ao justo valor através de resultados	1 264	–	1 264	–
Títulos disponíveis para venda	–	484	–	464
Derivados de negociação	1 241	–	1 241	–
Activos tangíveis	1 772	–	1 772	2 693
Activos intangíveis	293	–	293	–
Imparidade	–	–	3 860	–
Comissões	2 991	–	3 448	–
Pensões de reforma	586	–	4 534	–
Campanhas de publicidade	289	–	289	–
Outros activos/passivos	–	6	–	6
Saldo a 31 de Dezembro de 2004	7 172	1 754	15 437	4 447

24 — Outros activos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Bonificações a receber do Estado	940	1 123	940	1 123
Impostos a recuperar	3 698	833	3 703	837
Outras devedores diversos	6 398	1 795	6 655	1 802
Outros rendimentos a receber	303	106	601	344
Despesas com encargo diferido	11 887	14 763	410	407
Devedores por seguro directo e resseguro	–	–	1 717	–
Operações activas a regularizar	16 029	4 302	16 029	4 302
Operações de balsa a regularizar	1 677	463	1 677	463
Cobranças-sistema débitos directas	1 878	1 256	1 878	1 256
Responsabilidades com pensões	4 222	–	4 222	–
Operações cambiais a liquidar	3 017	1 971	2 726	1 971
Outras operações a regularizar	12	2 654	673	2 693
	50 061	29 266	41 231	15 198
Provisões para outros activos	–	–	949	–
	50 061	29 266	40 282	15 198

25 — Recursos de outras instituições de crédito:

O saldo desta rubrica, à vista e a prazo, é composto quanto à natureza, como segue:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Recursos de instituições de crédito no País:				
Depósitos	4 599	40 612	4 599	40 612
Juros a pagar	14	67	14	75
	4 613	40 679	4 613	40 687

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Recursos de instituições de credita no estrangeiro:				
Empréstimos	10 000	–	10 000	–
Depósitos	2 344 673	2 194 880	2 319 082	1 545 785
Outros recursos	–	17	–	17
Juros a pagar	15 123	18 411	15 087	6 517
	2 369 796	2 213 308	2 344 169	1 552 319
	2 374 409	2 253 987	2 348 782	1 593 006

A rubrica de instituições de crédito no estrangeiro — depósitos inclui essencialmente aplicações efectuadas pelo accionista BPE, as quais em 31 de Dezembro de 2005, são remuneradas a taxas de juro entre 2,10% e 2,84% (2004: 1,65% e 2,90%).

Quanto à sua duração residual estes recursos decompõem-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Exigível à vista	36 530	18 403	10 939	12 004
Exigível a prazo:				
Até três meses	605 507	442 716	605 507	282 716
De três meses a um ano.	418 759	806 390	418 759	391 694
De um ano a cinco anos	1 258 476	968 000	1 258 476	900 000
Mais de cinco anos	40 000	–	40 000	–
Juras a pagar	15 137	18 478	15 101	6 592
	2 337 879	2 235 584	2 337 843	1 581 002
	2 374 409	2 253 987	2 348 782	1 593 006

26 — Recursos de clientes:

O saldo desta rubrica é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Recursos de residentes:				
Depósitos à ordem	650 053	589 985	644 216	587 011
Depósitos a prazo	2 035 745	1 038 664	2 020 111	1 038 664
Depósitos de poupança	115 737	126 613	115 737	126 613
Cheques e ordens a pagar	10 727	13 265	10 727	13 264
Outros recursos	25	–	25	–
	2 612 287	1 766 527	2 790 816	1 765 552
Recursos de não residentes:				
Depósitos à ordem	26 029	15 705	26 029	42 836
Depósitos a prazo	46 638	32 368	46 638	588 838
Depósitos de poupança	–	–	–	–
Cheques e ordens a pagar	1 601	127	1 601	156
Outros recursos	–	–	–	–
	74 368	48 200	74 268	631 630
Juros a pagar	10 146	7 225	10 135	10 422
	2 896 701	1 823 952	2 875 219	2 407 604

Quanto à sua duração residual estes recursos decompõem-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Exigível à vista	676 082	605 690	670 245	629 847
Exigível a prazo:				
Até três meses	1 669 078	813 238	1 655 944	1 257 527
De três meses a um ano.	492 335	327 986	489 835	436 098
De um ano a cinco anos	48 251	68 498	48 251	71 804
Mais de cinco anos	1 138	1 315	1 138	1 906
Juras a pagar	9 817	7 225	9 806	10 422
	2 220 619	1 218 262	2 204 974	1 777 757
	2 896 701	1 823 952	2 875 219	2 407 604

27 — Responsabilidades representadas por títulos:

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Certificados de depósito	9 812	19 841	9 812	34 221
Juros a pagar	19	275	19	292
	9 831	20 116	9 831	34 513

28 — Outras provisões e provisões técnicas:

Os saldos e movimentos das contas de provisões, decompõem-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Outras provisões:				
Saldo em 1 de Janeiro	37 866	33 214	2 558	273
Dotações	5 355	2 771	602	396
Transferências	2 752	1 927	3 706	3 304
Anulações	206	46	3 951	1 415
Saldo em 31 de Dezembro	45 767	37 866	2 915	2 558
Provisões líquidas de reposições e anulações	5 149	2 725	— 3 349	— 1 019
Dotações	5 355	2 771	602	396
Reversões e anulações	— 206	— 46	— 3 951	— 1 415
Provisões técnicas:				
Saldo em 1 de Janeiro	–	–	–	–
Dotações	–	–	39 914	–
Transferências	–	–	264 394	–
Saldo em 31 de Dezembro	–	–	304 308	–
Provisões líquidas de reposições e anulações	–	–	39 914	–
Dotações	–	–	39 914	–
Reversões e anulações	–	–	–	–
Provisões para encargos com benefícios a empregados	2 518	2 130	2 518	2 130
Outras provisões	393	428	397	428
Provisões para riscos gerais de crédito	42 856	35 308	–	–
	45 767	37 866	2 915	2 558
Provisões técnicas:				
Provisões técnicas da actividade seguradora (passivo)	–	–	302 071	–
Provisões técnicas de resseguro cedido (activo)	–	–	2 237	–
	45 767	37 866	304 308	2 558

29 — Outros passivos subordinados:

Obrigações de caixa subordinadas — BNC 1997:

Em 21 de Novembro de 1997, o Banco procedeu à emissão de obrigações de caixa subordinadas no montante de 14 964 milhares de euros, representada por 1 496 393 691 títulos com o valor nominal de 0,01 euros cada.

Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 15 de Maio e 15 de Novembro de cada ano. A taxa de juro resulta da média aritmética das 10 últimas taxas Lisbor a seis meses, acrescida de 0,30 do ponto percentual e arredondada para o múltiplo de um dezasseis avos de ponto percentual imediatamente superior.

O empréstimo será amortizado ao par, de uma só vez, em 15 de Novembro de 2007, podendo, contudo, ser reembolsado antecipadamente por opção do Banco *(call option)*, mediante autorização prévia do Banco de Portugal, no vencimento dos 10.º, 12.º, 14.º, 16.º e 18.º cupões.

Obrigações de caixa subordinadas — BNC 2001:

Em 17 de Dezembro de 2001, o Banco procedeu à emissão de obrigações de caixa subordinadas no montante de 10 000 milhares de euros, representada por 200 000 títulos com o valor nominal de 50 euros cada.

Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 17 de Julho e 17 de Janeiro de cada ano. A taxa de juro nominal aplicável a cada um dos períodos de contagem de juros será variável e igual à Euribor a seis meses do segundo dia útil Target anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de um ponto percentual.

O reembolso das obrigações será efectuado ao par em 17 de Janeiro de 2012, podendo, contudo, ser reembolsado antecipadamente por opção do Banco *(call option),* mediante autorização prévia do Banco de Portugal, no vencimento do 10.º cupão e, posteriormente, em cada data de vencimento de juros.

Obrigações de caixa subordinadas — BNC 2004:

Em 30 de Setembro de 2004, o Banco procedeu à emissão de obrigações de caixa subordinadas, no montante de 55 000 milhares de euros, representada por 1 100 000 títulos com o valor nominal de 50 euros cada.

Os juros destas obrigações vencem-se trimestralmente em 30 de Março, 30 de Junho, 30 de Setembro e 30 de Dezembro de cada ano. A taxa de juro nominal aplicável a cada um dos períodos de contagem de juros é variável, e igual à taxa Euribor a três meses, do segundo dia útil Target anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 0,435%.

O reembolso deste empréstimo obrigacionista será efectuado pela totalidade, ao par, na data de 30 de Setembro de 2014, podendo, contudo, mediante autorização prévia do Banco de Portugal, ser reembolsado antecipadamente por opção do Banco *(call option),* total ou parcialmente, neste último caso por redução do valor nominal, na data de vencimento do 20.º período de contagem de juros e, posteriormente, nas datas dos 24.º, 28.º, 32.º e 36.º cupões, sem qualquer penalização.

Obrigações de caixa subordinadas — Popular 2005:

Em 30 de Novembro de 2005, o Banco procedeu à emissão de obrigações de caixa subordinadas, no montante de 65 000 milhares de euros, representada por 1 300 000 títulos com o valor nominal de 50 euros cada.

Os juros destas obrigações vencem-se trimestralmente em 28 de Fevereiro, 31 de Maio, 31 de Agosto e 30 de Novembro de cada ano. A taxa de juro nominal aplicável a cada um dos períodos de contagem de juros é variável, e igual à taxa Euribor a 30 meses, do segundo dia útil Target anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 0,325%.

O reembolso deste empréstimo obrigacionista será efectuado pela totalidade, ao par, na data de 30 de Novembro de 2015, podendo, contudo, mediante autorização prévia do Banco de Portugal, ser reembolsado antecipadamente por opção do Banco *(call option),* total ou parcialmente, neste último caso por redução do valor nominal, nas datas de vencimento do 20.º, 24.º, 28.º, 32.º e 36.º cupões, sem qualquer penalização.

O saldo desta rubrica é composto como segue:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Obrigações de caixa subordinadas — BNC1997	14 950	14 942	14 950	14 942
Obrigações de caixa subordinadas — BNC 2001	10 000	10 000	10 000	10 000
Obrigações de caixa subordinadas — BNC 2004	55 000	55 000	55 000	55 000
Obrigações de caixa subordinadas — Popular 2005	65 000	–	65 000	–
Unidades de titularização — SPE	–	–	160 391	182 266
	144 950	79 942	305 341	262 208
Juros a pagar	345	193	1 796	2 710
	145 295	60 135	307 139	264 918

Titularização de créditos:

Em Junho de 2002, o Banco realizou uma operação de titularização de crédito à habitação, no valor de 250 milhões de euros, denominada Navigator Mortgage Finance Number 1.

Os activos foram adquiridos por um fundo de titularização de créditos, denominado Navigator Mortgage Finance n.º 1 Fundo, que, em simultâneo, emitiu unidades de titularização totalmente subscritas pelo Navigator Mortgage Finance n.º 1 Plc, o qual, também emitiu obrigações, cujas características são as seguintes:

	Valor nominal — Milhares de euros	*Rating*		Taxa de juro (até Maio de 2035)
		Standard & Poors	*Moddy's*	
Class A *notes* (sénior)	230 000	AAA	Aaa	Euribor 3 meses+0,21%
Class B *notes* (sénior)	10 000	AA	Aa2	Euribor 3 mses+0,38%
Class C *notes* (sénior)	10 000	A	A2	Euribor 3 meses+0,55%
Class D *notes* (subordinada)	4 630	n.a.	n.a.	n.a.

O Banco, nos termos dos contratos assinados, não assumiu qualquer compromisso respeitante a disponibilidades de caixa do emitente, assim como linhas de liquidez, financiamentos, garantias, direitos e proveitos residuais ou quaisquer outros riscos, para além das obrigações subordinadas (Class D *notes*) identificadas no quadro acima que integram o saldo da rubrica de títulos de investimento de rendimento variável.

Em 31 de Dezembro de 2005, o valor contabilístico das Class D *notes* ascende a 4380 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2005, em termos de conta individuais encontram-se constituídas provisões no montante de 2580 milhares de euros, (2004: 1912 milhares de euros), de acordo com o estabelecido na instrução n.º 27/2000 alterada pela instrução n.º 18/2004 do Banco de Portugal.

Entidades intervenientes:

Navigator Mortgage Finance n.º 1 Fundo, fundo de titularização de créditos português que adquiriu os créditos;

Navigator — SGFTC, sociedade gestora de fundos de titularização de créditos que gere o fundo;

Navigator Mortgage Finance n.º 1 Plc, sociedade que adquiriu as unidades de titularização e que emitiu as obrigações *(notes)*.

30 — Outros passivos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Responsabilidades com pensões e outros benefícios	–	12 216	–	12 216
Credores por fornecimento de bens	3 773	2 780	4 253	2 780
Retenção de impostos na fonte	3 772	3 519	3 831	3 519
Outros encargos a pagar	9 126	6 646	9 263	6 847
Credores por seguro directo e resseguro	–	–	793	–
Operações cambiais	3 139	2 103	2 646	2 103
Operações de bolsa a regularizar	14 815	–	14 815	–
Operações passivas a regularizar	6 786	2 783	6 786	2 783
Outras contas de regularização	7 751	7 975	7 962	7 504
	48 162	38 222	50 571	37 752

31 — Pensões de reforma:

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho vigente para o sector bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice ou invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada

à tabela salarial (ACTV) negociada anualmente para o pessoal no activo.

Em 27 de Maio de 1994, o Banco, de acordo com o Decreto-Lei n.º 396/86, de 25 de Novembro, criou um fundo de pensões para cobrir as prestações pecuniárias acima referidas.

De acordo com o n.º 11 do aviso n.º 12/2001, do Banco de Portugal, o fundo de pensões analisa-se como segue:

i) Plano de benefícios e número de participantes, reformados e pensionistas:

Administração: benefícios estabelecidos no regulamento do Plano de Pensões dos membros do conselho de administração do Banco Popular Portugal;
Trabalhadores: benefícios estabelecidos pelo ACTV vigente para o sector bancário;
Foram considerados 1182 participantes no activo, sete reformados e 10 pensionistas.

ii) Entidade gestora:

Eurovida — Companhia de Seguros de Vida, S. A.

iii) Valor actual das responsabilidades assumidas por pensões de reforma e de sobrevivência:

	2005	2004
Serviços passados:		
Velhice	65 250	46 238
Invalidez	211	–
Pensões em pagamento	6 644	2 523
Ex-participantes	4177	2 444
Total	76 282	51 205
Serviços futuros:		
Velhice	165 893	79 470
Invalidez	219	178
Sobrevivência	428	429
Total	166 540	80 077

iv) Valor do fundo de pensões:

64 215 milhares de euros (2004: 38 309 milhares de euros).

v) Valor das responsabilidades por serviços passados ainda não reconhecidos como custo:

12 067 milhares de euros.

vi) Activos do fundo de pensões relacionados com o Banco:

Obrigações de caixa subordinadas BNC 97-07: 50 milhares de euros;
Unidades de Participação Popular Global 75: 579 milhares de euros.

vii) Desdobramento do montante reconhecido como custos do exercício:

	2005	2004
Custo do serviço corrente	5 323	3 897
Custo dos juros	2 969	2 164
Rendimento esperado	— 2 011	— 1 998
Outros custos	749	390
	7 030	4 453

viii) Contribuições entregues ao fundo de pensões durante o exercício:

Entidade patronal: 23 467 milhares de euros;
Trabalhadores: 548 milhares de euros.

ix) Montante de pensões paga pelo fundo de pensões durante o exercício:

319 milhares de euros.

x) Principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados:

Taxa de desconto: 4,50%;
Taxa de rendimento esperado dos activos do fundo: 4,50%;
Taxa esperada de crescimento dos salários e de outros benefícios: 3%;
Taxa esperada de crescimento das pensões: 2%;
Tábua de mortalidade: TV 88/90;
Tábua de invalidez: ERC Frankona;
Tábua de turnover: não aplicável.

xi) Principais valores efectivamente verificados no exercício:

Taxa de rentabilidade dos activos do fundo: 6,2%;
Taxa de crescimento dos salários e de outros benefícios: 6,2%;
Taxa de crescimento das pensões: 2,5%;
Mortalidade: 1;
Invalidez e invalidez presumível: 2;
Turnover: 5%.

xii) Método de valorização actuarial utilizado:

As responsabilidades por serviços passados foram determinadas para os activos na cobertura de velhice pelo método *unit crédit* projectado.

As responsabilidades de sobrevivência e invalidez, previstas no ACTV e seguráveis, estão cobertas através da subscrição de um seguro de vida Multiprotecção para o universo populacional, à excepção daqueles cuja premência de invalidez ou sobrevivência seja considerada imprópria para segurar.

xiii) Descrição geral de contratos de seguro:

Trata-se de um contrato temporário anual renovável em que a seguradora garante ao Fundo de Pensões do Banco Popular Portugal, S. A., em caso de morte ou invalidez de grau igual ou superior a 66%, de acordo com a tabela nacional de incapacidade, verificadas em qualquer das pessoas aderentes constantes do grupo seguro, o pagamento dos capitais contratados.

O contrato de seguro foi celebrado com a seguradora Eurovida — Companhia de Seguros de Vida, S. A., que se encontra em relação de grupo com o Banco Popular Portugal, S. A.

32 — Passivos e compromissos contingentes:

O quadro seguinte indica o montante contratual dos instrumentos financeiros extra patrimoniais do Grupo, que obriga à concessão de crédito a clientes:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Passivas eventuais:				
Garantias e avales prestados	297 242	216 885	297 233	217 662
Créditos documentários	9 944	7 010	9 944	7 010
Compromissos				
Créditos irrevogáveis	8 932	6 012	8 932	6 012
Créditos revogáveis	1 609 836	1 232 069	1 608 095	1 230 598
	1 925 954	1 461 976	1 924 204	1 461 282

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de créditos irrevogáveis inclui o montante de 4752 milhares de euros (2004: 4533 milhares de euros), referente a responsabilidades a prazo para com o Fundo de Garantia de Depósitos em relação à parte das contribuições anuais que, de acordo com as deliberações do Fundo, não foram pagas em numerário.

O montante da rubrica de activos dados em garantia é integralmente constituído por títulos da carteira própria do Banco destinados, na quase totalidade a colaterizar uma linha de crédito irrevogável junto do Banco de Portugal, no âmbito do Sistema de Pagamentos de Grandes Transacções (SPGT), a qual não está a ser utilizada.

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Activos dados em garantia	18 014	16 015	18 014	16 015

No decurso da sua actividade, o Banco realiza operações com instrumentos financeiros com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a exposição às flutuações das taxas de juro e de câmbio. Em 31 de Dezembro de 2005, as principais rubricas extrapatrimoniais relacionadas com este tipo de operações, analisam-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Operações cambiais a prazo:				
Compras	59 107	49 815	34 421	25 429
Vendas	938	2 672	938	2 483
Operações de *swap* de taxa de juro	203 011	201 194	363 094	385 991
Operações sobre futuros	–	24 060	–	24 060
	263 056	277 741	398 453	437 963

Para além dos passivos eventuais, existiam em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Depósito e guarda de valores	2 409 797	1 800 545	2 409 797	1 801 394
Valores recebidos para cobrança	94 234	70 214	94 234	70 288
	2 504 031	1 870 759	2 504 031	1 871 682

33 — Capital social:

O capital do Banco, em 31 de Dezembro de 2005, era representado por 176 000 milhares de acções com o valor nominal de um euro cada, integralmente detidas pelo Banco Popular Español, S. A., estando totalmente subscrito e realizado.

No decorrer do mês de Dezembro o Banco integrou o negócio da sucursal do BPE em Portugal, esta operação configurou-se num aumento de capital social do Banco de 175 928 000 para 176 000 000. Esta emissão de 72 000 acções, com o valor nominal de 1 euro, foi realizada em espécie e teve um prémio de emissão por acção de 2,7248 euros no montante global de 196 185,60 euros.

Esta entrada em espécie consistiu na entrega pelo Banco Popular Español, S. A., de um património líquido no valor de 268 184,84 euros, afecto à actividade da banca corporativa e privada da sucursal portuguesa do BPE, certificado por um revisor oficial de contas independente.

34 — Reservas de reavaliação:

Os movimentos ocorridos na rubrica de reservas de reavaliação foram os seguintes:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Reservas de reavaliação e justo valor:				
Investimentos disponíveis para venda:				
Saldo em 1 de Janeiro	1 276	1 152	1 962	1 112
Resultados líquidos reavaliados ao justo valor	191	171	244	1 171
Impostos diferidos (líquido)	117	— 47	102	— 322
Transferência para lucro líquido em alienações	— 618	–	— 618	–
Saldo em 31 de Dezembro	966	1 276	1 690	1 961
Activos tangíveis de uso próprio ao justo valor	–	–	9 791	9 791
Impostos diferidos	–	–	— 2 692	— 2 692
	–	–	7 099	7 099
Reservas de reavaliação (diplomas legais)	3 143	3 143	–	–
Saldo em 31 de Dezembro	4 109	4 419	8 789	9 060

A reserva de reavaliação relativa aos títulos disponíveis para venda resulta da adequação ao justo valor dos títulos em carteira. Estes saldos serão movimentados por contrapartida de resultados no momento da alienação dos títulos que lhes deram origem.

A reserva de reavaliação referente à adequação ao justo valor de activos tangíveis de uso próprio está relacionada com o imóvel da Rua Ramalho Ortigão (nota n.º 20).

A reserva de reavaliação do imobilizado corpóreo apurada de acordo com o Decreto-Lei n.º 31/98, apenas poderá ser movimentada quando se considerar realizada, total ou parcialmente, e de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

i) Para corrigir qualquer excedente que se verifique, à data da reavaliação, entre o valor líquido contabilístico dos elementos reavaliados e o seu valor real actual;
ii) Para cobrir prejuízos acumulados até à data a que se reporta a reavaliação, inclusive;
iii) Para incorporação no capital social, na parte remanescente.

Pela aplicação dos IFRS, nas demonstrações financeiras consolidadas esta reserva é transferida para resultados transitados.

35 — Outras reservas e resultados transitados:

Os saldos das contas de reservas e resultados transitados, decompõem-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Reserva legal	13 570	9 355	15 659	10 958
Outras reservas	105 406	67 475	108 469	68 596
Resultados transitados	— 17 642	— 12 926	2 425	9 215
	101 334	63 904	126 553	88 769

Os movimentos ocorridos nas rubricas de reservas e resultados transitados foram os seguintes:

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Reserva legal:				
Saldo em 1 de Janeiro	9 355	7 457	10 957	8 284
Transferência de resultados transitados	4 215	1 698	4 702	2 674
Saldo em 31 de Dezembro	13 570	9 355	15 659	10 958
Outras reservas:				
Saldo em 1 de Janeiro	67 475	50 400	69 597	51 141
Transferência de resultados transitados	37 931	17 075	39 872	17 455
Saldo em 31 de Dezembro	105 406	67 475	108 469	68 596
Resultados transitados:				
Salda em 1 de Janeiro	— 12 926	— 12 926	9 215	6 909
Resultado líquido ano anterior	42 145	18 973	33 731	22 435
Diferenças resultantes de alteração de critérios contabilísticos (IFRS)	— 4 716	–	4 054	–
Transferência para reserva legal	— 4 215	— 1 698	— 4 702	— 2 674
Transferência para outras reservas	— 37 930	— 17 075	— 39 873	— 17 455
	— 17 642	— 12 926	2 425	9 215
	101 334	63 904	126 553	88 769

Reserva legal:

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

36 — Caixa e equivalentes de caixa:

Para propósitos de demonstrações de fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa compreendem os seguintes saldos com menos de 90 dias de maturidade.

	Individual		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Caixa (nota n.º 12)	26 309	24 272	26 310	24 272
Disponibilidades à vista em outros bancos (nota n.º 13)	75 969	40 353	82 096	42 779
Aplicações em instituições de crédito com prazo inferior a três meses	593 279	161 782	587 822	132 282
	695 557	226 407	696 228	199 333

37 — Pessoal:

Em 31 de Dezembro de 2005, o número de colaboradores ao serviço do Banco, distribuído por grandes categorias profissionais, analisa-se como segue:

	2005	2004
Funções directivas	58	46
Funções de enquadramento	301	296
Funções técnicas e específicas	362	331
Funções administrativas e auxiliares	465	508
	1 186	1 181

Em 31 de Dezembro de 2005, as remunerações e outros encargos atribuídos aos membros dos órgãos de administração ascenderam a 2590 milhares de euros (2004: 2741 milhares de euros).

Um membro do conselho de administração é mutuário de empréstimo para aquisição de habitação própria no valor de 98 milhares de euros (2004: 145 milhares de euros referentes a dois membros)

38 — Relações com entidades relacionadas:

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o montante dos créditos e débitos e dos resultados do Banco relativos a entidades relacionadas é o seguinte:

	Créditos		Débitos		Proveitos		Custos	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004
BNC Gerfundos, S. A.	–	–	2 247	1 494	–	–	7	1
BNC Predifundos, S. A.	–	–	1 608	1 338	–	–	21	18
BNC — Gestão de Imóveis, L.da	2 523	2 795	9	60	88	99	–	–
INÇA — SGPS, L.da	11 236	11 232	4 446	45	1 891	19 759	5 170	1 812
BNC International (Cayman), Ltd.	–	40 349	25 627	660 989	15 125	15 079	18 594	38 723
Consulteam, S. A.	–	–	38	38	–	–	21	21
SPE — Special Pourpuse Entities	4 380	4 380	–	–	395	1 718	–	–
Eurovida, S. A.	2 000	–	13 073	5 637	664	533	99	520
	20 139	58 756	47 048	669 601	18 163	37 188	23 912	41 095
Banco Popular Español, S. A.	580 313	120 708	2 477 700	1 615 174	10 433	3 189	46 704	24 946

Em 31 de Dezembro de 2005, as Garantias Prestadas pelo Banco a entidades relacionadas ascendia ao montante de 4177 milhares de euros (2004: 4070 milhares de euros).

Não existem operações com administradores para além do referido na nota n.º 37.

As operações com entidades relacionadas são efectuadas a condições normais de mercado.

39 — Introdução das Normas de Contabilidade Ajustadas e das Normas Internacionais de Contabilidade:

A aplicação das Normas de Contabilidade Ajustadas nas demonstrações financeiras individuais teve um impacto global negativo nos capitais próprios do Banco em 31 de Dezembro de 2004 no valor de 14 313 milhares de euros em relação ao valor apresentado nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com o PCSB:

Ajustamentos de transição	Individual		
	Capitais próprios em 1 de Janeiro de 2004	Lucro de 2004	Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2004
Valores de acordo com PCSB	265 814	42 145	307 959
Alterações resultantes da introdução das NCA:			
Responsabilidades com pensões e outros benefícios	1 463	— 1 463	–
Prémios de antiguidade	— 1 928	— 203	— 2 131
Activos intangíveis	— 1 731	— 384	— 2 115
Activos tangíveis — imparidade sobre imóveis	— 6 595	151	— 6 444
Impostos diferidos	4 894	1 008	5 902
Activos financeiros detidos para venda	1 179	–	1 179
Activos/passivos financeiros detidos para negociação	— 3 323	850	— 2 473
Activos financeiros ao justo valor	2 106	423	2 529
Comissões de crédito	— 7 868	— 3 008	— 10 876
Comissões de recursos	29	— 7	22
Reserva de justo valor	–	–	124
Valores de acordo com as NCA	254 040	39 512	293 676

A aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade nas demonstrações financeiras consolidadas teve um impacto global positivo nos capitais próprios do Banco em 31 de Dezembro de 2004 no valor de 7323 milhares de euros em relação ao valor apresentado nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com o PCSB:

Ajustamentos de transição	Consolidado		
	Capitais próprios em 1 de Janeiro de 2004	Lucro de 2004	Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2004
Valores de acordo com PCSB	265 814	42 145	307 959
Alterações resultantes da introdução das IAS/IFRS:			
Responsabilidades com pensões e outros benefícios	— 12 895	— 1 463	— 14 358
Prémios de antiguidade	— 1 928	— 203	— 2 131
Activos intangíveis	— 1 731	— 384	— 2 115
Activos tangíveis — imparidade sobre imóveis	— 6 595	151	— 6 444
Activos tangíveis — reavaliação	9 791	–	9 791
Impostos diferidos	12 177	— 702	11 475
Activos financeiros detidos para venda	1 179	93	1 272
Activos/passivos financeiros detidos para negociação	— 3 323	850	— 2 473
Activos financeiros ao justo valor	2 106	423	2 529
Comissões de crédito	— 9 625	— 2 912	— 12 537
Comissões de recursos	29	— 7	22
Reserva de justo valor	–	–	760
Imparidade de crédito	12 783	8 489	21 272
Empresas associadas	515	— 255	260
Valores de acordo com as IAS/IFRS	282 821	37 811	321 481

40 — Factos relevantes ocorridos durante o ano de 2005:

O Banco Popular Portugal, S. A., adquiriu os restantes 50% do capital social da Eurovida — Companhia de Seguros de Vida, S. A.

Em Setembro de 2005 o Banco Popular Portugal, S. A., adquiriu 50% do capital social da Eurovida, adquirindo 750 000 acções pelo montante de 9750 milhares de euros, passando a deter 100% do capital social desta participada.

Pela aplicação do previsto no IFRS 3, na aquisição de uma seguradora, o adquirente deve registar o *embedded value,* que consiste em apurar na data de aquisição o justo valor dos passivos de seguros e dos correspondentes activos. Deverá este ser tratado como um activo intangível e a sua amortização deverá ser efectuada de acordo com a periodicidade remanescente dos contratos que os geraram (cerca de 10 anos). Esta aquisição gerou um *embedded value* de 6100 milhares de euros.

Durante o ano de 2005, o Banco decidiu reduzir a actividade da sua filiai BNC International (Cayman), Ltd., tendo procedido ao cancelamento da respectiva licença bancária até 31 de Dezembro de 2005, data em que já não existia nenhuma operação com clientes. Em 2006, o Banco irá proceder à liquidação desta filial.

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira individual

1 — *Introdução*. — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira contida no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do Banco Popular Portugal, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 5 845 836 milhares de euros e um total de capital próprio de 318 846 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 27 294 milhares de euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas explicativas. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, tal como adoptadas pela União Europeia, com as excepções referidas nos avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005, do Banco de Portugal.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração do Banco (*i*) a preparação do relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa; (*ii*) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e licita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (*iii*) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (*iv*) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (*v*) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (*i*) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração utilizadas na sua preparação; (*ii*) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (*iii*) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (*iv*) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (*v*) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e licita.

5 — O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Popular Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

8 — *Ênfase*. — Sem afectar a opinião expressa no ponto 7 acima, salientamos que conforme referido na nota n.º 2.1 das notas explicativas, em 2005, o Banco adoptou pela primeira vez as Normas de Contabilidade Ajustadas na preparação das suas demonstrações financeiras, tendo para este efeito seguido os requisitos previstos na IFRS 1 — adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, pelo que esta adopção se reportou a 1 de Janeiro de 2004. Consequentemente, para efeitos de comparabilidade, a informação financeira apresentada referente àquela data e ao exercício de 2004, anteriormente preparada em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, foi reexpressas para as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme explicitado na nota n.º 39 das notas explicativas.

Lisboa, 31 de Março de 2006. — PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.da, representada por *António Alberto Henriques Assis,* revisor oficial de contas.

Certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira consolidada

1 — *Introdução*. — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira contida no relatório consolidado de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Popular Portugal, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 6 272 394 milhares de euros e um total de capital próprio de 364 391 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 42 940 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração de alterações no capital próprio consolidado e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas explicativas. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, tal como adoptadas pela União Europeia.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração do Banco (*i*) a preparação do relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (*ii*) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e licita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (*iii*) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (*iv*) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (*v*) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e licita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (*i*) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (*ii*) verificação das operações de consolidação; (*iii*) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (*iv*) a verificação da aplicabilidade do principio da continuidade; (*v*) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (*vi*) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 — O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Popular Portugal, S. A., em 31 de Dezembro de 2005, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva é lícita.

8 — *Ênfase*. — Sem afectar a opinião expressa no ponto 7 acima, salientamos que conforme referido na nota n.º 2.1 das notas explicativas, em 2005, o Banco adoptou pela primeira vez as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas, tendo para este efeito seguido os requisitos previstos na IFRS 1 — Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, pelo que esta adopção se reportou a 1 de Janeiro de 2004. Consequentemente, para efeitos de comparabilidade, a informação financeira apresentada referente àquela data e ao exercício de 2004, anteriormente preparada em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, foi reexpressa para as IFRS conforme explicitado na nota n.º 39 das notas explicativas.

Lisboa, 31 de Março de 2006. — PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.da, representada por *António Alberto Henriques Assis,* revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório do conselho de administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas pelo Banco Popular Portugal, S. A. (adiante designado por Banco), relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

2 — No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade do Banco e das suas subsidiárias e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 — Tomámos em devida conta o teor das certificações legais das contas e relatórios de auditoria, em anexo, e do relatório sobre a fiscalização endereçado ao conselho de administração do Banco nos termos do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

4 — No âmbito das nossas funções verificámos que:

Os balanços individual e consolidado, as demonstrações dos resultados individuais e consolidados, as demonstrações de alterações no capital próprio individuais e consolidados, e dos fluxos de caixa individuais e consolidados e as correspondentes notas explicativas permitem uma adequada compreensão da situação financeira individual e consolidada do Banco e dos seus resultados;

As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

O relatório do conselho de administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco e das suas subsidiárias e associadas, evidenciando os aspectos mais significativos;

A proposta de aplicação de resultados obedece às disposições estatutárias e legais aplicáveis.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e dos serviços do Banco e as conclusões constantes das certificações legais das contas e relatórios de auditoria, somos do parecer que:

Seja aprovado o relatório do conselho de administração;

Sejam aprovadas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas;

Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 31 de Março de 2006. — O Fiscal Único, PricewaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.da, representada por *António Alberto Henriques Assis,* revisor oficial de contas.

Extracto da acta relativo à aprovação de contas e à aplicação de resultados

[...] Não havendo outras intervenções sobre este ponto da ordem de trabalhos, foram submetidos à votação o relatório de gestão e as contas individuais e consolidadas do exercício de 2005, tendo sido aprovados com o voto favorável do accionista único.

O presidente da mesa deu então por encerrado o ponto 1.º e por aberto o ponto 2.º da ordem de trabalhos: deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados relativos ao mesmo exercício.

Sobre este ponto, foi apresentada a seguinte proposta do conselho de administração relativa à aplicação dos resultados do Banco Popular Portugal, S. A., referentes ao exercício de 2005:

Em conformidade com o artigo 24.º dos estatutos e tendo em consideração a conveniência de maximizar o autofinanciamento dos capitais próprios, o conselho de administração propõe que o resultado líquido do exercício de 2005 do Banco Popular Portugal, S. A., no montante de 27 294 334,52 euros, tenha a seguinte aplicação (em euros):

Para reserva legal	2 730 000,00
Para outras reservas	24 564 334,52

Não havendo intervenções, foi esta proposta submetida à votação, tendo sido aprovada pelo accionista único.

O presidente da mesa considerou, assim, encerrado o ponto 2.º [...]

(Sem assinaturas.) 3000204622

BANCO DO BRASIL, S. A. — SUCURSAL EM PORTUGAL

Sucursal em Portugal: Praça Marquês de Pombal, 16, 1269-134 Lisboa.
Capital social: 39 355 154,08 euros.
Pessoa colectiva n.º 980113385.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 44 436.

Relatório e contas de 2005

Manifestação do conselho de administração

De conformidade com o inciso v do artigo 142.º da Lei n.º 6404, de 15 de Dezembro de 1976, o conselho de administração do Banco do Brasil, S. A., declara que, em reunião desta data, tomou conhecimento das contas da directoria executiva, do relatório do comité de auditoria e do relatório da administração e recomenda a aprovação das contas relativas ao exercício de 2005.

16 de Fevereiro de 2006. — *Bernard Appy*, presidente — *Rossano Maranhão Pinto*, vice-presidente — *Carlos Augusto Vidotto* — *Francisco Augusto da Costa e Silva* — *João Carlos Ferraz* — *Tarcísio José Massote de Godoy*.

Resumo do relatório do comité de auditoria

Introdução

O comité de auditoria constituído pelo Banco do Brasil, S. A., é um órgão estatutário, disciplinado pela resolução CMN n.º 3198/2004 e pelo seu regimento interno, disponível no site *http://www.bb.com.br/por-tal/ri/ret/dwn/RegimentoInterno.pdf*.

O conglomerado financeiro Banco do Brasil optou pela constituição do comité de auditoria único para o Banco Múltiplo e para as subsidiárias integrais: BB — Banco de Investimento, S. A., BB — Leasing, S. A., Arrendamento Mercantil, BB — Administração de Activos — Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, S. A., BB — Administradora de Cartões de Crédito, S. A., Banco Popular do Brasil, S. A., e BB — Administradora de Consórcios, S. A.

O comité compõe-se de três membros efectivos e um suplente, eleitos pelo conselho de administração, com mandatos alternados de três anos, os quais não podem prestar qualquer outro tipo de serviço ou exercer outra função remunerada no conglomerado.

Trata-se de um órgão de assessoria do conselho de administração que tem como principais atribuições avaliar, com isenção e independência, a efectividade do sistema de controlos internos e das auditorias interna e independente e revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis. As administrações do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter um sistema de controlos internos efectivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.

Actividades

Em observância ao seu plano de trabalho semestral, o comité realizou reuniões trimestrais com o conselho de administração, conselho director e auditoria independente e bimensais com a auditoria interna. Reuniu-se, também, com vice-presidências, directorias e unidades do Banco e de subsidiárias e acompanhou as decisões dos órgãos colegiados.

Nessas reuniões buscou, sistematicamente, dados e informações que pudessem embasar suas conclusões sobre a fidedignidade das demonstrações contábeis, a efectividade das auditorias interna e independente e do sistema de controlos internos e sobre a gestão dos riscos. As conclusões do comité também se pautaram na análise dos documentos acessados, em suas discussões colegiadas e nos relatórios de acompanhamento e avaliação do sistema de controlos internos, emitidos pela auditoria interna e pela directoria de controlos internos.

O comité avaliou as actividades das auditorias interna e independente por meio de seus planos de trabalho, metodologias aplicadas, informes periódicos e relatórios dos trabalhos produzidos. Certificou-se da qualidade técnica das equipes de auditores e não constatou fatos que indiquem o descumprimento pela PricewaterhouseCoopers de sua política de independência.

Acompanhou as fases do processo licitatório, ainda em andamento, para contratação da empresa de auditoria independente.

Examinou, mensalmente, as demonstrações contábeis, os resultados das empresas do conglomerado, as variações mais relevantes nos saldos contábeis, os critérios de constituição das provisões e os eventos extraordinários ocorridos no período. Discutiu com os auditores independentes o teor do seu parecer em relação às demonstrações contábeis do semestre findo em 31 de Dezembro de 2005. As actividades desenvolvidas ao longo do período foram reportadas ao conselho de administração.

Conclusões

Os trabalhos realizados no segundo semestre de 2005 ensejaram as seguintes conclusões acerca do Banco do Brasil e das subsidiárias que integram o comité de auditoria único:

a) O sistema de controlos internos tem sido objecto de constante atenção por parte da alta administração, vem sendo aprimorado e mostra-se efectivo e adequado ao porte e complexidade dos negócios;

b) O conglomerado adopta postura conservadora na assunção de riscos e dispõe de instrumentos adequados para sua mitigação;

c) O corpo técnico, as metodologias, os planos e os resultados dos trabalhos têm evidenciado que as auditorias interna e independente são efectivas no cumprimento de suas atribuições e representam importantes componentes de reforço do sistema de controlos internos e de gestão de riscos do conglomerado;

d) As demonstrações contábeis, do período findo em 31 de Dezembro de 2005, foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis a dotadas no país e têm qualidade para embasar o processo decisório dos agentes de mercado.

Brasília — DF, 16 de Fevereiro de 2006. — *Flávio Fernando da Fontoura Ferreira* — *José António Guarnieri* — *José Danúbio Rozo*.

Parecer dos auditores independentes

Aos administradores e accionistas do Banco do Brasil, S. A.:

1 — Examinámos os balanços patrimoniais do Banco do Brasil, S. A. (individual), e os balanços patrimoniais consolidados do Banco do Brasil, S. A., e empresas controladas (consolidado) em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, e as correspondentes demonstrações dos resultados, das mutações do património líquido e das origens e aplicações de recursos, bem como as demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas e do 2.º semestre de 2005, elaborados sob a responsabilidade da sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis de determinadas agências no exterior com activos de 15 042 milhões de reais e património líquido de 692 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2005, foram examinadas por outros auditores independentes. Também, nos exercícios de 2005 e 2004, os benefícios complementares